

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES - CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
– PPGDH

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO TÉCNICO: UM
ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA DE ALUNAS NEGRAS NO IFB - CAMPUS
SÃO SEBASTIÃO**

Aluna: Linidelly Rocha Mendes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renísia Cristina Garcia Filice

BRASÍLIA,
Dezembro, 2019.

Linidelly Rocha Mendes

Política de Assistência Estudantil no ensino técnico: Um estudo sobre a
permanência de alunas negras no IFB Campus São Sebastião

*Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Direitos
Humanos e Cidadania do Centro de
Estudos Avançados Multidisciplinares –
CEAM - sob orientação acadêmica da
Profª Drª. Renísia Cristina Garcia Filice*

**BRASÍLIA,
Dezembro, 2019.**

LINIDELLY ROCHA MENDES

Política de Assistência Estudantil no ensino técnico: Um estudo sobre a permanência de alunas negras no IFB Campus São Sebastião

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova a dissertação do Curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania.

Prof.^a Dr.^a Renísia Cristina Garcia Filice (Presidente) Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – CEAM/UnB

Prof.^a Dr.^a Vanessa Maria de Castro (Membro) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – CEAM/UnB

Prof.^a Dr.^a Olgamir Francisco Carvalho (Membro Externo) - Programa de Pós-graduação em Educação - Modalidade Profissional – FE/UNB

Prof.^a Dr.^a Anita Pereira Ferraz (Suplente) - Assistente social do IFB Campus São Sebastião.

Aprovado em 16/12/19

AGRADECIMENTOS

Durante minha caminhada muitas pessoas contribuíram para eu chegar onde estou e agradeço imensamente a todas elas.

Agradeço primeiramente a Deus por toda força e pela oportunidade de concluir mais esta etapa.

Agradeço a minha irmã Alinie. A SEPAE, minha equipe de trabalho do IFPR, ao Renan Felipe, Diogo Campiolo, e especialmente a Paola Gisela, por todo apoio, incentivo, pelos momentos de descontração, e principalmente por não me deixarem desistir quando pensei que não teria outra opção.

Agradeço ao meu companheiro Thiago Camilo que tem acompanhado toda a minha trajetória, todos os momentos de angústias e alegrias desde a graduação, sempre me dando todo o suporte e apoio necessário.

Agradeço ao IFB São Sebastião por autorizar a coleta de dados para a dissertação, à equipe multidisciplinar e às estudantes que participaram da pesquisa.

Agradeço a Anita Pereira Ferraz, Assistente social do IFB Campus São Sebastião, e a todos os amigos que acompanharam minha caminhada até aqui.

Agradeço às professoras Vanessa Maria de Castro e Olgamir Francisco Carvalho pelas contribuições dadas ao trabalho, e principalmente a minha orientadora Doutora Renísia Cristina Garcia Filice por toda dedicação e atenção.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo realizar um estudo sobre a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Brasília - Campus São Sebastião, para verificar em que medida esta política contribui para a permanência das estudantes negras do curso técnico subsequente em Secretaria Escolar e Técnico Subsequente em Secretariado. Especificamente, estudantes que solicitaram apoio da assistência estudantil no período entre 2015 e 2018, momento em que a política foi reformulada e a equipe multidisciplinar foi constituída. Para análise da consolidação da Política de Assistência Estudantil do IFB no Instituto Federal de Brasília, buscou-se compreender como a referida política contribui para a permanência das estudantes negras segundo as demandantes, e quais os principais desafios apontados para sua efetivação na perspectiva da instituição; se o fator racial, de gênero e econômico foram considerados como componente da avaliação. Os percursos aparecem imbricados na seleção das participantes, bem como na política no IFB. Para tanto, a posição das mulheres negras na sociedade, e o quanto foi negado direito a elas em todo o contexto histórico. Foi utilizada a contribuição das feministas negras na abordagem da perspectiva interseccional como método (AKOTIRENE, 2018; CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016). O percurso metodológico incluiu revisão bibliográfica e análise documental do IFB-Campus São Sebastião acerca dos registros das estudantes na Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do Campus. Foram realizadas entrevista e aplicação de questionário para as estudantes e com a equipe multidisciplinar para buscar compreender a percepção das demandantes e da equipe em relação à política. Como resultado foi possível concluir o quanto a assistência estudantil contribuiu e foi essencial para a formação das estudantes nos cursos técnico subsequentes do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião, em sua grande maioria mulheres negras na faixa etária entre 18 e 50 anos, com filhos pequenos e chefes de família. Podemos considerar a Política de Assistência Estudantil como um mecanismo de suma importância para viabilizar o direito à educação e a profissionalização das mulheres negras.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil; Ensino Técnico; Mulheres Negras; Instituto Federal de Brasília.

ABSTRACT

This dissertation aims to conduct a study on the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Brasilia - Campus São Sebastião, to verify the extent to which this policy contributes to the permanence of black students of the subsequent technical course in School Secretary and Subsequent Technical in Secretariat. Specifically, students who requested student support from 2015 to 2018, when the policy was reformulated and the multidisciplinary team was formed. To analyze the consolidation of the IFB Student Assistance Policy at the Federal Institute of Brasilia, we sought to understand how this policy contributes to the permanence of black female students according to themselves, and what are the main challenges pointed to their implementation in the perspective of the institution; whether racial, gender and economic factors were considered as part of the evaluation. The courses appear intertwined in the selection of participants as well as in the IFB policy. To this end, the position of black women in society, and how much rights have been denied to them throughout the historical context. A contribution from black feminists was used to approach the intersectional perspective as a method (AKOTIRENE, 2018; CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016). The methodological path included bibliographic review and document analysis of the IFB-Campus São Sebastião about the female students records at the Student Assistance and Social Inclusion Coordination of the Campus. Interviews and questionnaires were conducted for the students and the multidisciplinary team to seek to understand the perception of the applicants and the team regarding the policy. As a result it was possible to conclude how much student assistance contributed and was essential for the formation of the students in the subsequent technical courses of the Federal Institute of Brasilia Campus São Sebastião, mostly black women aged between 18 and 50 years, with small children and heads of household. We can consider the Student Assistance Policy as a very important mechanism to enable the right to education and professionalization of black women.

Keywords: Student Assistance Policy; Technical education; Black women; Federal Institute of Brasilia.

SUMÁRIO

MEMORIAL	14
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, RAÇA E GÊNERO: CONEXÕES NECESSÁRIAS	38
1.1. Política de Assistência Estudantil do IFB	40
1.2. Interseccionalidade, gênero, raça e renda.....	48
1.3 Direitos Humanos gênero e raça.....	54
CAPÍTULO 2 - A INTERSECCIONALIDADE COMO PERCURSO METODOLÓGICO	58
2.1 Interseccionalidade e Políticas Públicas.....	58
2.2 Técnicas de Pesquisa	61
2.2.1. Análise documental	61
2.2.2. Questionário semiaberto.....	63
2.2.3. Entrevistas	64
CAPÍTULO 3 – QUEM SÃO AS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICO SUBSEQUENTES DO IFB CAMPUS SÃO SEBASTIÃO E A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	66
3.1. Apontamentos da equipe multidisciplinar em relação a assistência estudantil	80
3.2. atendimentos especializados da Coordenação de Assistência Estudantil.....	83
CAPÍTULO 4 - INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO, RAÇA E RENDA NO PNAES	85

4.1. Quem são as estudantes na perspectiva das mesmas.....	85
4.2. Ações da Equipe Multidisciplinar	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	
Relatório Técnico – Recomendações	124
Questionário	129
Roteiro para entrevista	133
Termo de consentimento livre e esclarecido TCLE.....	135
Termo de Solicitação de Autorização	137
Autodeclaração cor/etnia	138

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no DF em 2015.	29
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudantes que participaram da pesquisa por meio de questionários e entrevistas.....	85
Quadro 2 - Entrevistados Equipe Multidisciplinar (EM)	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores e quantidades de auxílios nos anos entre 2015 e 2018.....	42
Tabela 2 - Orçamento investido no auxílio ao estudante no Instituto Federal de Brasília	66
Tabela 3 - Autodeclaração das (os) estudantes que se matricularam nos cursos técnico subsequentes - 2016 a 2018 no IFB - São Sebastião, pelo critério raça/cor e gênero.....	68
Tabela 4 - Quantitativo de inscritos (deferidos e indeferidos) no Programa Auxílio Permanência no ano de 2018 do IFB-Campus São Sebastião em relação ao gênero e raça	70
Tabela 5 - Renda per capita das estudantes negras inscritas no Programa Auxílio Permanência no ano de 2018 do IFB-Campus São Sebastião.....	73
Tabela 6 - Idade das estudantes negras inscritas no Programa Auxílio Permanência no ano de 2018 do IFB-Campus São Sebastião	74
Tabela 7 - Situação de moradia das estudantes negras inscritas no Programa Auxílio Permanência, no ano de 2015 até 2018 do IFB-Campus São Sebastião.....	77
Tabela 8 - Situação de trabalho das estudantes negras inscritas no Programa Auxílio Permanência, no ano de 2015 até 2018 do IFB-Campus São Sebastião.....	78
Tabela 9 - Estudantes negras chefes de família e com filhos menores de 12 anos de idade inscritas no Programa Auxílio Permanência, no ano de 2015 até 2018 do IFB-Campus São Sebastião.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Curso em que as estudantes dos cursos técnicos subsequentes - IFB São Sebastião frequentaram.....88

Gráfico 2 - Origem escolar das estudantes dos cursos técnicos subsequentes - IFB São Sebastião que foram atendidas por algum auxílio estudantil..... 89

Gráfico 3 - Autodeclaração das estudantes dos cursos técnicos subsequentes - IFB São Sebastião que foram atendidas por algum auxílio estudantil.....90

Gráfico 4 - Auxílio estudantil em que as estudantes dos cursos técnicos subsequentes - IFB São Sebastião foram contempladas.....91

Gráfico 5 - Estudantes que realizaram alguma atividade para contribuir com a renda familiar.....100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE - Assistência Estudantil

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CDAE- Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEFET - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica

CF - Constituição Federal

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CMF - Centro e Múltiplas Funções

CSSB - Campus São Sebastião

DF - Distrito Federal

EAF - Escola Agrotécnica Federais

ETF - Escola técnica Federal

FIC - Formação Inicial e Continuada

FNB - Frente Negra Brasileira

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

GDF - Governo do Distrito Federal

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFB- Instituto Federal de Brasília

IFs – Institutos Federais

INEP- Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB -Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação

MNU- Movimento Negro Unificado

PAE – Política de Assistência Estudantil

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio

PDE - Plano de Desenvolvimento de Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Política Nacional de Educação

PPP -Projeto Político Pedagógico

RA - Região Administrativa

SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

TCLE - Termo de Consentimento e Livre esclarecimento

TEN - Teatro Experimental do Negro

UNB- Universidade de Brasília

MEMORIAL

Esta dissertação tem como objetivo analisar como a política de assistência estudantil tem garantido a permanência das estudantes negras do curso técnico subsequente em Secretaria Escolar e técnico subsequente em Secretariado do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião. É uma pesquisa apresentada para obtenção de título de mestre no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania-PPGDH, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares-CEAM, da Universidade de Brasília-UnB. Escolhi analisar as estudantes dos cursos técnicos por ter percebido durante o estágio que o corpo discente era composto majoritariamente por mulheres negras.

A construção desta dissertação não se inicia agora, o interesse pelo tema estudado surge da minha própria experiência enquanto estudante negra usuária do programa de auxílio permanência da Universidade de Brasília. Ingressei na universidade pelo sistema de cotas raciais em 2012, o que considero uma política de muita importância. Fui a primeira pessoa da minha família a concluir o ensino superior, ainda mais em uma universidade pública, por consequência a primeira a cursar um mestrado e a primeira a se tornar servidora pública. Venho de família pobre e periférica que enfrenta diversas barreiras para acessar a política de educação, como foi citado durante a pesquisa, existem diversas dificuldades de acesso a determinados direitos pela população pobre e negra devido a uma conjuntura histórica racista e excludente.

Conclui o curso de Serviço Social em 2015, onde apresentei Trabalho de Conclusão de Curso que teve como referência o estágio supervisionado em serviço social realizado no Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião em 2014 e 2015, dei continuidade expandindo a pesquisa para o mestrado e aqui mostro os resultados.

Fui assistente social do Instituto Federal do Paraná Campus Avançado Astorga entre 2017 e 2019, hoje trabalho no Instituto Federal de Goiás Campus Anápolis também como assistente social, e exerço atividades voltadas diretamente para ações de assistência estudantil.

Pela observação feita durante o estágio supervisionado e pela minha experiência profissional, vejo o quanto é importante a presença de uma equipe multidisciplinar para acompanhamento da vida acadêmicas dos (as) estudantes. Tendo diferentes profissionais é possível compartilhar pontos de vista diferentes e realizar ações mais completas para viabilizar a permanência dos (as) mesmos (as), já que hoje a população mais vulnerável está tendo maior acesso à educação, é preciso trabalhar para garantir a permanência e conclusão dos cursos em que se matriculam.

A assistência estudantil da UnB foi fundamental para minha manutenção e conclusão com êxito no curso de graduação, por isso, pela experiência do estágio no IFB, e pela experiência profissional, busquei estudar como a assistência estudantil da instituição tem contribuído para a permanência das estudantes negras dos cursos técnicos.

INTRODUÇÃO

A pesquisa envolve uma análise da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus São Sebastião, integra o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) da Universidade de Brasília (UnB), e tem como objetivo analisar como a PAE garante a permanência das estudantes negras do curso técnico subsequente em Secretaria Escolar e técnico subsequente em Secretariado, considerando o período entre 2015 e 2018, pois foi quando a política foi reformulada e a equipe multidisciplinar foi constituída.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Artigo 36-A inciso II, a educação profissional técnica de nível médio poderá ser desenvolvida na forma subsequente, que são cursos técnicos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio, (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008), ou de forma articulada com o ensino médio, integrado ou concomitante. São mulheres, deste segmento, que pretendemos conhecer mais profundamente a trajetória, bem como o alcance da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Brasília, Campus São Sebastião, na perspectiva das mesmas em contraponto a perspectiva de seus implementadores no IFB – Campus São Sebastião.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Brasília e das outras instituições federais tem como base legal o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)¹, em que determina os objetivos e ações a serem executadas pelas instituições. A Política busca contribuir para a formação e permanência do estudante por meio de apoio econômico, social, psicológico e educacional, garantindo ao corpo discente igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas (PAE, IFB, 2014). Sendo assim, deve desenvolver ações que considerem a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico por meio de medidas que busquem combater situações

¹Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em: 3 de setembro de 2018.

de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de acordo com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Neste estudo a análise da política foi feita com base nos documentos legais do Instituto Federal de Brasília, no relato das ações da equipe multiprofissional coletado via entrevista, e com base no perfil dos/as estudantes contemplados (as) nos programas de assistência estudantil. Mas, antes de iniciar os estudos é necessário conceituar o que é assistência estudantil para ampliar a visão para que a mesma não fique vinculada somente a concessão de bolsas e auxílio financeiros.

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 traz que as ações da assistência estudantil devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Devido esta orientação, a Política de Assistência Estudantil do IFB em seu capítulo II visa em seus objetivos, oferecer acompanhamento biopsicológico e social aos discentes para melhorar o desempenho acadêmico e reduzir o índice de evasão.

Numa perspectiva ampla, segundo Souza (2017):

A assistência estudantil é, pelo menos em tese, uma política que tem por finalidade oferecer a todos os estudantes as mesmas condições para o seu desenvolvimento acadêmico, visando seu bem-estar, qualidade de vida, fomento de seu senso crítico por meio da participação das instâncias políticas institucionais, para que o conhecimento apreendido reverta em prol da sociedade; e mais, para que estabeleçam relações recíprocas de respeito às diferenças em suas mais diversas ordens, viabilizando o avanço de sua aprendizagem de forma plena (SOUZA, 2017, p. 164).

Já o Ministério da Educação (MEC) conceitua a Política Nacional de Assistência Estudantil, no Manual de Gestão de Bolsa Permanência de 2013, como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações preventivas para garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos/das estudantes nos cursos, evitando situações de repetência e evasão causadas pelas condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Na esteira destas perspectivas, e tentativas de minimizar os impactos das desigualdades sociais e seus efeitos na evasão escolar, o Decreto nº 7.234 de julho de 2010, que norteia a Política de Assistência Estudantil tem como objetivo amenizar as desigualdades sociais e ampliar as condições de permanência na educação pública federal (BRASIL, 2010). A partir das orientações deste decreto as instituições constroem suas próprias políticas de assistência estudantil.

Sendo assim compreende-se a assistência estudantil enquanto direito social no âmbito das políticas públicas, está diretamente ligada a todas as ações da instituição de educação que visem promover igualdade e oferecer assistência às necessidades de caráter específico dos (as) estudantes. Os auxílios financeiros são muitas vezes a porta de entrada para o primeiro contato com a política, porém não podemos ter uma visão reducionista resumindo a assistência estudantil apenas enquanto recursos financeiros. Se a política prevê redução das desigualdades entre os estudantes, não podemos compreender que somente o auxílio econômico resolveria a questão das diferenças presente em uma instituição de ensino. Existem outros fatores de vulnerabilidade e desigualdade que interferem no bom desenvolvimento e permanência dos/das estudantes. A desigualdade de gênero e raça é um fator importante e por isso a intenção de realizar estudos acerca das estudantes negras.

Diante o exposto e a esteira dos instrumentos legais, a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília busca promover o acesso, a permanência e o êxito na perspectiva de inclusão social. Assim, tendo em vista os objetivos presentes no Decreto nº 7.234 de julho de 2010 e na referida Política, foi analisado como estes se materializam no IFB *Campus* São Sebastião em relação às estudantes negras que buscaram apoio da assistência estudantil do IFB. O foco é mapear a importância da política para a permanência nos cursos técnicos subsequentes, segundo as demandantes da política, considerando também os registros e perspectivas dos gestores da instituição.

Ao passo que a pesquisa é realizada em uma instituição de ensino, é fundamental contextualizar o campo em que a Política de Assistência Estudantil foi estudada. O Instituto Federal de Brasília (IFB), é uma instituição pública, criada pela

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e assim como os outros Institutos Federais do Brasil, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, que oferece Educação Profissional gratuita, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. A educação técnica nos IF's iniciou com a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas (ETF's) e Escola Agrotécnica Federais (EAF's) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (PACHECO, 2010). Em relação aos processos de avaliação, regulação e supervisão, os Institutos Federais são equiparados com as Universidades Federais.

Para esta pesquisa realizada com mulheres negras dos cursos técnico subsequente em Secretariado e técnico subsequente em Secretaria Escolar adota-se uma perspectiva de interseccionalidade de gênero, raça e renda, pois se compreende que a junção de discriminações cria desigualdades que estruturam a posição relativa de mulheres em relação à raça e classe, o que as colocam em situações de maior vulnerabilidade em seus diversos âmbitos. Mulheres vivenciam o sexismo de forma diferenciada, assim como mulheres e homens negros vivenciam o racismo de diferentes formas criando então subgrupos, o que contribui cada vez mais para subordinação (CRENSHAW, 2002). Entender a relação destas dinâmicas históricas, e os sujeitos desta pesquisa, exige considerá-las em relação ao gênero, ao pertencimento racial e de renda, e outros aspectos que as mesmas irão nos informar na pesquisa de campo a ser realizada.

Busca-se também, demonstrar a importância de trabalhar com a perspectiva da interseccionalidade na implantação de políticas públicas e sociais, tendo em vista que os direitos humanos referentes às opressões que atingem especificamente mulheres negras ficam invisibilizadas quando não se consideram suas vulnerabilidades de forma interseccional.

Estudos recorrentemente têm revelado que as mulheres negras sofrem uma dupla discriminação, tanto com o sexismo quanto com o racismo, o que gera a exclusão social. E, sofrem vários tipos de violência, fazendo assim com que tenham pouco acesso ao capital cultural, à educação de qualidade, a bons empregos,

(IPEA, 2013), por isso, entende-se que a utilização do conceito de interseccionalidade, neste estudo, é fundamental.

Assim, o objeto da pesquisa é a análise da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília *Campus* São Sebastião, considerando a interseccionalidade dos conceitos de gênero e raça, que será melhor trabalhado mais à frente. Entretanto, antes de buscarmos compreender a relação entre trajetória de mulheres negras participantes da Política de Assistência Estudantil no IFB Campus São Sebastião, no intuito de melhor entender o objeto, será realizado uma análise da criação e implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Brasília verificando os êxitos e dificuldades, no sentido de viabilizar a permanência e amenizar desigualdades na vida acadêmica das discentes autodeclaradas negras. E também, como dito – nosso foco central – compreender o processo de implantação na perspectiva das mesmas, em contrapartida ao entendimento da instituição.

Relevância do tema

A educação como direito social é garantida na Constituição Federal (CF) de 1988 em seu artigo 205, em que cita que é direito de todos e dever do Estado e da família viabilizar o acesso à educação, assim todas as pessoas deveriam ter acesso à educação pública e de qualidade (Brasil, 1988).

Porém, o processo histórico mostra que esse direito foi construído de forma desigual. O direito à educação tem tradição elitista e contemplava somente as camadas privilegiadas da população, os índios e negros eram vistos apenas como força de trabalho e para eles bastava a doutrinação e a catequese, o ler e escrever não eram considerados importantes e não foi pensado em educação escolar para esta população (CURY, 2007).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394 de 20 de dezembro de 1994, a educação é definida como “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, também afirma este direito em seu artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Sendo assim, é necessário compreender a política de educação no âmbito das políticas públicas, para assim analisar a Política de Assistência Estudantil que legisla a permanência nas instituições de educação. O IFB viabiliza o acesso aos cursos técnicos subsequentes por meio de sorteio público com o objetivo de democratizar o acesso à instituição, assim é possível obter maior variável de estudantes no Instituto, pois os processos seletivos por meio de provas, como são realizados em outras instituições, seleciona e filtra os estudantes que têm maior e melhor nível de conhecimento. (Projeto Político Pedagógico, IFB, 2015).

Como visto, o direito à educação já é algo garantido por lei, porém precisa ser viabilizado de maneira mais igualitária, tanto para o acesso quanto para a permanência. Conforme mostram as pesquisas, as mulheres negras têm ocupado mais espaços públicos, e usufruído mais de seus direitos, inclui o direito à educação, à qualificação, que é ofertado pelos Institutos Federais em cursos de vários níveis.

Portanto, como dito, o Instituto Federal de Brasília amplia a forma de acesso buscando inserir os estudantes de forma mais igualitária: Por meio de sorteio. Também oferece reserva de vagas para as ações afirmativas, consideram a questão racial. Ou seja, vagas são reservadas para pessoas que se autodeclaram pretas, pardas ou indígenas (PPI), estas vagas são vinculadas a estudantes egressos de escola pública e a renda bruta familiar até um salário mínimo e meio². A forma de acesso aos cursos técnicos do IFB insere pessoas historicamente excluídas, sendo assim é preciso também que os/as estudantes tenham condições de permanecerem e concluírem o curso em que se matricularam. O que queremos dizer é que a democratização do acesso é muito importante, mas não resolve inserir essa população, no caso as mulheres negras, se não viabilizar condições de permanência. Assim, se faz necessário estudar como é viabilizado a permanência,

²Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

através da Política de Assistência Estudantil, das estudantes que ingressam na instituição.

Escolheu-se realizar a pesquisa no Instituto Federal de Brasília - Campus São Sebastião, pois foi onde se realizou estágio supervisionado em Serviço Social, em que originou o Trabalho de Conclusão de Curso denominado “Desigualdade de Gênero e Raça no Ensino Técnico: Influências no Acesso e na Permanência das Alunas Negras do Instituto Federal de Brasília - Campus São Sebastião³, sendo de grande interesse a expansão da pesquisa iniciada. A pesquisa realizada mostrou que em 2014 havia um total de 161 estudantes matriculados nos cursos técnicos subsequentes, deste total, 91,30% eram mulheres, e deste número, 70% eram mulheres negras. Sendo assim o corpo discente do campus, era composto majoritariamente por mulheres negras.

Como o Campus a ser trabalhado está localizado em São Sebastião, iremos fazer uma breve contextualização do lugar (será aprofundado mais a frente). São Sebastião é a XIV Região Administrativa (RA) do Distrito Federal (DF), e se desenvolveu pelo comércio de areia, cerâmica e olarias que eram direcionadas para a construção da capital federal, na década de 1960. Segundo os dados da PDAD⁴ (2016), a população urbana estimada de São Sebastião é de 100.161 habitantes. Os residentes desta RA são constituídos majoritariamente por pessoas do sexo feminino, totalizando 50,25% da população; desta 58,47% declararam-se pardos, 32,58%, brancos e 8,88% pretos, logo a porcentagem da população que se autodeclara negra⁵ é igual a 67,35% dos residentes, sendo a maioria da população da região (PDAD, 2016).

Estas características ampliam a necessidade de compreender a Política de Assistência Estudantil e seus impactos na permanência de estudantes negras, conseqüentemente pode vir a interferir na cidade majoritariamente negra devido as características do local já mencionadas. Carneiro (2002) diz que a educação é vista como um importante instrumento de rompimento da desigualdade social de

³Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade de Brasília, para curso de graduação em Serviço Social, orientadora Sílvia Cristina Yannoulas.

⁴Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2015/2016 - São Sebastião: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2015/>. Acessado em: 20 de outubro de 2018.

⁵ De acordo com o IBGE, são consideradas negras as pessoas que se autodeclararam pretas e pardas.

combate às opressões. No caso das mulheres negras, a condição de mulher deve ser incorporada ao seu pertencimento racial. O racismo e sexismo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, vistos como naturais na vida em sociedade, ocultando a construção histórica das desigualdades a partir da cor, do sexo e da condição social no Brasil.

Assim, segundo Carneiro (2002):

Mulheres negras também devem ser percebidas na sua diversidade: são urbanas, rurais, lésbicas, transexuais, jovens, idosas, deficientes, com muita ou pouca escolaridade, com muita ou pouca renda. Mulheres negras são heterogêneas e atuam por respeito, autonomia e liberdade (p. 20).

No geral, as informações educacionais sobre a participação das mulheres não são suficientes para revelar os diversos percursos realizados por elas, muitas vezes, marcados por interrupções, abandonos, obstáculos e a necessidade de criar rotas alternativas para realizar o direito à educação. Os dados estatísticos, como visto, têm auxiliado na compreensão das diferenças e desigualdades (CARNEIRO, 2002).

Justificado o tema, a pergunta problema que irá orientar o desenvolvimento do projeto é: **Como a Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFB contribui para a permanência das estudantes negras dos cursos técnico subsequentes do Instituto Federal de Brasília- Campus São Sebastião, considerando aspectos como gênero, raça e renda?**

Historicamente a população negra está presente nas primeiras colocações em relação a precarização das condições de vida, precisam ultrapassar obstáculos específicos e são recorrentemente tratados como subcidadãos, isso advém de um contexto histórico desde o sistema escravista que coisificava o negro, e o mesmo servindo apenas como força de trabalho. Na sequência a desigualdade no Brasil segue hierarquizada. Atinge primeiramente as mulheres negras, em seguida dos homens negros, mulheres brancas e homens brancos, nas pesquisas os homens brancos sempre estão em melhores condições quando comparado com os negros (FILICE, 2011).

Como dito, entende-se que a desigualdade de gênero e raça pode afetar a permanência e o desenvolvimento acadêmico, pois as mulheres negras assumem muitas jornadas, por vezes estão sobrecarregadas, tanto no trabalho assalariado como no trabalho doméstico. Muitas estão em postos de trabalho precarizados com baixos salários e residem nas periferias do Distrito Federal como mostra a pesquisa do IPEA (2011).

Nesta pesquisa revela-se que as mulheres negras se encontram em ocupações de trabalho de grande precariedade. A taxa de desocupação revela a desigualdade de gênero e raça, as mulheres negras ficaram com 12,2%, comparado com as mulheres brancas que ficaram com 9,2%, os homens negros com 6,4% e 5,3% para os homens brancos (IPEA, 2011). Ou seja, as mulheres negras se encontram em maior número em relação à taxa de desocupação, o que mostra que estão em maior vulnerabilidade.

A pesquisa mostra também a quantidade e distribuição dos domicílios de acordo com as características do chefe de família, a proporção de domicílio com acesso ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, e a localização em assentamentos subnormais. Observa-se que 40% dos domicílios são chefiados por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7 por mulheres brancas. Conclui-se que as mulheres negras, são em sua maioria chefes de família quando comparadas com os homens brancos e mulheres brancas, sendo superadas apenas pelos homens negros.

Em relação ao percentual da população negra vivendo em favelas, as famílias chefiadas por mulheres negras se encontram em maior vulnerabilidade social, pois 69% dos domicílios chefiados por negros recebem Bolsa Família⁶ enquanto 31% dos que recebem o benefício são chefiados por brancos (IPEA, 2011).

Entende-se que este quadro impacta na qualidade de vida das mulheres negras, pois utilizam o tempo com atividades remuneradas e ainda conciliam

⁶ Para estar no Bolsa Família, é necessário ter renda per capita de até R\$ 85,00 mensais, quem tem crianças ou adolescentes de até 17 anos na composição familiar, o patamar passa para R\$ 170 mensais per capita, pois abrange maior número de pessoas. <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/bolsa-familia-saiba-quais-sao-as-regras-para-participar-do-programa>> Acesso em 05 de março de 2019.

atividades domésticas, o que diminui o tempo para atividades de lazer, interação social, dedicação à educação, cultura e para descanso.

Assim, estas características compõem justificativas e necessidade de análises interseccionais de diferentes segmentos em âmbitos educacional, social e econômico, pois influenciam nas relações com o tempo dedicado aos estudos. Por isso o estudo de políticas públicas, em uma perspectiva interseccional que considera as relações de gênero e raça, estas se definem em uma construção social e cultural, mostra que as atividades construídas como femininas geralmente estão associadas com a reprodução humana, espaços relacionados à família, ao cuidado, valores, espaços privados, enquanto as atividades masculinas estão voltadas principalmente para o espaço público, (OLIVEIRA, 1999).

Por isso a importância de pesquisar sobre a assistência estudantil relacionando gênero e raça. A junção de discriminações de gênero, raça e renda coloca as mulheres negras em posições de maior vulnerabilidade, assim avaliamos estudar melhor a interseccionalidade. Considerando que mulheres vivenciam sexismo de formas diferentes, homens negros e mulheres negras vivenciam racismo de maneiras diferentes, e assim é desenvolvido subgrupos de discriminações (CRENSHAW, 2002). O intuito é verificar se tais percursos singularizam as trajetórias das estudantes negras no IFB – Campus São Sebastião.

Feito este levantamento de alguns dados da situação das mulheres negras, segue a delimitação do objeto, não sem antes apresentarmos um breve histórico da educação profissional no Brasil, Institutos Federais e do Instituto Federal de Brasília.

Breve histórico da educação profissional no Brasil e delimitação do objeto

A educação profissional, científica e tecnológica se inicia em 1909, com 19 escolas de Aprendizes e Artífices criadas por Nilo Peçanha, instituídas por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909. O Estado usou como justificativa para a criação das Escolas de Aprendizes Artífices a viabilização de condições para a classe proletária garantir meios de sobreviver, as escolas foram criadas como

resposta ao desamparo dos trabalhadores e de seus filhos tendo em vista a ausência de uma política efetiva de educação (SANTOS, 2000).

A formação dos trabalhadores/as no Brasil se deu numa perspectiva de “dualidade estrutural”, pois era destinada uma trajetória educacional diferente para os/as trabalhadores/as, que seguiam fazendo cursos profissionalizantes, e para as elites que iriam seguir carreiras universitárias já que tinham suporte para as atividades intelectuais. Isto evidencia que a população mais pobre ficaria com os trabalhos relacionados a mão de obra manual e mecânica (KUENZER 2007).

Teoricamente, foi pensando na população ‘desvalida de fortuna’ e visando a inserção no mercado de trabalho, buscando atender a uma demanda do modo de produção capitalista e ao processo de industrialização que necessitava de formação cada vez mais técnica dos/as trabalhadores/as por conta da implantação de novas tecnologias, reorganização do mercado e do sistema produtivo, (SAVIANI, 2007) que o Estado brasileiro, se voltou para os/as então trabalhadores/as que buscavam uma melhor formação para inserção no novo sistema.

A partir da década de 1950 o setor industrial ganha mais impulso com as multinacionais se instalando no país, assim o Brasil se torna dependente do capital internacional que exige investimentos em uma nova qualificação de mão de obra. Então a Rede Federal é ampliada e acordos internacionais são feitos para o aumento da educação profissional (CUNHA 1971).

Segundo Cunha (1971), neste período, ocorre um crescimento capitalista no país que conduz os pequenos proprietários para se tornarem grandes proprietário, criam-se monopólios. Neste período as grandes empresas multinacionais entram no país necessitando de mão de obra qualificada para ocupar os postos hierárquicos e burocráticos e com novas tecnologias. Sendo assim foi preciso preparar os/as trabalhadores/as para atender às novas necessidades capitalistas, por meio da submissão da educação para o mercado de trabalho. O/A trabalhador/a passa a se capacitar de acordo com os critérios e habilidades que os cargos ocupacionais exigiam na nova fase do desenvolvimento capitalista.

Com as reformulações, desenvolvimento tecnológico, industrialização e exigências que vão surgindo no país, a educação técnica passou por várias

mudanças. Em 1971, período do regime militar, foi aprovada a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 5.692/71, que estabelece mudanças no 1º e 2º grau e direciona o ensino profissionalizante como obrigatório para todos os cursos de ensino médio. Porém não foi alcançado o objetivo esperado, e assim a Lei 7.044/82 acaba com a profissionalização obrigatória (MAGALHÃES, 2011).

Nos anos 1970 ocorre uma procura maior por cursos profissionalizantes devido ao crescimento da economia brasileira, e surge a necessidade de ampliação de instituições que ofertam tais cursos, assim em 1978 surgem os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica e profissionalizante (CEFET's), que tinham como objetivo principal formar engenheiros de produção e tecnólogos. Os primeiros CEFET's foram construídos nas Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná, Rio de Janeiro. Os ETF's e Escolas Agrotécnicas Federais passam suas atividades para os CEFET's e acabam se tornando referência da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico por todo o Brasil (OLIVEIRA, 2003).

Em 1995 o ministério da Educação demonstrou a intenção de realizar mais uma mudança no ensino técnico profissional do país porque as Escolas Técnicas Federais (ETF'S) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S) que estavam apresentando problemas como custos elevados, número limitado de vagas, dificuldade de acesso dos alunos/as trabalhadores/as e de baixa renda e cursos de longa duração (OLIVEIRA, 2003).

O Estado passa a ter uma postura mais progressista com relação à educação na primeira década do século XXI, investindo nas instituições de ensino federais. Neste período há uma reformulação da Rede Federal, aumentam-se as unidades de ensino, e com a Lei 11.892/08, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia e os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia (IFs) que ofertam ensino público e gratuito, criados pelo Ministério da Educação (MEC). Os institutos federais se propõem a ser novo modelo de educação profissional e tecnológica. A partir dos CEFETs, estes institutos influenciariam o país a atingir condições para o desenvolvimento educacional e socioeconômico.

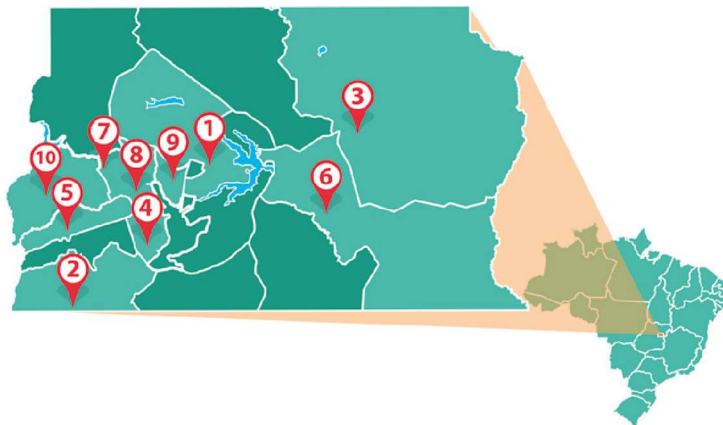
O MEC defende que o foco passaria a ser a justiça social, equidade, competitividade econômica e a geração de novas tecnologias e responderia às necessidades da formação profissional. Os Institutos Federais passam a ofertar todos os níveis e modalidades da educação profissional, assumindo responsabilidade com o desenvolvimento integral dos trabalhadores articulando com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), (PACHECO, 2010).

Com este histórico é possível afirmar que os cursos técnicos foram criados, a princípio, pensando em formar quadro para o mercado de trabalho, embora teoricamente fosse parecer que havia um compromisso com a classe trabalhadora. O contexto histórico da educação profissional no Brasil mostra que se constituiu conforme as demandas do mercado, atendendo ao modelo de produção capitalista, diante dessas demandas a formação profissional brasileira e as políticas sociais de educação, surgem para atender ao mercado, conforme afirma Saviani (2000).

O Instituto Federal de Brasília foi criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 é um instituto de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi que oferece Educação Profissional gratuita, nas formas de Cursos de Formação Inicial e Continuada, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação que estão articulados com projetos de pesquisa e extensão. Começou com a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas e Agrotécnica Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (PACHECO, 2010).

Hoje existem 38 Institutos Federais em todo Brasil, com 644 Campi, distribuídos em 321 municípios. No Distrito Federal (DF) o Instituto Federal de Brasília possui 10 Campi, localizados em Brasília, Gama, Estrutural, Taguatinga, Recanto das Emas, Planaltina, Riacho Fundo, São Sebastião, Samambaia, Ceilândia.

Figura 1 - Distribuição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no DF em 2015.



- | | |
|--------------------------------|------------------------------------|
| 1 - <i>Campus Brasília</i> | 6 - <i>Campus São Sebastião</i> |
| 2 - <i>Campus Gama</i> | 7 - <i>Campus Taguatinga</i> |
| 3 - <i>Campus Planaltina</i> | 8 - <i>Campus Recanto das Emas</i> |
| 4 - <i>Campus Riacho Fundo</i> | 9 - <i>Campus Estrutural</i> |
| 5 - <i>Campus Samambaia</i> | 10 - <i>Campus Ceilândia</i> |

Fonte: Manual do estudante, IFB, 2015

Assim o IFB, bem como os outros Institutos Federais, faz parte de um processo de concretização das políticas nacionais para a educação. Essas políticas são norteadas pela Política Nacional de Educação (PNE), pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e pela Constituição Federal de 1988.

De acordo com o PDI⁷, o foco dos IF's é promover justiça social, equidade, desenvolvimento sustentável pensando na inclusão social. Busca de soluções

⁷O **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI** – consiste num documento em que se definem a **missão** da instituição de ensino superior e as **estratégias** para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de 5 (cinco) anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos **principais indicadores de desempenho**, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI). Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/form_pdi.htm> Acesso em 1 de abril de 2019.

técnicas e geração de tecnologias novas, devendo responder de forma ágil às demandas por formação profissional que vem crescendo.

Como visto, no Distrito Federal houve a expansão do IFB para outras RA's, e foram escolhidas as regiões que continham alto nível populacional, baixo índice de desenvolvimento sócio econômico e que fosse proporcional com uma distribuição geográfica do DF com alcance abrangente. Então São Sebastião foi escolhida para implantação de um dos Campi.

Contextualizando o Campus São Sebastião

O Instituto Federal de Brasília foi inaugurado em 2008, porém o Campus São Sebastião iniciou suas atividades somente em julho de 2011 em local provisório oferecendo, a princípio, apenas cursos de formação inicial e Continuada (FIC). Os cursos técnicos subsequentes iniciaram em 2012. Como ainda não tinha espaço definitivo para se instalar o Campus funcionou em local provisório, inicialmente em espaço do Governo do Distrito Federal (GDF) conhecido como Centro de Múltiplas Funções (CMF). Antes as aulas dos cursos técnico subsequentes eram realizadas em uma escola chamada “Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo”, quando foi feita a parceria com o IFB, a escola ofertava suas aulas no período matutino e vespertino para o ensino fundamental e no período noturno o instituto poderia ofertar seus cursos (PPP, IFB, 2015).

No início o Campus tinha apenas quatro professores em exercício, estando em processo a seleção para contratar 13 professores temporários. Em 11 de outubro de 2011 o Campus São Sebastião começou a oferecer os primeiros cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), sendo Auxiliar de Secretariado e Auxiliar Administrativo. Neste período também se iniciou a construção dos planos de ensino dos cursos técnicos em Secretariado e em Secretaria Escolar (PPP, IFB, 2015).

No início de 2012, o Campus São Sebastião oferecia vagas em seis cursos de formação inicial sendo Inglês Básico, Espanhol Básico, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Secretariado, Auxiliar de Secretaria Escolar e Vendas. Em seguida foi ofertado o curso semipresencial de Prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas no Ambiente de Trabalho tendo como parceria a Secretaria Nacional de Políticas

sobre Drogas (SENAD) e os Correios, e neste mesmo semestre se iniciou o curso FIC de Cuidador de Idosos.

Os cursos subsequentes⁸ - técnico em Secretariado e Técnico em Secretaria Escolar, foram criados em 2012, ofertando vagas para os cursos no período noturno, e tinha como objetivo de expandir a oferta do Campus. Tais cursos foram selecionados visando uma demanda crescente no mercado de trabalho que necessita da inserção de profissionais na área de apoio educacional, e buscou satisfazer os desejos dos moradores expostos nas audiências públicas. E, teve como finalidade atender a carência de mão de obra técnica especializada e promover o desenvolvimento da região.

De acordo com o Plano de abertura de 2014 dos cursos subsequentes, o objetivo era reverter a carência de mão de obra especializada nas várias áreas de conhecimento, e continuar viabilizando a educação profissional em vários níveis e aumentar o desenvolvimento regional. Portanto, os Cursos técnicos subsequentes do Campus se enquadram no Eixo Tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, e faz parte do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

No Projeto Político Pedagógico – PPP (2015) consta que o Instituto visa incentivar práticas pedagógicas que possam promover a integração entre o conhecimento propedêutico e o técnico, fazendo com que possibilite a formação de alunos com consciência crítica e contribua para a formação da cidadania.

O perfil dos (as) estudantes do Campus é diversos. Não há um padrão de idade ou um único perfil para todos (as), mas consta no PPP que no geral são trabalhadores/as que têm histórico escolar comprometido e trazem dificuldades do contexto social, como o desenvolvimento escolar precarizado, abandono ou afastamento precoce pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho, sendo que vários alunos, em maioria as alunas, dividem o tempo de estudo com o trabalho e responsabilidades familiares (PPP, IFB, 2015).

⁸De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Artigo 36-A inciso II, a educação profissional técnica de nível médio poderá ser desenvolvida na forma subsequente, que são cursos técnicos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio, (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Assim as dificuldades vivenciadas pelos alunos e alunas que comprometem as possibilidades de obter sucesso na vida acadêmica, de acordo com o que consta no PPP (2015), são:

Defasagem no domínio de conhecimentos básicos que se constituem como suporte para o desenvolvimento de conteúdos referentes às etapas de escolaridade oferecidas;

Comprometimento de aspectos relacionados a estrutura cognitiva e a hábitos escolares/acadêmicos considerados necessários para a construção de conhecimentos;

Conhecimento de mundo, vivências e experiências culturais restritas que limitam a compreensão ampliada das propostas dos cursos ofertados.

A grade curricular do curso Técnico Subsequente em Secretaria Escolar e Secretariado são organizados por meio da estrutura curricular por módulos sequenciais. Consta no Projeto Político Pedagógico que os cursos ofertados têm os seguintes objetivos:

Atender a demanda do mercado e da sociedade em geral;

Conciliar a demanda identificada com a capacidade institucional do Instituto Federal de Brasília e do Campus São Sebastião;

Identificar as competências gerais e específicas da área profissional;

Gerenciar o perfil de técnico em secretaria escolar na área administrativa, organizacional, educacional e de relações interpessoais;

Atender aos requisitos relativos à ética, gestão secretarial, processo de informação.

Propor uma qualificação curricular que permita um desempenho profissional ao término dos três últimos módulos, possibilitando a certificação intermediária.

O Plano de Curso diz que a metodologia proposta para organização do currículo está ligada com a fundamentação didática pedagógica que auxilie no trabalho docente, porém o trabalho deve levar em consideração as características dos alunos, o desenvolvimento da formação técnico profissional e conhecimentos

que apoiam o acesso aos saberes profissionais. A organização do trabalho deve ter as seguintes ações:

Conhecer e respeitar a diversidade presente no contexto escolar, considerando a realidade do aluno como referência para o desenvolvimento do processo educativo;

Desenvolver processos de aprendizagem que considerem as experiências e habilidades prévias dos estudantes para a construção de novos conhecimentos;

Relacionar conhecimentos gerais, técnicos e científico com a prática observável na vida do aluno e no espaço de trabalho.

Organizar propostas de trabalho que conduzam o aluno à aprendizagem significativa;

Favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares, viabilizando sua aplicação no cotidiano e na atividade profissional do estudante;

Articular conhecimentos de diferentes áreas para a resolução de problemas ou construção de hipóteses que permitam ao estudante relacionar disciplinas e áreas de conhecimento para a compreensão da realidade;

Desenvolver propostas de trabalhos que auxiliem o aluno na transformação das informações oriundas de diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio;

Aplicar conhecimentos e técnicas em sua atuação profissional.

Nas ações citadas não consta a questão de gênero e raça, porém cita a questão de conhecer e respeitar a diversidade presente no contexto escolar, sendo assim deveria levar em consideração a especificidade das mulheres negras para trabalhar relacionado com as ações da assistência estudantil no Campus. Portanto, apresentaremos a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília.

Assim, considerando este contexto, nosso objetivo geral e objetivos específicos que estão a seguir, não sem antes destacarmos mais uma vez nossa pergunta focal.

Questão Central

Como a Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFB contribui para a permanência das estudantes negras dos cursos técnico subsequentes do Instituto Federal de Brasília- Campus São Sebastião, considerando aspectos como gênero, raça e renda?

Objetivo geral

Analisar de que forma a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Brasília contribui para a permanência das alunas negras dos cursos técnicos subsequentes do Campus São Sebastião no período entre 2015 a 2018.

Objetivos específicos

- 1- Analisar se os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFB estão em consonância com o PNAES.
- 2- Realizar levantamento dos desafios encontrados para a efetivação da política segundo a instituição;
- 3- Analisar a criação e implementação da PAE no IFB, e verificar em que medida aspectos históricos incidem sobre as estudantes negras na perspectiva de gênero, raça e renda que compõe a materialização da Política de Assistência Estudantil do IFB;
- 4- Analisar a importância da assistência estudantil do IFB - São Sebastião, na perspectiva das estudantes e da equipe multidisciplinar;
- 5- Mapear dificuldades para a permanência das discentes negras que participam do programa Auxílio Permanência.

Estrutura da pesquisa

Pretendeu-se entender o processo histórico de criação e implementação da Política de Assistência Estudantil, criação dos cursos técnicos no Brasil e no DF, com foco em São Sebastião, bem como a inserção das mulheres negras e a percepção das mesmas no processo, a partir da revisão bibliográfica em torno das produções acerca de Política de Assistência Estudantil, Política de Educação,

Ensino Técnico e Instituto Federal de Brasília; e dos conceitos de políticas públicas; política de assistência estudantil e interseccionalidade (gênero, raça, renda).

Para tanto, foi realizada pesquisa sobre a criação da Política de Assistência Estudantil, Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, sua implementação no Instituto Federal de Brasília e seu conceito; trajetória dos cursos técnicos no Brasil e a criação dos IF's, bem como a relação da assistência estudantil com a permanência das alunas negras dos cursos técnicos subsequentes.

É preciso compreender a educação como direito social que precisa ser garantido e viabilizado. Assim a assistência estudantil também é um direito que tem um papel fundamental para atuar como mecanismo de permanência nas instituições e ensino. Cury (2007), diz que o pressuposto do conhecimento é a igualdade e que a igualdade visa que todos os componentes da sociedade tenham condições iguais de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento. A Política de Assistência Estudantil busca contribuir para isso.

Santos et al (2017) traz alguns desafios enfrentados pelas equipes multiprofissionais que trabalham na assistência estudantil, sendo eles: fortalecer a concepção do direito ao acesso e à permanência ao ensino; problematizar e atuar sobre questões relacionadas às diversidades culturais, regionais, étnico-raciais, sexuais, e à deficiência; trazer para o debate a concepção de igualdade e equidade. Assim, mostra que é preciso buscar trabalhar para além dos auxílios financeiros e considerar outros fatores determinantes para a condição social que interferem na permanência.

Em relação a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Pacheco (2010) diz que um dos desafios é construir uma visão de formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às necessidades do mercado e contribua para a formação e fortalecimento da cidadania dos/as trabalhadores/as buscando democratizar o conhecimento em suas diversas formas. Verificaremos se isto tem ocorrido no IFB, se consideram as perspectivas e demandas das jovens negras na Política de Assistência Estudantil. Assim, é importante articular as políticas de educação técnica e profissional com políticas e programas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social, para que os vários segmentos sociais

possam alcançar e ter acesso à educação profissional, principalmente aqueles historicamente situados à margem das ofertas educativas.

A democratização da oferta da rede pública de educação profissional está crescendo em todo o país, e busca adotar políticas diferenciadas para garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino. Os IF's devem ser pensados em função da sociedade como um todo e numa perspectiva de transformação.

Sendo assim, para dar conta deste debate e dar materialidade para esta pesquisa, a dissertação foi dividida em quatro partes, além da Introdução e Conclusão, a saber:

Capítulo 1 – Política de Assistência Estudantil, Raça e Gênero: Conexões necessárias.

Nesta primeira parte buscamos responder aos seguintes objetivos específicos: Analisar a criação e implementação da PAE no IFB, e verificar em que medida aspectos históricos que incidem sobre as estudantes negras na perspectiva de gênero, raça e renda compõe a materialização da Política de Assistência Estudantil do IFB;

Assim, abordamos no capítulo a contextualização do Campus São Sebastião desde sua construção, inauguração e implementação dos cursos subsequentes Técnico em Secretariado e Técnico em Secretaria Escolar, traçamos a construção da Política de Assistência Estudantil do IFB e os programas que são ofertados. Isto ajudou na melhor compreensão da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília-Campus São Sebastião.

Capítulo 2 – A interseccionalidade como percurso metodológico

Aqui apresentamos as bases metodológicas qualitativas utilizadas. Trabalhamos como percurso metodológico a perspectiva interseccional, para assim realizar análise de gênero, raça, e renda de maneira interligada; realizou-se análise documental, aplicação de questionário semiaberto, entrevista narrativa com as estudantes e com a Equipe Multidisciplinar.

Capítulo 3 – Quem são as estudantes dos cursos técnico subsequentes do IFB Campus São Sebastião

Aqui apresentamos o perfil das estudantes que realizaram cursos técnicos subsequentes no IFB Campus São Sebastião, e que solicitaram apoio da assistência estudantil por meio de inscrições no Programa Auxílio Permanência. Os dados foram retirados das planilhas de avaliação socioeconômica realizada pelos (as) assistentes sociais. Também apresentamos a Equipe Multidisciplinar e seus apontamentos em relação aos desafios encontrados para a efetivação da política segundo a instituição;

Capítulo 4 - Interseccionalidade de gênero, raça e renda no PNAES

Na parte quatro buscamos responder os seguintes objetivos específicos: Analisar a importância da assistência estudantil do IFB - São Sebastião, na perspectiva das estudantes e da equipe multidisciplinar; mapear dificuldades para a permanência das discentes negras que participam do programa Auxílio Permanência.

Portanto, realizamos a análise dos dados coletados no sentido de evidenciar a importância da assistência estudantil na perspectiva das estudantes, pontuando as dificuldades para a permanência das discentes negras que participam do programa Auxílio Permanência. As informações foram obtidas junto aos questionários aplicados e com as entrevistas realizadas com as estudantes e também com a equipe multidisciplinar que trabalha diretamente com a política. Os dados levaram a traçar um quadro do processo que revela o quanto a política de assistência estudantil foi importante para as estudantes apesar das dificuldades que vivenciaram.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, RAÇA E GÊNERO: CONEXÕES NECESSÁRIAS.

Sendo o objeto da pesquisa a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Brasília, fez-se necessário abordar como esta política, que tem como base o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, executado no âmbito do Ministério da Educação, está articulada com outras políticas públicas já que a mesma foi criada para atuar em consonância com a política de educação, em particular a educação superior e técnica, tendo em vista que é uma política social inserida no âmbito das políticas públicas.

Para Muller e Surel (2002,) o termo ‘política’ cobre, ao mesmo tempo, a esfera da política (polity) que faz a distinção entre o mundo da política e a sociedade civil, a atividade política (politics) que faz atividade política em geral como a competição pela obtenção dos cargos, e a ação pública (policies) que elaboram e implementam programas de ação pública. São dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos.

Uma política pública é formada por um conjunto de ações concretas com a substância visível da política, é composta por recursos financeiros que são os créditos atribuídos aos ministérios, pode ser intelectual que seria a mobilização dos atores das políticas, e também pode ser reguladora com o fato de criar regulamentações para tomada de decisões (MULLER e SUREL, 2002).

Para analisar uma política pública não se deve considerar somente um conjunto de decisões, pois as políticas públicas estão ligadas aos atores, aos indivíduos e grupos de interesse, como no caso da Política de Assistência Estudantil, têm os estudantes, servidores envolvidos, organizadores e avaliadores. Assim para analisar a Política de Assistência Estudantil também se faz necessário realizar uma breve contextualização sobre as políticas sociais.

Não se sabe exatamente quando a política social surgiu, mas um momento muito importante para o seu desenvolvimento foi o crescimento do capitalismo com a Revolução Industrial e as lutas sociais e de classe que levaram o Estado a buscar intervir. A princípio a ideia era manter a ordem social e punir a vagabundagem, não tinha formato de direitos e de responsabilidades do Estado em relação a população.

As políticas sociais eram feitas por meio da caridade privada e ações filantrópicas com características assistencialistas (BOSCHETTI, 2007).

As políticas sociais foram de certa forma, um meio de responder às mazelas das expressões da questão social no capitalismo que está relacionado com a relação de exploração do trabalho, e que trouxe trabalho precarizado, com baixos rendimentos, desemprego, pobreza extrema, gerando crescimento da desigualdade social. As políticas propostas atingiram minimamente as reivindicações da classe trabalhadora.

No final do século XIX e início do século XX, a mobilização da classe trabalhadora foi fundamental para mudar a natureza do Estado liberal. Os trabalhadores alcançaram conquistas importantes na dimensão de direitos políticos, como o direito ao voto, participar de organizações de sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação; tudo isso foi pautado na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza, e na instituição de uma sociedade não capitalista, as conquistas alcançadas não romperam com o sistema capitalista (BOSCHETTI 2007).

Assim, a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX (BOSCHETTI, 2007, p. 64).

No Brasil, as políticas sociais não surgiram no mesmo período dos países de capitalismo central. O Brasil tem uma especificidade que foi o processo escravista, e não houve políticas governamentais para inserir as pessoas negras no mercado de trabalho formal após o sistema escravocrata, início da Primeira República (GARCIA, 2008).

Para Abreu, (1999, p.17) “a política social seria uma ação do governo de caráter redistributivo e compensatório com o objetivo de mediar a relação entre os cidadãos”. Diante desse contexto o governo implementa as políticas sociais e dentre elas a política de assistência estudantil.

O direito à educação está relacionado com o campo das políticas sociais e com a criação dos Institutos Federais o acesso a profissionalização é ampliado,

sendo assim iremos a seguir fazer uma breve contextualização da Política de Assistência Estudantil para contribuir com os estudos e a pesquisa proposta.

1.1. Política de Assistência Estudantil do IFB

Santos et al (2017) diz que em 2001 o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), apresentou para a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a proposta para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior. Essa proposta tomou como base os desafios apontados nos resultados da Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos/das Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, que contribuiu para constatar os fatores fundamentais para condições justas de permanência acadêmica, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, entre 1996 e 1997. Portanto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a Política de Assistência Estudantil do IFB foram feitos pensando no público do ensino superior, não foi levado em consideração as especificidades dos cursos técnicos que também são atendidas.

Assim, a Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFB foi construída em 2011 com base nas disposições previstas no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, foi aprovada pela resolução 26/2011/CS/IFB. Este primeiro documento foi resultado da iniciativa da Pró-Reitoria de Ensino por meio da Comissão de Assistência Estudantil que foi criada para construir a política da instituição. A comissão foi composta pelos assistentes sociais dos Campi, coordenadores de assistência estudantil e pedagoga da Pró-Reitoria de Ensino (PAE-IFB, 2011).

A PAE do IFB objetiva criar ações que busquem promover a justiça social, formação integral do corpo discente assim como diminuir as desigualdades referentes às necessidades socioeconômicas e pedagógicas, resgatando a dignidade e ressaltando a autonomia do educando, tendo em vista a assistência estudantil enquanto mecanismo de direito social. A PAE abrange todos os alunos regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade, sem distinção entre as modalidades e níveis dos cursos, ou seja, poderão participar dos programas os

cursos de Formação Inicial e Continuada⁹ (FIC), cursos Técnicos Subsequentes, cursos de nível Superior e Ensino Médio Integrado, desde que tenham carga horária mínima de 200h (PAE-IFB, 2014).

Além disso, a Política de Assistência Estudantil é coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino, em parceria com os Campi, as Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE) dos Campi, e devem se desenvolver junto com os demais setores as ações e programas que tenham natureza de caráter didático-pedagógico, psicológico, social, cultural e científico, de assistência estudantil, previsto na Política (PAE-IFB 2014).

Sendo assim, a comissão que elaborou a política constatou que o documento constituído em 2011 não se esgota no momento de sua criação por se tratar de algo novo em uma instituição recém-criada, por isso foi feita uma reformulação da política do IFB em 2014, aprovada pela Resolução 14/2014/CS/IFB de 30 de maio de 2014, elaborada com ampla participação da comunidade acadêmica – discentes, técnicos administrativos e docentes (SOUZA, 2017).

A PAE reformulada em 2014 acrescentou a necessidade da equipe mínima e colocou as atribuições de cada cargo. Fez separação por núcleos: Núcleo de Serviço Social, o Núcleo de Psicologia e o Núcleo de Pedagogia. E que a instituição deve contar com uma equipe mínima de: 1 Assistente Social, 1 Psicólogo, 1 Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais e 3 Assistentes de Aluno. Inseriu-se também as competências para os diretores gerais, registro acadêmico, coordenação de curso, coordenação da residência estudantil e coordenadores do pólo de educação à distância.

Além disso, na reorganização da PAE, os programas foram reestruturados e divididos em Programas Universais, Programas de Promoção a Permanência e Programa de incentivo ao Desenvolvimento acadêmico. Estes programas foram inseridos de maneira mais detalhada quando comparado com a primeira política de 2011. Foram especificados os critérios, objetivos e procedimentos a serem tomados em cada programa.

⁹ Cursos FIC são cursos básicos de formação inicial e continuada, e não depende de nível de escolaridade para matrícula.

Dentre as mudanças, também foi estabelecido na PAE de 2014 o limite do valor de acúmulo de bolsas e a categorização dos/das estudantes em grupos de vulnerabilidade, sendo: Grupo 1: alta vulnerabilidade; Grupo 2: média vulnerabilidade, e o grupo 3: não prioritário. Os dois grupos (1 e 2) são definidos conforme os critérios de avaliação socioeconômica desenvolvido pelas assistentes sociais, tal como a renda per capita, condições de moradia, situação de trabalho, componentes familiares, e outros. Já o grupo 3, não prioritário, diz respeito a estudante que está fora dos critérios do Decreto 7.234 de julho de 2010, que define atendimento prioritariamente aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

O grupo um e dois têm valores de auxílios diferenciados que são definidos por cada edital, assim como a quantidade de auxílios a serem disponibilizados. A distribuição de 2015 a 2018 se deu conforme tabela a seguir.

Além do mais na nova PAE foi incluído no Programa de Promoção a Permanência, o auxílio PROEJA¹⁰ e o auxílio criança, destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que não tenham com quem deixar seus filhos com idade de 0 (zero) até 12 (doze) anos nos horários de aula, buscase assim, contribuir para a permanência do estudante na escola e evitando crianças nas salas de aula e dependências dos Campi do Instituto Federal de Brasília – IFB.

Tabela 1 - Valores e quantidades de auxílios nos anos entre 2015 e 2018.

	Auxílio	Quantidade	Valor	Parcelas
1/2015	G1	20	250,00	9
	G2	60	150,00	
	Auxílio Criança	10	300,00	
2/2015	G1	8	250,00	5
	G2	126	150,00	
	Auxílio Criança	10	300,00	

¹⁰ PROEJA é um Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006.

Total de auxílios no ano	234			
1/2016	G1	3	250,00	10
	G2	39	150,00	
	Auxílio Criança	6	300,00	
2/2016	G1	3	250,00	5
	G2	29	150,00	
	Auxílio Criança	3	300,00	
Total de auxílios no ano	83			
1/2017	G1	-	-	10
	G2	100	180,00	
	Auxílio Criança	9	360,00	
2/2017	G1	-	-	5
	G2	126	180,00	
	Auxílio Criança	5	300,00	
Total de auxílios no ano	240			
1/2018	G1	80	307,00	9
	G2	34	184,00	
	Auxílio Criança	-	-	
2/2018	G1	40	307,00	4
	G2	27	184,00	
	Auxílio Criança	-	-	
Total de auxílios no ano	181			

Fonte: Elaborada pela autora com base nos editais do IFB Campus São Sebastião.

O Campus busca participação da comunidade escolar para divisão dos recursos entre os programas. Os estudantes podem se manifestar, mas a decisão final é feita pela direção do Campus, é uma manifestação de caráter consultivo, feito por consulta pública em que podem participar estudantes, pais, responsáveis, servidores e demais membros da comunidade externa. É divulgado propostas de divisão do recurso, e a comunidade pode votar por meio de questionário feito pelo questionário do Google Forms. A prioridade é o Programa Auxílio Permanência, e para o auxílio emergencial é destinado em médio 5% do recurso, pois é um auxílio utilizado apenas para situações emergenciais em que o (a) estudante pode solicitar a qualquer momento, não depende de edital.

Na Tabela 1 podemos verificar os valores dos auxílios em cada ano, em 2015 e 2016 o G1 tinha valor de 250,00, o G2 150,00, e o Auxílio Criança tinha valor de 300,00; em 2017 não foi oferecido auxílio G1 e o valor do G2 era 180,00, já o auxílio criança no primeiro semestre de 2017 aumentou para 360,00, mas no segundo semestre voltou a ser 300,00; em 2018 foi ofertado G1 por 307,00 e G2 por 184,00 e a partir de então não foi mais ofertado o Auxílio Criança. Considerando a soma de todos os auxílios, o ano que ofertou maior número de auxílios foi em 2017, e o que ofertou menor número foi o ano de 2016 com 83 auxílios estudantis.

Em entrevista realizada com EM2, a mesma aponta importantes reflexões sobre os critérios que delimitam os grupos por vulnerabilidade.

“A existência de grupos de vulnerabilidade é um dado controverso, segundo a opinião inclusive de alguns assistentes sociais, porque ela exigiria uma fronteira mais delimitada de vulnerabilidade entre os dois grupos. Ou seja, para ter um dado mais isolado, e um dado que corresponde sobre a vulnerabilidade em geral, que é, por exemplo, a renda per capita que a gente sabe que envolve uma série de outras coisas, mas para a gente considerar só a renda per capita, por exemplo, para separa um grupo do outro não faria sentido, você ter um aluno com renda per capita de 300,00, fazendo jus a um auxílio maior e um com renda per capita de 400,00 fazendo jus ao auxílio menor que é quase a metade do primeiro, ao mesmo tempo, qualquer fronteira de limite seria extremamente problemática. Além disso, o Programa Auxílio Permanência é limitado, não tem uma universalidade conforme o perfil, conforme o recorte, temos editais com um número limitado de vagas, inclusive acontece de pessoas que cumprem os requisitos fiquem fora do número de vagas, então hoje o G1 e O G2, não são atendidos em sua universalidade. O que temos é um esforço das (os) assistentes sociais para privilegiar uma oferta de bolsas com valores maiores que são o G1, mas a gente sabe que como o recurso é limitado, se eu ofertado mais G 1, eu reduzo

o número total de atendidos, se ofertamos mais G2, atendemos um número maior de pessoas. Hoje temos buscado aplicar em média 70% do recurso em G1 e 30% G2, mas tem campus que só trabalha com bolsas G1, pois é decisão do campus” (EM 2).

A divisão dos recursos em G1, G2 e Auxílio Criança, é de decisão de cada campus, não é algo engessado por edital. Os campi têm autonomia para decidir conforme for a realidade de cada local. Alguns campi preferem ofertar somente G1, o auxílio de maior valor, outros não oferecem o Auxílio Criança, por entender que não é necessário ou não supre a realidade das estudantes mães, no Campus São Sebastião, por exemplo, não ofertam mais o auxílio criança desde 2018.

A fala da entrevista da EM2 revela a preocupação das técnicas com a situação das estudantes mães.

“Todos os semestres têm estudantes que uma vez ou outra trazem os filhos. No Brasil não há clareza na definição sobre o direito da criança de estar em um espaço adequado ao seu desenvolvimento, ou o direito das mães de fazerem a sua formação, em função disso não temos uma diretriz se é proibido ou se é incentivado a presença de crianças na escola, especificamente nas salas de aula e corredores que não são espaços adaptados para elas, dado que não existe essa definição clara, o IFB não proíbe a frequência de estudantes com suas crianças, mas o IFB também não incentiva e até não recomenda, aliás o IFB recomenda o contrário. É claro que esta posição, mas é importante ressaltar que o IFB teve o programa auxílio Criança, que já esteve em execução, mas ele se mostrou insuficiente, seja pelo valor, seja por cobrir somente os espaço de aulas, seja pelas localidades não ofertarem os serviços à noite, pelo valor pago pelo auxílio” (EM 2).

A Política de Assistência Estudantil do IFB em seu artigo 18 institui os três grupos de programas, sendo eles:

- Os Programas Universais que se constitui em Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico, Promoção da Saúde e Incentivo à Cultura Esporte e Lazer.

Estes programas são destinados a todos/as os/as estudantes regularmente matriculados na instituição;

- Os Programas de Promoção a Permanência constituído por Programa Auxílio Permanência, apoio ao Proeja, auxílio moradia, residência estudantil, auxílio criança e apoio ao integrado.

Neste caso, apenas os/as estudantes dentro do perfil de vulnerabilidade socioeconômica poderão participar, devendo ser do Grupo 1 ou Grupo 2. Tem como objetivo auxiliar com apoio financeiro, para manutenção dos estudos dos/das estudantes contemplados, e diminuir as taxas de retenção e evasão escolar. Neste programa os/as estudantes poderão acumular no máximo duas bolsas atingindo o máximo de 650,00 reais (seiscentos e cinquenta reais). Por exemplo, podem acumular auxílio permanência com o auxílio criança, porém o acúmulo é decidido conforme análise socioeconômica feita pelo assistente social.

O programa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico constituído pelo programa Monitoria e de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico. (PAE - IFB)

Todos estes programas têm como objetivo apoiar os discentes de forma a favorecer a permanência e o êxito acadêmico por meio de ações da Equipe Multidisciplinar da instituição. Podem se inscrever nos programas os/as estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com matrícula e frequência regular, em cursos de Formação Inicial e Continuada, que contemplem no mínimo 200h, do Ensino Técnico e de Graduação do IFB. Outro critério para receber o auxílio é ter frequência mínima de 75%.

Encontra-se na PAE do IFB os critérios de avaliação a serem considerados no estudo socioeconômico para a concessão do auxílio permanência. Leva-se em consideração vários fatores, como por exemplo, o tipo de moradia, tipo de trabalho, grupo familiar, famílias cadastradas no Cadastro Único, dentre outros. São eles:

Renda familiar per capita – serão priorizadas famílias com menor índice, em escala crescente de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de salário-mínimo até o limite de 1 (um) salário-mínimo e meio per capita, valores estabelecidos pelo PNAES (2010);

Pessoas negras, quilombolas, indígenas, a serem identificados por meio de autodeclaração do/a estudante e a certidão de nascimento.

Podem também fazer entrevista para avaliação da situação com as assistentes sociais dos Campi. Destaca-se ainda que no caso de ser estudante

quilombola ou indígena, nestes casos, deverão apresentar uma declaração da comunidade pertencente.

Assim, percebe-se que dentre os critérios de avaliação é levado em consideração questões de gênero e raça, quando cita as mulheres chefes de família e pessoas negras, quilombolas e indígenas, o que é um ponto positivo.

Mulheres chefes de família, únicas responsáveis financeiras pela manutenção econômica da família, que apresentaram autodeclaração e deverão participar de entrevista para avaliação da situação com os/as assistentes sociais dos Campi.

A PAE prevê também auxílio para situações emergenciais - situações atípicas que venham a ocorrer ao longo do curso, este auxílio é concedido de forma imediata, de acordo com a avaliação da situação feita pela assistente social que tem autonomia para disponibilizar o recurso a qualquer momento, não necessitando de edital. O valor do auxílio mensal é de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Segundo EM2:

“O auxílio emergencial é um programa que tem uma previsão na política em vigor, ele é referenciado, mas não é regulamentado, a política inclusive regulamenta em seus anexos todos os demais programas. O auxílio emergencial é referenciado como um benefício, não como um programa, e depois ele não tem uma normatização, posteriormente foi feita uma nota técnica, foi confeccionada para normatizar um pouco. Essa norma técnica, trouxe algumas questões muito importantes, como por exemplo, limita a quantidade de parcelas por ano, 3 parcelas, limita o valor máximo de cada parcela de até 400,00 e ela define com precisão que é o assistente social, por meio de parecer social, que vai ter o poder de deferir ou indeferir a situação” (EM 2).

Os principais motivos de solicitação do auxílio emergencial foram citados na entrevista com a Equipe Multidisciplinar.

“São principalmente o não acesso a produtos ou serviços de saúde, do SUS, então pessoas que precisam trocar de óculos, pessoas que precisam fazer alguns exames de saúde e que não podem aguardar as longas filas de espera do SUS, pessoas que precisam adquirir medicamentos e não tiveram acesso nas farmácias públicas do SUS. Além disso, nós temos situação de trânsito em que as pessoas precisam sair de casa geralmente por situações de violência, sobretudo de violência doméstica, nós temos também pessoas que perderam suas fontes de renda, como no caso de trabalhadores informais que em determinado mês não conseguem aferir a renda e aí se encontram inclusive em situação de insegurança alimentar, que se não tiverem acesso ao auxílio emergencial dificilmente conseguirão se alimentar naquele período” (EM 2).

Os casos citados são graves, porque alguns fazem referência até a própria sobrevivência da pessoa, como é o caso da violência doméstica, assistência médica e insegurança alimentar. São situações que interferem diretamente no rendimento acadêmico e resultam na falta de oportunidades econômicas.

Quanto ao acesso aos auxílios estudantis, a Política de Assistência Estudantil define alguns critérios, também, para o desligamento do estudante no programa. Para os/as estudantes contemplados com os auxílios, existem alguns critérios para os desligamentos dos programas, tais como: Trancar matrícula, atingir o índice superior a 25% (vinte e cinco por cento) de faltas no mês letivo, sem justificativa, infringir as normas disciplinares da instituição; desistir do curso matriculado ou solicitar transferência; concluir o Curso no qual está matriculado; não renovar a matrícula e quando o próprio estudante ou seu responsável solicitar o desligamento do auxílio.

Em meio a este universo complexo, optou-se por trabalhar com as discentes negras devido às pesquisas já anunciadas, o público do PNAES no IFB, e por ser uma estudante negra, e, em estudos anteriores ter constatado que estas se encontram em maior nível de desigualdade quando relacionadas com as várias jornadas de trabalho, postos de trabalho precarizados, vulnerabilidade socioeconômica, desigualdades e discriminações como mostrou a pesquisa do IPEA 2011 e outros estudos, mas não só, como veremos as demandatárias são em sua maioria mulheres negras.

Portanto o conceito de interseccionalidade que abordaremos a seguir nos ajuda a pensar as imbricações de serem mulheres negras e vulneráveis no Programa.

1.2. Interseccionalidade, gênero, raça e renda

De acordo com Jaccoudet al (2009), até as primeiras décadas do século XIX, em Portugal e nas colônias portuguesas, o termo raça estava associado a religião e a descendência. As teorias raciais surgem no século XIX na Europa e nos Estados Unidos para explicar as origens das pessoas. O Brasil mostrou aceitação destas teorias entre 1930 e 1970, que tinha como argumentação a relação com o

biológico em que diz que as características das pessoas estão relacionadas com a capacidade intelectual, então colocam os brancos como sendo superiores e mais capazes intelectualmente.

Assim a ideologia racista deste período permitiu a naturalização das desigualdades raciais, surgindo assim a tese do branqueamento que se baseava em embranquecer a população por meio da miscigenação em busca de um ideal branco até chegar ao desaparecimento da população negra. (THEODORO ET AL, 2008).

Após 1930 o projeto de branqueamento foi incorporado a ideologia da democracia racial que trouxe a recusa do determinismo biológico e a valorização do aspecto cultural. De 1964 até o fim da década de 1970 houve um grande movimento da militância antirracista. A denúncia do racismo estava associada com a questão de respeitar a cultura dos descendentes africanos e da afirmação de sua identidade (THEODORO ET AL, 2008).

Embora o autor afirme que são ideologias excludentes, branqueamento e democracia racial, entendemos que ainda há parcela da sociedade que acredita na superioridade e na supremacia branca. Assim no nosso entendimento, são ideologias ainda em curso e concomitantes e que convivem com conquistas recentes.

A Constituição Federal de 1988 (CF) incluiu o tema da discriminação racial, da diversidade cultural e do reconhecimento dos direitos da população remanescente de quilombos como algo em destaque. Tornou-se crime inafiançável e imprescritível, reconhece os territórios quilombolas como bens culturais nacionais, e de acordo com o artigo 216 afirma a diversidade cultural como patrimônio comum a ser valorizado e preservado.

A constituição também prevê o direito à educação, de acordo com Nosella (1998), historicamente o processo de escolarização no Brasil, é marcado por um modelo classista, de atendimento apenas a grupos privilegiados, então uma ideia de uma educação que vise a democratização do conhecimento passa por uma ampliação de oferta e das condições de acesso, sendo preciso buscar alternativas para a inclusão, para a permanência e êxito no processo de aprendizagem.

De acordo com a constituição de 1824 art. 6º, a educação no sistema escravocrata era somente para os cidadãos considerados brasileiros, assim, as pessoas escravizadas não poderiam frequentar as escolas de “primeiras letras”. Em 1854 foi posto a obrigatoriedade de escola primária para crianças a partir de 7 anos de idade, porém não era permitido crianças escravas e não tinha previsão de instrução para os adultos. Quando existia interesse por parte dos senhores por conta dos “escravos de aluguel”, era oferecido aos escravos técnicas de leitura e escrita, e apesar das restrições, uns ensinavam aos outros. A população negra só teve mais oportunidades educacionais na década de 20 e 30, quando vão surgindo as escolas técnicas para suprir demandas que o mercado de trabalho exigia. (GARCIA 2007).

Tendo em vista o modelo excludente de educação, é possível perceber que os negros não tiveram acesso à educação por um longo período, como afirma Davis (2016, p.108):

[...] O povo negro percebeu que os “quarenta acres e uma mula” da emancipação era um boato mal intencionado. Teriam de lutar pela terra; teriam de lutar pelo poder político. E, depois de séculos de privação educacional, reivindicariam com ardor o direito de satisfazer seu profundo desejo de aprender (DAVIS, 2016, p.108).

O maior movimento negro paulista, a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Movimento Negro Unificado (MNU), tiveram suma importância para a criação dos programas de ações afirmativas e para dar visibilidade para a situação da população negra. Somente a partir da década de 80, o combate à discriminação racial ganhou visibilidade no Brasil (GARCIA 2007).

Sendo assim, a população negra foi excluída por muito tempo do sistema educacional, o acesso foi negado e posteriormente dificultado. A falta de políticas públicas no período após a abolição repercute até os dias atuais, quando relacionamos com a desigualdade de gênero percebemos uma exclusão ainda maior, pois as mulheres negras foram excluídas por seu gênero e sua cor de pele.

Por isto, se faz necessário compreender também as relações de gênero. Os comportamentos e modelos estipulados para homens e para mulheres são construídos e determinados socialmente e não concebidos de forma natural como é dito na sociedade. Conforme afirma Saffioti (1987, p.8):

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da distribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos que pode operar o homem (SAFFIOTI, 1987, p.8).

A forma mais comum da divisão do trabalho é a diferenciação das atividades que são postas aos homens e as mulheres, o impacto da divisão sexual do trabalho interfere nas relações de gênero. Para Oliveira, (1999), as relações de gênero não são resultadas de um destino biológico, mas sim de uma construção social, cultural.

De acordo com o glossário incluído em Yannoulas (2003), a categoria gênero vem do latim “genus” que faz referência ao código de conduta da organização social das relações entre homens e mulheres. Gênero é o modo como as culturas se organizam em relação a diferença sexual. Assim sua principal característica é ter a possibilidade de mudar na relação entre homens e mulheres por meio do tempo. Em diversas culturas o gênero é compreendido como masculino e feminino de forma hierarquizada, em que o masculino é considerado superior sendo mais valorizado do que o feminino. Quando esta questão é debatida pretende-se transformar a construção social e cultural das relações de gênero com o intuito de eliminar as discriminações (YANNOULAS, 2003).

A questão racial é uma construção social que define o que é raça. De acordo com Guimarães (2003), a palavra raça tem dois sentidos analíticos, um no âmbito da sociologia e outro no âmbito da biologia genética. Diz que existe dois conceitos, o analítico que é um conjunto de fenômenos que só faz sentido no campo da teoria científica, e a que está no campo prático, histórico, e está relacionado com o âmbito social, cultural.

Sueli Carneiro (1995) diz que o racismo estabelece a inferioridade social dos negros, e potencializa a das mulheres negras. Especificamente, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e raça vem trazendo novas formas para a ação política feminista e antirracista, o que enriquece a discussão tanto da questão racial quanto de gênero.

A raça associada ao gênero evidencia uma grande desigualdade salarial e no desemprego. Sueli Carneiro (1995) diz que o racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população, e das mulheres negras em potencial.

Assim, as mulheres negras no Brasil, apesar das conquistas alcançadas com políticas de gênero e raça, como por exemplo, a política de cotas raciais ainda se encontra em situação de opressão, violências sexistas e racistas. A autora Saffioti afirma que "... neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra (SAFFIOTI,1987, p.52).

No século XIX e XX foram organizados os movimentos feministas para lutar contra a desigualdade de gênero, a opressão, a discriminação, a violência contra as mulheres. Percebendo que existem demandas diferentes para as mulheres negras é organizado o feminismo negro que emerge a situação específica de ser mulher, negra e em geral, pobre. É importante ressaltar a questão do feminismo negro porque, historicamente, há diferenças que impactam a vida das mesmas ainda hoje, enquanto as mulheres brancas lutavam para ter determinados direitos, ao mercado de trabalho, melhores salários, as mulheres negras ainda estão lutando por liberdade e dignidade.

Paula e Heringer (2009) relatam sobre a imagem e a identidade das mulheres negras no Brasil que têm sido marcadas pelo trabalho subalterno, sendo constantes desde o processo escravista até os dias atuais. As mulheres negras assumem diferentes postos de trabalho em precárias condições, a atuação no setor de serviços tem maior destaque e geralmente são exercidas de maneira informal, e em condições de exploração, com baixos rendimentos. Dentre estas atividades, o trabalho doméstico se destaca entre as mulheres negras.

Nestas engrenagens capitalistas e racistas, as diferentes formas de discriminação e opressão articuladas geram negação de direitos e acesso a políticas públicas, assim é necessário e possível buscar compreender o fenômeno, por meio da interseccionalidade. Segundo Botelho e Nascimento:

[...] a perspectiva da interseccionalidade das múltiplas formas de vulnerabilização procura entender as maneiras por meio das quais os diversos modos de discriminação, opressão e violência - tais como o racismo, sexismo, o classismo, a lgbttfobia etc. - operam em suas articulações, promovendo, de maneiras específicas, tipos particulares de segregação e vulnerabilidade (2016, p. 32).

Davis (2016), também aborda a interseccionalidade em seus estudos e fala da necessidade da não hierarquização das opressões, o quanto é preciso considerar a intersecção de gênero, raça e renda para possibilitar um novo modelo de sociedade e romper com lógicas opressoras, no sentido de transformar pela base a estrutura.

Crenshaw (2004), diz que não necessariamente lidamos com grupos diferenciados, mas sim com grupos sobrepostos, grupos que vivenciam diversas formas de discriminação como o sexismo, racismo, questão de renda, isto é, uma combinação de exclusões e de fatores que determinam as condições de vida. Fazendo um estudo interseccional é possível trabalhar para que políticas públicas sejam melhor compreendidas, inclusivas e produtivas. No caso das estudantes do IFB Campus São Sebastião, agregam-se os aspectos gênero, raça e renda, e como veremos, em determinadas situações o critério, geração, também teve peso, e foi acionado na reflexão.

E, um olhar atento às necessidades do auxílio emergencial revela o quadro de vulnerabilidade das estudantes. Mas não só, a escuta da equipe multidisciplinar mostra também a preocupação em relação aos recursos insuficientes para atender todas as estudantes dentro do perfil de vulnerabilidade socioeconômica, em sua maioria, como veremos, mulheres negras.

Portanto, uma leitura interseccional ajuda a entender a dinâmica das diferentes formas combinadas de opressões e que estas estão imbricadas (FILICE CARNAÚBA, 2019). Temos que pensar a luta e as políticas de forma interligada, entender as várias vulnerabilidades de maneira conjunta. A interseccionalidade nos permite analisar o ponto de encontro das desigualdades e as implicações que duas ou mais formas de subordinação podem causar, como por exemplo, o sexismo,

machismo, desigualdade de classe. O objetivo é analisar a Política de Assistência Estudantil de forma articulada e não fragmentada.

Para tanto, se faz necessário compreender este debate considerando as múltiplas formas de desigualdades que podem gerar várias formas de vulnerabilidades, principalmente em relação às mulheres negras, até porque esta se revelou nosso público da Política de Assistência Estudantil do IFB Campus São Sebastião. Assim buscaremos compreender os processos como parte da luta por nos direitos humanos, impetrada pela população negra no Brasil.

1.3. Direitos Humanos, gênero e raça

Os Direitos humanos são direitos oriundos de lutas sociais em busca de igualdade e dignidade para todas as pessoas. A busca por esses direitos se iniciou com a Revolução Francesa com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que buscava primeiramente a liberdade (HUNT, 2009).

No Século XVIII não se considerava todas as pessoas igualmente capazes de autonomia moral, sendo que as pessoas necessitariam ter independência para decidir sobre si mesmo para ter direitos. Assim, determinados grupos de pessoas eram excluídas como, por exemplo, as mulheres, negros, analfabetos (HUNT, 2009).

Hunt (2009), afirma que os direitos humanos requerem três qualidades, devem ser iguais, naturais e universais. Por serem direitos humanos, todas as pessoas de todos os lugares devem possuí-los. Assim seria mais fácil aceitar a característica natural do que a igualdade e universalidade. Mas diz que o caráter natural, universal e igual não são suficientes, pois os direitos humanos apenas se tornam significativos quando ganham conteúdo político.

Tais qualidades citadas por Hunt ganham expressão política pela primeira vez na Declaração da Independência Americana de 1776 e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (HUNT, 2009, p.19). A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi o marco principal da luta por direitos. Formulada na Pós Segunda Guerra Mundial, foi o documento que mais se adequa a população, pois foi o que mais se aproximou da universalidade dos direitos.

Os direitos humanos eram considerados direitos naturais, pois os indivíduos teriam direitos naturalmente enquanto seres humanos de acordo com sua cultura, história, ligado a exigências morais e com a naturalização da estrutura na sociedade, os direitos eram considerados óbvios e não necessitaria de nenhuma justificativa, logo, eram considerados autoevidentes.

Os direitos humanos não são apenas uma doutrina formulada em documentos: Baseiam-se em uma disposição em relação as outras pessoas, um conjunto de convicções sobre como são as pessoas e como elas distinguem o certo e o errado no mundo secular (HUNT, 2009, p.25).

A Declaração Universal foi elaborada com base na cultura ocidental. Santos (2006), afirma que foi construída sem a participação da maioria dos povos do mundo. Aponta que os direitos humanos são uma proposta emancipadora, e no século XXI passa a ter uma concepção multiculturalista, e que seria preciso transformar os direitos de um localismo globalizado para um cosmopolitismo para assim ter diálogo entre as diferentes culturas. O autor traz dois conceitos, o universalismo que busca tornar global direitos que possuem raiz local, como forma de dominação cultural; e o relativismo cultural, que alega existir determinadas práticas específicas para determinadas culturas.

Direitos humanos são uma noção complexa que guarda várias facetas e interfaces que articulam diversas dimensões (jurídica, ético moral, política e cultural, entre outras), que são complementares entre si e tornam a luta pela efetivação histórica dos direitos humanos um permanente processo de construção (CARBONARI, 2007, p. 6)

Carbonari (2007) diz que na formação da cidadania brasileira existe um processo de exclusão social da maior parte da população, sendo atingido principalmente em três pontos: a pobreza e a desigualdade, o racismo e o sexismo. A pobreza é uma questão estrutural com marcas históricas da formação social e econômica que privilegia a classe burguesa, a elite. O racismo é a herança da prática de um sistema escravista patrocinado pelos mitos da 'cordialidade' e da 'democracia racial'. O sexismo é a marca cultural das relações privadas e públicas e está relacionada com a subordinação da mulher, com o machismo e com o patriarcado e suas variantes.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos contribui para o combate à discriminação racial. Crenshaw (2002) diz que esta questão foi melhor trabalhada na Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Tratou-se de discriminações baseadas na cor, descendência e na origem étnica ou nacional, mas era preciso pensar nos direitos humanos levando em consideração todas as formas de preconceito, as diferenças entre homens e mulheres e as diferenças entre as próprias mulheres. A junção de várias diferenças e discriminações gera uma maior dificuldade de atingir a proteção de direitos, pois as mulheres já sofrem com a discriminação de gênero e com os outros fatores como vulnerabilidades sociais, questão racial, de classe, religião, orientação sexual. Para Crenshaw (2002) são diferenças que fazem a diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação.

Com a Constituição Federal de 1988 incorporou-se uma questão política crescente em relação aos direitos no Brasil, porém ainda insuficiente. É necessário viabilizar os direitos garantidos na Constituição, que se deu por meio das organizações e lutas dos movimentos sociais. Os direitos sociais e humanos são violados muitas vezes quando se trata da população socialmente excluída da sociedade, como os negros e pobres, ficando assim distante da realidade de direitos universais. A dificuldade na transformação deste quadro se deve a estrutura desigual do sistema capitalista que, por meio da exploração, da desigualdade socioeconômica gera exclusão, um fenômeno cultural e social. As práticas sociais e as ideologias relacionam a desigualdade e a exclusão (SANTOS, 2006). A população negra recorrentemente, insere-se nos quadros mais vulneráveis do sistema. Em especial as mulheres negras, ocupam a base da pirâmide, como denuncia a ativista norte americana Angela Davis em palestra na Bolívia.

Carbonari (2007) diz que os direitos humanos se relacionam com a construção de reconhecimento, e das interações com as relações humanas, e afirma-se por meio da luta permanente contra a exploração, o domínio, a exclusão e todas as formas de menosprezo do ser humano, é luta permanente pela emancipação e construção de relações solidárias e justas.

Portanto, o debate sobre a desigualdade de gênero em relação aos direitos humanos vem crescendo o princípio da igualdade de gênero está baseado

na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi acrescentado posteriormente na Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CRENSHAW, 2002).

Diante o contexto apresentado, com a compreensão melhor da posição, muitas vezes subalterna destinada às de mulheres negras brasileiras e o quanto foi negado direito ao longo do contexto histórico, percebe-se a importância de analisar como se dá permanências das estudantes negras no Instituto Federal de Brasília, com vistas a contribuir para o estudo da Política de Assistência Estudantil da instituição IFB. Verificar se e como, atualmente, estão alcançando o acesso nas instituições de ensino, daí a necessidade de avaliar, programas que compõem a Política de Assistência Estudantil. Sendo assim, para o desenvolvimento da pesquisa seguiu-se o percurso metodológico descrito no capítulo 2.

CAPÍTULO 2 - A INTERSECCIONALIDADE COMO PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada com discentes negras dos cursos técnico subsequentes do IFB - Campus São Sebastião, que buscaram apoio da assistência estudantil, considerando o período entre 2015 e 2018. Selecionamos este período para melhor compreender o desenvolvimento da política a partir da sua reformulação e da constituição da equipe multidisciplinar. O intuito foi traçar um estudo um pouco mais ampla da Política de Assistência Estudantil do IFB, com objetivo de identificar as mudanças ocorridas e que estiveram desde a reformulação da política bem como analisar como a equipe multiprofissional tem trabalhado para alcançar os objetivos da assistência estudantil. Para tanto nos interessou ouvir as estudantes. Este capítulo descreve a perspectiva teórico metodológica, bem como as técnicas utilizadas. Aplicamos o questionário e realizamos entrevistas narrativas com estudantes negras dos cursos técnico subsequentes.

2.1. Interseccionalidade e políticas públicas

Nesta pesquisa adotamos como método e perspectiva de análise a abordagem interseccional. A interseccionalidade foi pauta do movimento feminista negro, e surge da crítica em relação a não consideração as reivindicações de pautas das mulheres negras. Debate que nasce no confronto em relação ao movimento feminista branco que não considerava a especificidade das demandas das mulheres negras e que por vezes, reproduziam, quando não, invisibilizava o racismo. Em relação ao movimento negro, focado nos homens, denuncia-se por falhar por ter caráter machista, não considerando as questões específicas das mulheres negras. A proposição do conceito de interseccionalidade enquanto teoria crítica de raça foi pensada pela estadunidense Kimberlé Crenshaw (AKOTIRENE, 2018).

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, p. 14, 2018).

Destacamos a importância do conceito e adotamos esta perspectiva como método, pois assim conseguimos analisar a interseccionalidade de raça junto aos demais marcadores sociais, e podemos buscar entender as performances em que o racismo está inserido atravessado por outras estruturas. O objetivo é sair da caixinha que separa as opressões e entendê-las de maneira interligada, dinâmica e performática, compreender as mulheres negras considerando sexualidade, gênero, raça, classe e outras desigualdades que são parte deste processo. Para além disso, a interseccionalidade é uma lente analítica que mostra de que forma e em que momento as mulheres negras estão sendo discriminadas, posto que estão vulneráveis em relação ao ponto de encontro das avenidas identitárias e que permeia a estrutura em seus efeitos políticos e legais (AKOTIRENE, 2018).

Crenshaw (2002) traz um bom exemplo para entender interseccionalidade, ao relatar o caso de uma empresa que contratava negros, mas apenas homens negros, e contratava mulheres, mas apenas mulheres brancas, assim as mulheres negras não tinham oportunidades de emprego nesta empresa e não conseguiam comprovar a discriminação interligada por gênero e raça, afinal, a empresa não se enquadrava em racismo, pois ora, contratavam negros, leia-se homens negros; e também não se enquadrava em discriminação de gênero, já que contratavam mulheres para cargos de secretária, porém apenas brancas. Para lidar com esta situação, na verdade muito rotineira também no Brasil, a autora explora a abordagem interseccional.

De acordo com Akotirene (2018), a interseccionalidade permite a obtenção de crítica para compreender a relação das identidades subalternas sujeitas a preconceitos, como subordinações de gênero, classe, raça, assim, a raça agrega a classe e gênero para ficar em um nível de igualdade analítica. Uma vez que foi determinado um lugar social para mulheres, considerando-as frágeis, determinadas a serem mães, com posições induzidas para o âmbito doméstico, tornou-se necessário entender o lugar das mulheres negras, caracterizados como inferiores pelo racismo epistêmico. Conforme a autora é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que passa a ser desvelado a partir do olhar interseccional (p. 54).

A interseccionalidade nos instrumentaliza para pensar a situação das estudantes demandantes da Política de Assistência Estudantil do IFB de São Sebastião, e também instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instituições que buscam proteger os direitos humanos, dando suporte para lidarem com as pautas das mulheres negras. Conduz-nos a enxergar como ainda opera a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos e vulneráveis. Os relatos das dificuldades enfrentadas, como veremos nos próximos capítulos, são realidades muito específicas de mulheres negras em condições vulneráveis, e que merecem ser conhecidas em suas dinâmicas próprias.

A interseccionalidade estimula o pensamento complexo, a criatividade e evita a produção de novos essencialismos (AKOTIRENE, 2018). Não é um conceito estático, mas performático e sujeito a acomodações pautadas em realidades concretas. O sentido é verificar em que maneira as relações raciais e sociais vão sendo tecidas em termos de gênero, raça e renda, no nosso caso, das estudantes assistidas pela Política de Assistência Estudantil do IFB.

Sendo assim, este método nos permite analisar o ponto de encontro das diversas vulnerabilidades que as mulheres negras enfrentam, a partir de um sistema de opressões que está interligado, conforme Akotirene (p. 14), “a interseccionalidade nos possibilita enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias.”

As mulheres negras vivenciam situações que estão conectadas. Muitas sofrem por racismo diante de suas patroas, empregos, racismo institucional e estrutural, juntamente com o machismo vivenciado em uma sociedade sexista em que a mulher por muitas vezes está subordinada ao homem, e que por muitas vezes têm suas falas, denúncias e lutas consideradas ilegítimas, seja por homens brancos, negros e também mulheres brancas. Elas lutaram tanto pelo sufrágio como pela abolição da escravatura e isto faz toda a diferença. Portanto, no estudo do percurso de mulheres negras na educação, a interseccionalidade desconsidera individualmente qualquer reivindicação identitária que não esteja coletivamente construída, e se torna uma importante ferramenta metodológica para reflexões sobre gênero, raça e educação.

2.2. Técnicas de Pesquisa

A seguir mostraremos as técnicas utilizadas nesta pesquisa.

2.2.1. Análise documental

Realizamos análise documental por meio de dados institucionais do Registro Acadêmica e da Coordenação de Assistência Estudantil, editais do Programa Auxílio Permanência e Auxílio Criança e a própria Política de Assistência Estudantil do IFB, e teve como objetivo interpretar e analisar as informações que constam nos documentos oficiais (SÁ SILVA ET AL 2009).

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência (SÁ SILVA ET AL 2009, p. 10).

Sendo assim, para o estudo sobre a Política de Assistência Estudantil do Campus de São Sebastião, pretendeu-se desenvolver a pesquisa de forma qualitativa utilizando análise documental e pesquisa de campo com base em dados do Instituto Federal de Brasília, e de organismos públicos que registram a situação educacional de homens e mulheres negras, como dados do Instituto Nacional de Estudos Educacionais (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação (MEC), como forma de tentar interagir diferentes contextos e realidades que envolvem mulheres negras nos permitam traçar o contexto da discriminação de gênero, raça, renda e educação no Brasil.

Portanto, realizamos levantamento do marco legal tais como: Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES; a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes da educação nacional-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 11.892 de 29 de dezembro 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e outros registros são acionados e se conectam direta e indiretamente ao tema das mulheres negras nos cursos subsequentes nacionalmente ou localmente.

De acordo com Minayo (2012), a matéria prima da pesquisa qualitativa é composta por substantivos que têm sentidos que se complementam, como a experiência, vivência, senso comum e ação. Diz também que a análise tem por base três verbos: compreender, interpretar e dialetizar, sendo que o verbo principal é compreender.

Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. Toda compreensão é parcial e inacabada (MINAYO, 2012, pg. 623).

A política de assistência estudantil do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião inicia em 2012, porém, a política só foi consolidada após a reformulação em 2014, em que foi definido o trabalho da equipe multidisciplinar, a equipe mínima e as ações a serem realizadas no Campus. A partir daí a equipe multiprofissional foi se estabelecendo. A princípio a Coordenação de Assistência Estudantil (CDAE) do campus contava apenas com uma assistente social, no final de 2014 ingressaram uma psicóloga e uma técnica em assuntos educacionais nomeadas para assumir os cargos.

Desse modo, a Equipe Multiprofissional ficou completa somente no início de 2015, quando houve a mudança para o prédio novo que estava em construção na cidade de São Sebastião. A equipe contava com assistente social, psicóloga, assistente de alunos, e técnica em assuntos educacionais. Anterior a isto, a instituição funcionava em local provisório. A Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE) não tinha sala específica, não tinha equipe multiprofissional, tão pouco sala adequada para realizar atendimentos com os (as) estudantes.

Por ser assim, as avaliações socioeconômicas dos inscritos no programa auxílio permanência, atribuição competente ao assistente social, eram realizadas manualmente com tabelas impressas até o segundo semestre de 2015. Em 2016 foi implementado uma planilha de avaliação para os assistentes sociais, às quais

tivemos acesso e foi possível filtrar os dados das estudantes inscritas nos auxílios da assistência estudantil para essa pesquisa.

Recorte temporal

Sendo assim, analisaremos a assistência estudantil do Campus a partir da consolidação e organização da política, considerando a reformulação da mesma e a possibilidade de trabalho multidisciplinar que se deu com a formação completa da equipe, em 2015. Consideramos os dados contidos nas inscrições da assistência estudantil que tem disponível a partir do ano de 2016. Também foi solicitado acesso aos dados anteriores de 2012 a 2015, porém, como dito, o campus não tem o acesso informatizado a estes dados pois as avaliações eram realizadas manualmente. Assim o recorte temporal da pesquisa abrange o ano de 2015 até 2018.

Para mergulhar na realidade das estudantes negras e para melhor compreender a dinâmica da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília, aplicou-se questionário semiaberto.

2.2.2. Questionário semiaberto

Como parte da pesquisa, foi feito também um levantamento das condições sociais das alunas por meio de documentação de matrícula e inscrições nos programas de assistência estudantil, bem como nos registros da equipe multidisciplinar da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE).

Como procedimento atuamos de acordo com Lima e Mioto (2007). Primeiramente, foi solicitada autorização para acesso aos dados institucionais, para em seguida utilizar a técnica de análise documental, com a entrega dos termos e declarações de autorizações anexadas a este trabalho.

O intuito foi analisar e buscar compreender as demandas em relação a assistência estudantil. Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa aplicamos questionários para as estudantes que participaram dos programas da assistência estudantil em diferentes períodos, e também foi realizamos entrevistas. Os questionários foram aplicados no III Encontro e Egressos realizado no IFB - Campus

São Sebastião. Obtivemos 27 questionários preenchidos. O objetivo foi tentar compreender a visão das estudantes em relação a assistência estudantil do Campus, e em relação ao curso subsequente em que se matricularam. Utilizamos nomes africanos para as estudantes que responderam aos questionários e para as que participaram da entrevista para não as identificar.

2.2.3. Entrevistas

As entrevistas podem ser estruturadas, semiestruturadas, ou narrativas, nesta pesquisa optou-se por utilizar entrevista narrativa, elaborada para obter informações acerca do entendimento da equipe multiprofissional em relação a Política de Assistência Estudantil, e para entender quais são as demandas e as dificuldades para alcançar os objetivos da política. Buscou-se ainda entender a importância da política para as discentes e também as conexões com suas histórias de vida. A entrevista narrativa permite compreender com mais profundidade a trajetória dos profissionais e das estudantes e acrescentar outras questões quando necessário, obtendo maior número de informações e oferecendo possíveis esclarecimentos.

As entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional. Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (informante) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social (MUYLAERT ET AL, 2014 p. 194).

Em relação às entrevistas, foram realizadas amostras com três estudantes, que foram selecionadas a partir da análise das respostas aos questionários aplicados. Priorizou-se as estudantes que realizaram mais de um curso no IFB, as que solicitaram mais de um auxílio estudantil. No geral são alunas com idades diversas, e com diferentes períodos de realização dos cursos. A pequena amostra nos possibilitou afirmar com segurança como a política de assistência estudantil está se dando em sua singularidade. As falas trouxeram relevantes apontamentos sobre a trajetória e a permanência das estudantes no IFB São Sebastião.

Também foram realizadas entrevistas com a Equipe Multidisciplinar do Instituto Federal de Brasília Campus - São Sebastião que trabalha na Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social, para analisar e mapear os desafios e dificuldades para efetivação da política, e como a mesma é executada na instituição. Elaboramos Termo de Consentimento e Livre esclarecimento (TCLE), em anexo, para realização das entrevistas.

Foram entrevistadas 3 mulheres: Chanecia, Malkia e Nyashia e foram selecionadas dentro dos questionários alcançados. Em relação a Equipe Multidisciplinar foram entrevistados: A coordenadora da equipe, assistente de alunos, pedagoga e assistente social.

Sendo assim, para uma melhor compreensão do escopo da pesquisa, segue o capítulo 3 da dissertação em que apresentaremos os dados coletados, as análises dos questionários e das entrevistas realizadas com as estudantes e com a Equipe Multidisciplinar.

CAPÍTULO 3 – QUEM SÃO AS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICO SUBSEQUENTES DO IFB CAMPUS SÃO SEBASTIÃO E A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Neste capítulo apresentamos o perfil das estudantes que realizaram cursos técnicos subsequentes no IFB Campus São Sebastião, e que solicitaram apoio da assistência estudantil por meio de inscrições no Programa Auxílio Permanência. Os dados foram retirados das planilhas de avaliação socioeconômica realizada pelos (as) assistentes sociais. Também apresentamos o orçamento investido no auxílio ao estudante.

Antes de traçarmos o perfil da Política de Assistência Estudantil do IFB, apresentamos alguns dados relevantes.

Tabela 2- Orçamento investido no auxílio ao estudante no Instituto Federal de Brasília - 2016 a 2018.

	2016	2017	2018
Total para todo o IFB	3.477.162,00	4.387.225,00	5.352.152,00
Total para o Campus São Sebastião	320.328,00	422.502,00	558.321,00

Fonte: Retirado do site IFB em números <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>.

O recurso da assistência ao estudante destinado para o Campus São Sebastião em 2016 foi equivalente a 9,21% do total, em 2017 foi igual a 9,6% e em 2018 foi de 10,43%. Houve um aumento de 20,77% do recurso total destinado ao auxílio ao estudante no ano de 2016 para o ano de 2017; e no ano de 2017 para 2018 houve um aumento de 18% do recurso total. O montante é dividido entre os 10 Campi considerando estudos feitos sobre as localidades, regiões administrativas de cada Campus, estudos sociológicos, econômicos, para alcançar o índice de

vulnerabilidade da região, leva-se em consideração a quantidade de estudantes matriculados e a vulnerabilidade social da região.

Tal recurso tem alguns direcionamentos, não é todo destinado aos auxílios estudantis do Programa Auxílio Permanência e Programa Emergencial, também é destinado ao edital de eventos e ao desenvolvimento técnico científico, que é um auxílio estudantil para viagens e participação em eventos. Para este edital não existe critério de renda, gênero ou raça. O dinheiro também é destinado ao Programa Monitoria, programas esportivos, programas na área de ensino e extensão, programa técnico científico que está vinculada a área de pesquisa no IFB, e o programa de incentivo à Cultura Esporte e Lazer (PINCEL).

A multiplicidade de ações e demandas acaba sendo um fator limitador no atendimento aos estudantes que atendem ao perfil do Programa Auxílio Permanência.

“Além disso, temos alguns problemas do ponto de vista orçamentário, no que diz respeito principalmente, ao atendimento integral de todos os alunos com perfil para a assistência estudantil segundo o que está limitado no Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAES, e ainda o orçamento que temos sofre direcionamentos, são destinados a outros programas, por conta de uma compreensão ampla por parte da Pró Reitoria de Ensino e Extensão sobre o que é assistência estudantil, assistência ao aluno. A equipe de assistência estudantil, especificamente a equipe dos assistentes sociais do instituto, tem uma compreensão de certo modo mais restrito, mas esse restrito não deve ser tomado como pejorativo. É na verdade uma perspectiva de que, em ajustando melhor o foco desses programas, ou seja ajustando melhor para os programas que têm perfil PNAES, estudantes de escola pública e de até um salário mínimo e meio per capita, teríamos um sucesso maior, um impacto maior. Então por exemplo, o programa monitoria é visto com um programa da área da assistência estudantil, é evidente que tem um impacto assistencial, mas é um programa que por sua própria gênese e nome, ele está muito mais associado a área de ensino, mas dado que a área de ensino não tem recurso, acaba por essa compreensão ampla por parte das instâncias superiores, o mesmo acontece com o desenvolvimento técnico científico, e com o programa PINCEL” (EM 2).

Com esta fala, é revelada a preocupação com a permanência das estudantes em maior vulnerabilidade. Afirma-se que o recurso não é suficiente para atender todas (os) estudantes que estão dentro do perfil de vulnerabilidade socioeconômica para receber o auxílio permanência, sempre tem lista de espera nos resultados. Com isso, a pessoa entrevistada apresenta uma opinião diferente em relação ao

destino do recurso que no seu entendimento deveria ser destinado à permanência dos estudantes com perfil do PNAES, estudantes em vulnerabilidade social.

Para melhor compreender a visão tanto das estudantes quanto da Equipe Multidisciplinar, entendemos ser preciso, primeiro, traçar o perfil das estudantes que frequentaram os cursos técnico subsequentes de São Sebastião.

Tabela 3 - Autodeclaração das (os) estudantes que se matricularam nos cursos técnico subsequentes - 2016 a 2018 no IFB - São Sebastião, pelo critério raça/cor e gênero.

ESTUDANTES	2015	2016	2017	2018
Mulheres ¹¹ Negras	150	157	203	184
Mulheres Brancas	29	36	42	45
Mulheres Amarelas	8	3	9	6
Mulheres Indígenas	1	2	0	0
Mulheres Não Declaradas	6	0	7	2
TOTAL DE MULHERES	194	198	261	237
Homens Negros	16	23	38	27
Homens não negros	3	7	13	8
TOTAL DE MATRICULADO S (AS)	213	228	312	272

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Registro Acadêmica o IFB-Campus São Sebastião.

¹¹De acordo com o IBGE, são consideradas negras as pessoas que se autodeclaram negras e pardas.

Analisando o perfil dos (as) estudantes dos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Brasília - Campus São Sebastião, nos anos entre 2015 e 2018, em relação ao gênero e raça, pode-se verificar nitidamente que em todos estes anos a matrícula de mulheres é predominante, principalmente de mulheres que se autodeclararam negras. No total, 91% das estudantes são mulheres, independentemente da raça/cor e 70% do corpo discente é composto por mulheres negras considerando o ano de 2015.

Seguindo para o ano de 2016 vemos um total de 86% de mulheres matriculadas independentemente da raça/cor e, as mulheres que se autodeclararam negras corresponde a 68% do total de estudantes.

Em 2017, a porcentagem de mulheres matriculadas foi de 83% do total e 65% de todos os (as) estudantes é de mulheres que se autodeclararam negras.

Analisando o ano mais recente, o ano de 2018, verificamos que 87% é composto por mulheres, independentemente da raça/cor, e 67% das vagas foram preenchidas por mulheres que se autodeclararam negras.

Podemos perceber também que mesmo entre os poucos homens matriculados, a maioria se autodeclarou como homens negros. Chama atenção a diminuta presença de homens não negros, há de se considerar que o curso de Secretariado e Secretaria Escolar são tido socialmente como profissões femininas.

É inevitável a afirmação de que a presença de alunas negras é majoritária na maioria das estudantes, a porcentagem fica entre 65% e 70%. Com estes dados é possível constatar que existe uma relação de gênero e raça no perfil dos/as estudantes que se matricularam nos cursos Técnico Subsequente em Secretariado e Técnico Subsequente em Secretaria Escolar.

Em decorrência do imbricamento entre cuidado, feminização e profissões relacionadas ao cuidado, opera em relação a essas ocupações a divisão sexual horizontal no mercado de trabalho, que é a manifestação do princípio da separação, resultando na concentração de oportunidades de emprego para as mulheres em postos cujas características lhes são atribuídas culturalmente, como paciência, docilidade e delicadeza (YANNOULAS, 2003, p.252).

Assim, os cursos e trabalhos voltados para o cuidado, atenção, como os cursos de Secretaria Escolar e Secretariado, acabam tendo maior número de mulheres matriculadas. Isto está relacionado com a divisão sexual do trabalho e

apresenta as desvantagens que as mulheres vivenciam em relação às diferenças salariais, ascensão profissional e condições de trabalho (YANNOULAS, 2003)

Os dados a seguir não deixam dúvidas que as mulheres negras são maioria nos cursos subsequentes e na solicitação de assistência estudantil.

Tabela 4 - Quantitativo de inscritos (deferidos e indeferidos) dos cursos técnico subsequentes no Programa Auxílio Permanência - 2016 a 2018 do IFB-Campus São Sebastião em relação ao gênero e raça.

	Nº total de inscritos	Mulheres inscritas	Negras inscritas	Negras-Inscrição deferida	Negras - Inscrição indeferida
1/2016	120	110	68	46	16
2/2016	16	15	10	10	0
Total	136	125	78	56	16
1/2017	59	52	33	24	9
2/2017	37	34	24	16	8
Total	96	86	57	40	17
1/2018	64	60	46	32	14
2/2018	35	33	18	15	3
Total	99	93	64	47	17

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do IFB-Campus São Sebastião (2018).

De acordo com a tabela acima, podemos observar que no ano de 2016, 136 estudantes dos cursos Técnico Subsequente em Secretariado e Técnico Subsequente em Secretaria Escolar realizaram inscrição para o edital de auxílio permanência do IFB - São Sebastião, sendo que 120 se inscreveram no primeiro semestre e 16 se inscreveram no segundo semestre. Do total de inscritos do referido

ano, considerando a soma dos dois semestres, temos 125 inscrições de mulheres independentemente de cor/raça, destas, 78 são mulheres negras, o que representa, 57% do total de inscritos.

Já observando o ano de 2017, a Coordenação de Assistência Estudantil recebeu 59 novas inscrições no primeiro semestre e 37 inscrições no segundo semestre, o que totaliza 96 inscrições, sendo que do total, 86 são mulheres destas 57 são mulheres negras, sendo assim 59% de mulheres que se autodeclararam negras.

Em 2018 tivemos um total de 99 inscritos (as), 64 no primeiro semestre, e 35 no segundo semestre. Do total de inscrições, 64,64% representa o total de mulheres que se autodeclararam negras e que procuraram apoio estudantil no Programa Auxílio Permanência em 2018.

Em relação ao número de inscrições deferidas e indeferidas. Em 2018, 69,56% das mulheres negras tiveram inscrições deferidas no primeiro semestre e 83,33% no segundo semestre. Considerando o total no ano de 2018 temos: 73,43% de inscrições de estudantes autodeclaradas negras com status deferido e 26,56% indeferidas.

Alguns fatores podem levar ao indeferimento, como consta nos editais, por exemplo: Falta de documentação exigida no edital, renda familiar per capita superior a 1 salário mínimo e meio (equivalente a R\$1498,00), incoerência ou inconsistência nas informações prestadas. Os dados da planilha de inscritos mostram que o maior motivo de indeferimento é a falta de documentação completa entregue no momento da inscrição, como são muitos documentos exigidos os/as estudantes podem ter dificuldades para providenciá-los.

Há de se considerar esta informação e sua relevância tanto no sentido de serem a maioria de estudantes negras que solicitam auxílio e isto evidencia o baixo nível socioeconômico das participantes do Programa, revela que talvez por desinformação em relação a documentação entregue. E considerar o grau de vulnerabilidade das inscritas é um aspecto importante a ser considerado. É

necessário pensar estratégias para diminuir os indeferimentos, apesar de existir vídeo no Youtube com explicação detalhada de como organizar a documentação.¹²

Pode-se observar na Tabela 4 que a maioria das inscrições no Programa Auxílio Permanência dos cursos técnico subsequentes é de mulheres negras. Em 2016 representa 57% de inscrições, em 2017 foram 59% e em 2018 registrou-se 64,64%. Observa-se que são as mulheres negras foram a maioria nos três anos analisados.

Nota-se que o ano que mais teve inscrições dos cursos técnicos subsequentes foi o ano de 2016, com 136 inscrições. No decorrer dos 3 anos, é possível observar que no primeiro semestre o número de inscrições é sempre mais alto, isso acontece porque os editais têm validade de 1 ano. Assim todo início de ano os estudantes têm que se inscrever novamente. O edital do segundo semestre fica apenas para os calouros se inscreverem, ou para aqueles veteranos que perderam o primeiro edital.

No caso da avaliação socioeconômica para os auxílios estudantis, as alunas que se autodeclararam pretas ou pardas precisam entregar uma declaração assinada (anexo V) que irá compor a pontuação na planilha de análise (de onde os dados da tabela foram retirados). O pertencimento racial é feito por autodeclaração, conforme consta nos editais. Não há bancas de heteroidentificação.

Para melhor compreensão do perfil socioeconômico destas estudantes de maioria negra e para dimensionarmos o impacto do auxílio para a permanência nos cursos, segue a tabela 5.

¹² Vídeo no link https://www.youtube.com/watch?v=_naGNXRZXcA&t=208s

Tabela 5 - Renda per capita das estudantes negras dos cursos técnico subsequentes inscritas no Programa Auxílio Permanência - 2016 a 2018 do IFB - Campus São Sebastião.

Renda per capita	Entre 0 e 249,50	Entre 250,00 e 499,00	Entre 500,00 e 998,00	Entre 999,00 e 1498,00	Entre 1499,00 e 2000,00	Total
1/2016	19	20	23	6	0	68
2/2016	3	1	4	2	0	10
Total	22	21	27	8	0	78
1/2017	18	7	7	1	0	33
2/2017	8	12	2	2	0	24
Total	26	19	9	3	0	57
1/2018	13	20	7	5	1	46
2/2018	3	12	3	-	-	18
Total	16	32	10	5	1	64

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do IFB-Campus São Sebastião (2018).

Conforme a Tabela 5 pode-se observar a renda per capita das estudantes negras. Em 2016, 28,20% das estudantes negras tinham renda per capita entre 0 e 249,00; 26,92% registraram renda per capita entre 250,00 e 499,00. A maioria tem renda entre 500,00 e um salário mínimo (998,00) totalizando 34,71%. Apenas 10,25% têm renda familiar entre 999,00 e 1498,00. Sendo assim, dentre as inscritas no programa, 89,83% tem renda per capita de até um salário mínimo.

No ano de 2017 temos 45,61% de discentes negras com renda per capita entre 0 e 249,00, sendo a maioria; 33,33% têm renda entre 250,00 e 499,0; 15,78% tem renda entre 500,00 e um salário mínimo (998,00). Apenas 5,28% apresentaram

renda entre 999,00 e 1498,00. Portanto, 94,72% destas mulheres têm renda per capita de até um salário mínimo.

Já no ano de 2018, 25% das discentes têm renda de 0 a 249,50; a maioria tem renda entre 250,00 até 499,00 reais totalizando 50% das estudantes; 15,62% estão entre 500,00 e um salário mínimo (998,00); 7,81% tem renda familiar entre 999,00 e 1498,00, e apenas uma estudante tem renda superior a um salário mínimo e meio (1498,00) totalizando 1,56%. Assim, neste ano apresentou que 90,62% das estudantes negras têm renda per capita de até um salário mínimo.

No geral percebe-se que essas estudantes se inserem em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. A maioria possui renda per capita de no máximo 499,00 reais, menos que um salário mínimo, o que é muito pouco para sobreviver.

Outro aspecto a ser considerado é a idade das mesmas, conforme Tabela 6. Considerar gênero, raça e renda são fundamentais para verificar de que forma estas diferentes assimetrias compõem o perfil destas estudantes e interferem na sua permanência nos cursos.

Tabela 6 - Idade das estudantes negras inscritas no Programa Auxílio Permanência - 2016 a 2018, do IFB-Campus São Sebastião.

Semestre	18 a 25	26 a 33	34 a 41	42 a 49	50 ou mais	Total
1/2016	13	22	21	9	3	68
2/2016	3	6	1	-	-	10
Total	16	28	22	9	3	78
1/2017	11	11	6	3	2	33
2/2017	6	10	7	1	0	24
Total	17	21	13	4	2	57
1/2018	16	14	11	4	1	46
2/2018	5	5	4	3	1	18

Total	21	19	15	7	2	64
--------------	-----------	-----------	-----------	----------	----------	-----------

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do IFB-Campus São Sebastião.

Analisando as idades das discentes observamos que é variável, e que o critério geração também pode ser considerado em estudos interseccionais. Especialmente, neste estudo, embora não fosse eixo, se tornou incontornável mencioná-lo em dadas situações. Esta dinâmica revela o quanto o conceito de interseccionalidade não é pré-determinado, e sim tem uma plasticidade que deve se adaptar às realidades dadas a conhecer. A tabela acima mostra que tem estudantes matriculadas com idade entre 18 anos até com mais de 50 anos. Entretanto, no ano de 2016, 20,51% tinham idade entre 18 e 25 anos; 35,89% tinham entre 26 e 33 anos; 28,20% estavam entre 34 e 41 anos; 11,53% tinham entre 42 e 49 anos e 3,87% tinham 50 anos ou mais. Por ser um curso realizado após a conclusão do ensino médio, as estudantes podem realizar o curso a qualquer momento, por isso existe uma variedade de idades, mas podemos perceber que maioria tinha mais de 25 anos de idade, o que representa 79,49% das estudantes com mais de 25 anos.

Esta informação agrega elementos à nossa abordagem interseccional. São mulheres negras com renda inferior a um salário mínimo e com idade variada. Esta observação embora não possa ser definitiva, nos conecta a várias outras questões do percurso das populações negras, conforme mostra no capítulo 1, e nos permite afirmar que do universo pesquisado são as mais vulneráveis no sistema de ensino. São estas singularidades de percurso que dão materialidade ao conceito de interseccionalidade para pensar a política de assistência estudantil do IFB.

A realidade de 2016 não é diferente dos anos de 2017 e 2018. No ano de 2017, 29,82% das inscritas tinham entre 18 e 25 anos; 36,84% tinham entre 26 e 33 anos; 22,80% entre 34 e 41 anos; 7,01% entre 42 e 49 anos e 3,52% tinham 50 anos ou mais. Neste ano também foi possível observar que a maioria tem mais de 25 anos de idade, o que representa 70,17% das discentes.

No ano de 2018, 31,81% tinham entre 18 e 25 anos; 29,68% entre 26 e 33 anos de idade; 23,43% entre 34 e 41 anos; 10,93% entre 42 e 49 anos; e por fim

3,12% têm 50 anos ou mais. A maioria, 67,06%, mais que a metade, tem mais de 25 anos de idade. Assim em uma perspectiva interseccional muito há que ser avaliado sobre os mecanismos que obstaculizam os percursos deste público feminino negro.

Os dados apresentados permitem avaliar que o recorte de gênero, raça, acrescido da idade e percurso educacional, ilustra o perfil das estudantes dos cursos técnicos subsequentes que procuram apoio da assistência estudantil do campus São Sebastião. São jovens e senhoras, estudantes, que necessitam de políticas de assistência estudantil para concluírem com êxito seus cursos. Fica a questão: Estão tendo apoio? Quais programas, projetos e ações, a política do IFB tem oferecido ao longo destes 3 anos?

Se considerarmos a fala da entrevista da Equipe Multidisciplinar que revela preocupação em relação aos poucos recursos financeiros, e os diferentes entendimentos sobre a distribuição do montante que, no entendimento da gestão, devem também contribuir com outros programas como ensino e extensão, percebemos que executam ações para apoio as estudantes.

O perfil da amostra revela que são em sua maioria mulheres negras com baixa renda, considerando a renda familiar per capita. Sendo assim, o Programa Auxílio Permanência é de suma importância para o subsídio e permanência no curso em que se matricularam. Isto posto, se relacionado com a questão econômica, se faz necessário que as mesmas tenham o acompanhamento multidisciplinar descrito na Política de Assistência Estudantil do IFB, como o apoio pedagógico, psicológico e social.

O intuito foi verificar alguns aspectos qualitativos que permitam aferir se há este atendimento mais personalizado. Antes de escutar a Equipe, optamos por afunilar um pouco mais nossa percepção acerca das necessidades de apoio destas mulheres negras que procuram a assistência estudantil. Seguem os quadros que trazem os dados sobre moradia (tabela 7); e situação de trabalho (tabela 8).

Tabela 7 - Situação de moradia das estudantes negras inscritas no Programa Auxílio Permanência, 2016 a 2018 do IFB-Campus São Sebastião.

Semestre	Aluguel	Cedida	Em regularização	Própria e financiada	Em branco	Não se aplica	Total
1/2016	32	-	-	0	36	-	68
2/2016	6	-	-	0	3	1	10
Total	38	-	-	-	39	1	78
1/2017	13	-	-	0	20	-	33
2/2017	7	-	-	1	7	9	24
Total	20	-	-	1	27	9	57
1/2018	6	10	7	0	16	7	46
2/2018	3	3	6	1	5	0	18
Total	9	13	13	1	21	7	64

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do IFB-Campus São Sebastião.

Nas tabelas de avaliação dos anos de 2016 e 2017, não tem informações detalhadas em relação a situação de moradia. Na tabela 6, em 2016 apresentou 48,71% de estudantes residem em moradia alugada; em 2017, 35,08% residem em imóvel alugado e 1,75% reside em casa financiada. Já em 2018, 14,06% moram de aluguel; 20,31% moram em casa cedida; 20,31% residem em imóvel irregular, ainda em regularização e 1,56% residem em casa própria e financiada.

Tabela 8 - Situação de trabalho das estudantes negras inscritas no Programa Auxílio Permanência - 2016 a 2018, do IFB-Campus São Sebastião.

Semestre	Desempregada	Nunca trabalhou	Estagiária	Assalariada	Trabalho Informal	Outros	Total
1/2016	-	-	-	-	5	62	68
2/2016	3	-	-	5	2	-	10
Total	3	-	-	5	7	62	78
1/2017	11	-	-	-	7	15	33
2/2017	4	0	0	4	1	15	24
Total	15	0	0	4	8	30	57
1/2018	16	4	2	9	7	8	46
2/2018	8	2	0	2	6	0	18
Total	24	6	2	11	13	8	64

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do IFB-Campus São Sebastião.

Em 2016, 3,84% estavam desempregadas; 6,41% eram assalariadas e 2,56% eram trabalhadoras informais, estes foram os dados encontrado na planilha de análise socioeconômica do ano de 2016. Em 2017, 26,31% representam alunas desempregadas; 7,01% são estudantes assalariadas e 14,03% trabalham de maneira informal. Já em 2018, 37% representam alunas em situação de desemprego, com aumento de 10% em relação ao ano anterior, merece registrar porque foi a única taxa referente a 2017, que teve aumento de desemprego; em 2018, 9,37% representam alunas que nunca trabalharam, 3% são estudantes estagiárias; 17,18% são assalariadas e 20,31% trabalham de maneira informal.

Tabela 9 - Estudantes negras chefes de família e com filhos menores de 12 anos de idade inscritas no Programa Auxílio Permanência - 2016 até 2018 do IFB-Campus São Sebastião.

Semestre	Tem filhos menores de 12 anos	Mulheres Negras chefes de família (Única responsável pelo sustento da família)
1/2016	20	29
2/2016	3	4
Total	23	33
1/2017	21	14
2/2017	12	11
Total	33	25
1/2018	14	21
2/2018	8	10
Total	22	31

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do IFB-Campus São Sebastião.

Analisando a Tabela 9, pode-se verificar que em 2016, 29,48% das inscritas no auxílio permanência tinham filhos menores de 12 anos de idades e 42% eram mulheres chefes de família, ou seja, a única responsável pelo sustento da família. Já em 2017, apresentou que 57% das estudantes tinham filhos menores de 12 anos e 43% eram mulheres chefes de família. Em 2018 mostra que 34,37% das alunas tinham filhos menores de 12 anos e 48,43% eram chefes de família.

Infere-se dos dados que muitas das discentes negras estudavam com filhos pequenos em casa, e ainda eram as únicas responsáveis por buscar meios de garantir as necessidades básicas da casa, tudo isso conciliando com os estudos no Instituto.

Estes são aspectos que exigem uma maior compreensão sobre as percepções das mesmas acerca da assistência estudantil, considerando o perfil traçado de mulheres negras, que recebem menos de um salário mínimo, fora da idade, série esperado, com filhos menores de 12 anos e chefes de família.

3.1. Apontamentos da equipe multidisciplinar em relação a assistência estudantil

Um fator importante observado ao realizar as entrevistas com a equipe multidisciplinar foi o fato de que os quatro entrevistados se autodeclararam pretos/pardos, ou seja, negros, e também dos 4 entrevistados, 3 são mulheres, uma questão valorosa, pois mostra as estudantes uma representatividade, já que o corpo discente é majoritariamente de mulheres negras, diferente da gestão que costuma ser composta por homens e brancos. Outro aspecto importante, que não poderá ser explorado neste estudo, e permanece como tema a ser aprofundado.

Conforme relatos das entrevistas, a equipe multidisciplinar não tem treinamento ou capacitação ofertada pela instituição em relação à Política de Assistência Estudantil, porém, quando entram são orientados pela equipe sobre o trabalho a ser realizado e as legislações a serem seguidas.

Durante as entrevistas foram apontadas pela equipe algumas dificuldades para alcançar os objetivos da política. É percebido pela equipe multidisciplinar, que muitas vezes o auxílio estudantil acaba sendo utilizado para gastos com necessidades básicas, por conta da tamanha vulnerabilidade das estudantes e porque as políticas públicas e sociais das outras áreas estão precarizadas, como a política de saúde de assistência social, de emprego. Assim, o objetivo da política que seria minimizar as desigualdades entre as (os) estudantes fica comprometido, tendo em vista que o auxílio seria para compra de material escolar, transporte, alimentação.

“Então, o nosso público é um público em situação de vulnerabilidade social muito forte, eu não sei nem qual é a leitura disso, mas, por exemplo, a função do auxílio permanência seria para manter esse aluno na escola, no instituto...e mais para ser usado para a compra de material escolar, para compra de...de repente tirar uma cópia...é mais ou menos isso, seria esse o fim, eventualmente pagar um transporte para ir à escola. Só que a gente tem visto que esse auxílio serve para outras coisas, para pagar o aluguel, para comprar comida para a casa, para comprar roupa para o filho. É um auxílio para lidar com as necessidades básicas, a gente chega num ponto assim, tem pessoas que a gente já pegou carteira de trabalho, pessoas de 60 anos que nunca tiveram carteira assinada, e são às vezes, trabalhadoras domésticas, pessoas que vem de uma situação de muita fragilidade” (EM 1).

Esse fator é visto como uma dificuldade apontada pela equipe, pois acaba que o auxílio nem sempre é destinado diretamente para a permanência das estudantes. Outros fatores também foram apontados como: Falta de profissionais, são aproximadamente 1600 estudantes matriculados no total no IFB Campus São Sebastião; dificuldade para realizar os pagamentos dos auxílios existe um processo burocrático para solicitar o pagamento dos auxílios, o pagamento ao estudante tem como critério a frequência escolar, que relataram passar por dificuldades para computar a frequência mensal das (os) estudantes, pois depende de outro processo de preenchimento e atualização por parte dos docentes, às vezes a (o) estudante tem faltas acima do permitido, mas quando vão verificar algum professor não preencheu o diário. Então o fato de esperar concluir o mês para a contagem da frequência e aguardar a atualização dos diários atrasa os pagamentos.

“Então assim, essa condicionalidade da frequência também atrasa o pagamento, porque a gente tem que fazer o levantamento da frequência do aluno para poder enviar o pagamento. Então, o pagamento é enviado quando temos a frequência.... Hoje, a nossa condicionalidade é de que o aluno pode ter até 25% de faltas, se ele tiver 25,01% ele não recebe. Eles só vão recebendo no mês seguinte. De junho eles vão receber em agosto, o de julho eles vão receber em setembro, e assim por diante. Isso é muito ruim... isso é muito ruim” (EM 1).

“Calendário de pagamento com maior regularidade, o processo é feito dentro do semestre corrente, então os dois primeiros meses, o estudante em vulnerabilidade está vindo sem nenhum subsídio, para o lanche, para o transporte, porque só depois de dois meses é divulgado o resultado do Programa Auxílio Permanência” (EM 2).

“Problema com os pagamentos dos auxílios, a gente manda, mas o recurso não chega, primeiro pagamento de bolsa foi em maio, então você pensa, se a pessoa tiver dependendo deste auxílio para comer, para vim pra cá, para a permanência dela aqui, ela já teria saído” (EM 3).

“Dificuldade em relação ao repasse do recurso, tem demorado muito para pagar, a gente fez um levantamento, que dizia que não houve evasão das pessoas que recebiam auxílio estudantil. Na verdade, o ideal era que elas recebessem o auxílio certinho todo o mês, e a gente não consegue. As alunas fizeram uma pesquisa sobre o uso do recurso pelas estudantes e a gente estava descobrindo que estava além da própria questão do uso escolar, estava mais para uma questão para auxiliar na subsistência da família, e às vezes o aluno só vem por conta do auxílio” (EM 4).

Outra questão é o período em que o edital é publicado e todo o processo e tempo de inscrições e avaliações socioeconômicas, por exemplo, a aluna ingressa

na instituição em fevereiro e começará a receber o auxílio somente em meados de maio, assim, pode acontecer de a estudante não ter condições de esperar até o auxílio sair e evadir. Outro desafio apresentado é a questão de não ter um sistema de inscrições e avaliações para os programas de assistência estudantil, o que permitiria o envio da documentação por meio digital e talvez agilizaria o processo. Se o estudo socioeconômico pudesse ser renovado, ajudaria na agilidade do processo, também foi apontado como uma questão na entrevista.

“que é o que nos permitiria tanto receber a documentação online... desoneraria os alunos, né... de ter que tirar várias cópias porque quando você pede para um aluno vulnerável tirar cópias de documentação que é solicitado no edital, eu estou fragilizando ainda mais esse aluno e assim, esse aluno nem tem a garantia de que ele vai ser selecionado no programa... que ele vai ser aceito, contemplado, né...então assim, eu acho que com o sistema a gente poderia receber essa documentação online, os assistentes sociais teriam uma ferramenta e uma melhor condição de trabalho” (EM 1).

“Nós temos dificuldades que são de cunho infraestrutural, então, por exemplo, desde espaços, desde ferramentas, mecanismos, por exemplo a gente não tem um sistema que nos permita fazer os registros das informações, que nos permite gerar encaminhamentos, que nos permite fazer um acompanhamento de forma mais facilitada, é..., por exemplo do progresso dos atendimentos, a linha histórica dos atendimentos, falta então software, a gente não tem salas específicas de atendimento, né, a gente não tem um espaço maior para, como se fosse um espaço de convivência, às vezes o aluno não quer exatamente um atendimento, ele quer chegar em um lugar onde ele possa sentar e ficar alguns minutos respirando, um espaço ventilado, isso não existe no campus, nem na CDAE e nem em outro espaço, temos banquinhos, tem o pátio, mas não é exatamente a mesma coisa. Então do ponto de vista da infraestrutura falta suporte tecnológico e falta espaços, para fazermos atendimentos mais qualificados, não é raro que as salas de atendimentos estejam ocupadas e a gente precisa caminhar por aí com o aluno para poder conversar e isso evidentemente coloca em uma posição de fragilidade, dos preceitos dos princípios éticos do código de ética, e que resguardam o sigilo profissional. Do ponto de vista relacional eu acho que falta por parte da instituição uma clareza sobre a importância e os impactos de uma política de assistência estudantil bastante estruturada e em execução, isso faz com que os profissionais não tenham um resguardo por parte da instituição como poderíamos ter, como por exemplo, nós não temos convênios com outras instituições para encaminhamentos, isso dificulta por exemplo que nosso encaminhamento seja colhido de forma mais prioritária, cuidadosa, e isso seria uma coisa relativamente fácil de a instituição fazer, a gente tem por exemplo problemas com , estamos em uma unidade da federação que temos o privilégio de termos uma política de passe estudantil gratuito, mas ao mesmo tempo a gente enfrenta todo início do semestre um problema com o passe estudantil porque o serviço que faz o gerenciamento da política, não costuma liberar no momento adequado para os estudantes,

e isso compreende-se uma falta de diálogo adequado da representação maior da nossa instituição, com o órgão responsável pelo serviço” (EM 2).

3.2. Atendimentos especializados da Coordenação de Assistência Estudantil

Os atendimentos especializados realizados com as estudantes são de suma importância para evitar evasões, são feitos por meio dos acompanhamentos e assim é possível levantar as demandas necessárias para realização de intervenção.

“Esses atendimentos, garantem a permanência do aluno, por quê? Porque eu consigo identificar o que que está acontecendo, eu vou até o último momento para tentar que esse aluno permaneça no instituto. Então assim, às vezes esse aluno vem de uma situação de carência, vem de uma situação de privação, família desempregada, e assim, a pessoa está evadindo. Às vezes a pessoa está desempregada...a gente vai tentando criar uma forma de acompanhamento, então não só os atendimentos pontuais, os colegas vão fazendo acompanhamentos, vão fazendo encaminhamentos também para a gente, encaminhamentos para a rede CAPS, CRAS, CREAS, mas tendo o nosso acompanhamento” (EM 1).

Então, a gente tem situações, por exemplo, de alunos que entraram em estado de depressão forte, que saíram no segundo semestre tendo crises forte aqui dentro, a gente teve estratégia de adaptação, conversando com o aluno, conversando com a coordenação, conversando com os professores, fazendo as adaptações necessárias, o aluno não conseguia nem apresentar o trabalho em sala de aula, não conseguia nem fazer uma prova porque a aluna não acreditava mais nela. E a gente foi acompanhando a aluna, a aluna foi para o encaminhamento, foi feito encaminhamento, lá fora ela recebeu o acompanhamento, o tratamento necessário e aqui dentro a gente foi fazendo as adaptações, fazendo o acompanhamento, no final do ano o aluno aprovou, saiu daqui apresentando, fazendo provas e foi um processo e cada vez mais, a gente vê aqui. (EM 1).

“Então assim, eles vão começando a acreditar nisso, eles vão começando a nos ouvir, porque eles estão entendendo que o nosso trabalho realmente está funcionando. Agora assim, a gente esbarra em situações que a gente não consegue mais reter o aluno, a gente não consegue... os alunos chegam em uma situação de sofrimento, às vezes, muito grande que eles não conseguem mais ficar. E aí assim, é onde eles realmente evadem, saem realmente do curso, trancam. E, às vezes, eles nem vêm trancar, simplesmente evadem mesmo” (EM 1).

A equipe tem feito algumas ações temáticas para envolver as estudantes.

“Nós temos promovido, também na medida do possível, algumas palestras sobre alguns temas... ano passado a gente promoveu algumas palestras, uma foi sobre a questão do suicídio, né...a questão da saúde mental. E esse ano, a gente está projetando fazer grupos de discussão sobre saúde mental, sobre principalmente para o público noturno, que é do curso técnico subsequentes” (EM1).

Então, a gente realmente, a psicóloga esse semestre, está planejando uma atividade coletiva, muito voltada para a questão da saúde mental e voltada especificamente para os alunos do noturno. Então, ela está querendo ver se faz algumas rodas de conversas, para esclarecer algumas questões de saúde mental, de uma forma mais dialogada com eles. Então assim, a gente está pensando que essa pode ser uma ação interessante e agente também está pensando em outras possibilidades de ação, até em conjunto com as alunas de letras, a gente está tentando ver assim, rodas de acolhimento para as mães, né...para as mulheres e mães, porque às vezes são mulheres que não tem com quem dialogar, né...e assim, compartilham as vezes das mesmas vivências e as possibilidades de troca também podem ser possibilidades de fortalecimento, né” (EM 3).

A atuação da Equipe Multidisciplinar nestas ações é importante para levantar demandas e trabalhar na dificuldade apresentada pelas estudantes e realizar os devidos encaminhamentos para que as mesmas consigam obter melhoras tanto na vida acadêmica quanto pessoal.

No intuito de melhor compreender a visão das estudantes, segue os dados coletados por meio de aplicação de questionário e entrevistas.

CAPÍTULO 4 - INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO, RAÇA E RENDA E O PNAES

Este capítulo pretende apresentar os resultados obtidos junto aos questionários aplicados durante o III Encontro de Egressos do IFB - São Sebastião, ocorrido em 11 de junho de 2019. Foram aplicados 35 questionários e recebemos 27 respostas de estudantes dentro do perfil da pesquisa, estudantes negras, que cursaram curso técnico subsequente e solicitaram apoio da Política de Assistência Estudantil. Abordamos algumas narrativas coletadas junto a Equipe Multidisciplinar que trabalha diretamente com as estudantes e com a política. O objetivo é compreender o sentido dado aos envolvidos no processo e evidenciar como as estudantes negras e periféricas percebem a Política de Assistência Estudantil do IFB.

4.1. Quem são as estudantes na perspectiva das mesmas

Antes das análises segue o quadro 1 que apresenta as estudantes que participaram da pesquisa. Utilizamos nomes africanos para cada estudante para resguardar suas identidades. Este quadro busca facilitar a compreensão do (a) leitor (a) no decorrer do texto.

Quadro 1 - Estudantes que participaram da pesquisa por meio de questionários e entrevistas.

	ESTUDANTES¹³	IDADE
1	ABBA	22
2	ADANNA	20
3	ADEBANKE	40
4	ADEBUMI	27

¹³ Nomes africanos fictícios das estudantes que participaram da pesquisa.

5	ADENIKE	33
6	ADEOGA	29
7	ADETOKUMBO	24
8	AMARA	39
9	BAHIYAH	44
10	BEJIDE	22
11	AYOMIDE	39
12	BESEDE	45
13	BIMKUBWA	37
14	BINAH	25
15	BUKOLA	24
16	DARA	37
17	CHANECIA*	35
18	DAMTIEN	32
19	HAZIKA	21
20	GIMBYA	19
21	GINA	34
22	JAHA	39
23	KARASI	33
24	KEFILWE	27

25	MALKIA*	24
26	MUDIWA	28
27	NYASHIA*	56

*Estudantes selecionadas para realização de entrevista

Foram ao todo 27 estudantes, destas 3 foram entrevistadas, com de faixa etária entre 19 e 56 anos de idade, sendo 9 entre 19 e 25 anos, o que representa 33,33% e 18 mulheres acima de 25 anos, representando 66,66%

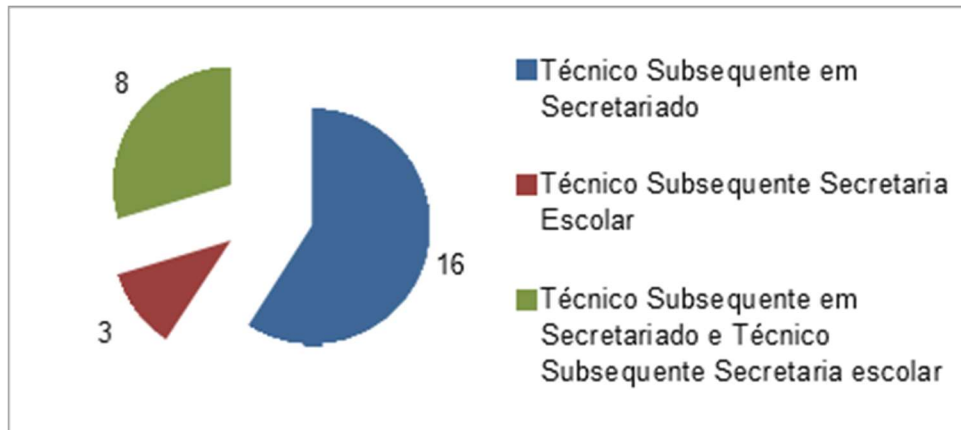
Quadro 2 - Entrevistados Equipe Multidisciplinar (EM).

	ENTREVISTADOS ¹⁴
1	EM1
2	EM2
3	EM3
4	EM4

Apresentada as nomeações utilizadas, passamos a exposição de aspectos evidenciados no material coletado.

¹⁴ Identificação fictícia dos componentes da equipe multidisciplinar que participaram da entrevista.

Gráfico 1 - Curso em que as estudantes dos cursos técnicos subsequentes - IFB São Sebastião frequentaram.



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas obtidas na aplicação de questionário no IFB - São Sebastião.

Na pergunta 'Qual curso você frequentou?', 59,25% das estudantes que responderam o questionário colocaram que fizeram o curso Técnico Subsequente em Secretariado; 29,62% fizeram o curso Técnico Subsequente em Secretaria Escolar e 11,11% realizaram os dois cursos. Das 27 estudantes, 9 fizeram algum curso subsequente em 2015; 5 cursaram em 2016; 9 em 2017 e 9 em 2018, assim, foi possível obter respostas de alunas que estudaram no IFB – São Sebastião e que participaram dos programas de assistência estudantil em diferentes anos.

Nos questionários também tivemos respostas de estudantes que realizaram mais cursos além dos cursos subsequentes, 14 alunas se matricularam em mais de um curso no IFB, algumas fizeram cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) como o curso de Auxiliar Administrativo, curso de Doula, Monitor Infantil, e cursos superiores como Pedagogia, Tecnólogo em Gestão Pública e Tecnólogo em Secretariado, sendo assim, 13 alunas, das 27 realizaram somente um curso na instituição.

A maioria relatou que o que as levou a escolher o curso foi a perspectiva de conseguir emprego na área, adquirir novos conhecimentos e pela qualidade do ensino ofertado no IFB - Campus São Sebastião, também foi citado a escolha por ser um curso gratuito e próximo da residência.

“Escolhi o curso para ter mais oportunidade de emprego e para ter mais conhecimento” (ABBA)

“Oportunidade de estudar gratuitamente e ver as oportunidades de emprego” (ADEBUMI)

“A qualidade do ensino do IFB São Sebastião.” (AMARA)

“Uma profissão que sempre tive vontade de trabalhar, sempre tive admiração” (BIMKUBWA)

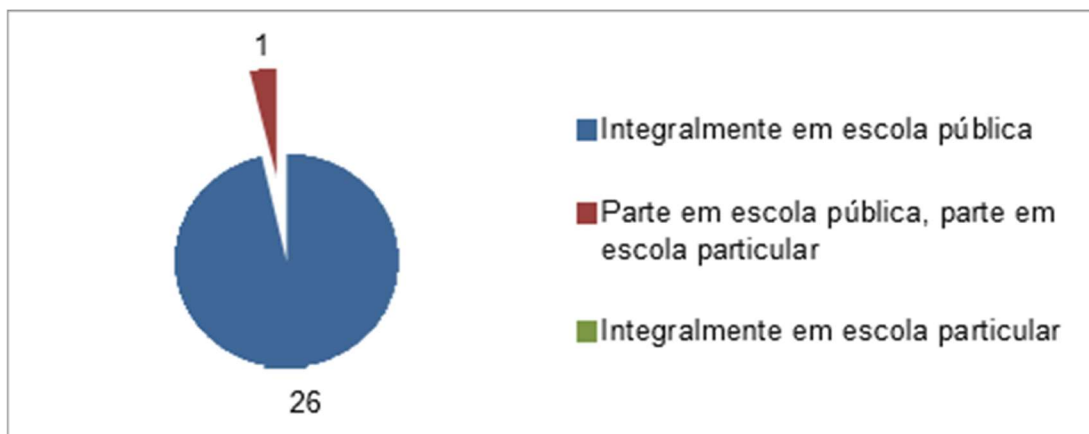
“Para melhorar o meu currículo, e quem sabe ter mais oportunidades no mercado de trabalho” (HAZIKA)

“Por ser noturno e perto de casa, também por ser gratuito” (KARASI)

Escolhi fazer o curso porque vi a divulgação e me interessei, queria ter mais coisas para colocar no meu currículo e como era gratuito resolvi fazer, também para ter uma profissão e mudar de emprego (CHANECIA).

“Tive interesse no curso em técnico em Secretariado, porque que eu não trabalhava, então esse curso tinha uma visão muito boa para o mercado de trabalho, então eu não trabalhava na época, então eu acreditei que o curso iria me ajudar profissionalmente” (MALKIA).

Gráfico 2 - Origem escolar das estudantes dos cursos técnicos subsequentes - IFB São Sebastião que foram atendidas por algum auxílio estudantil.

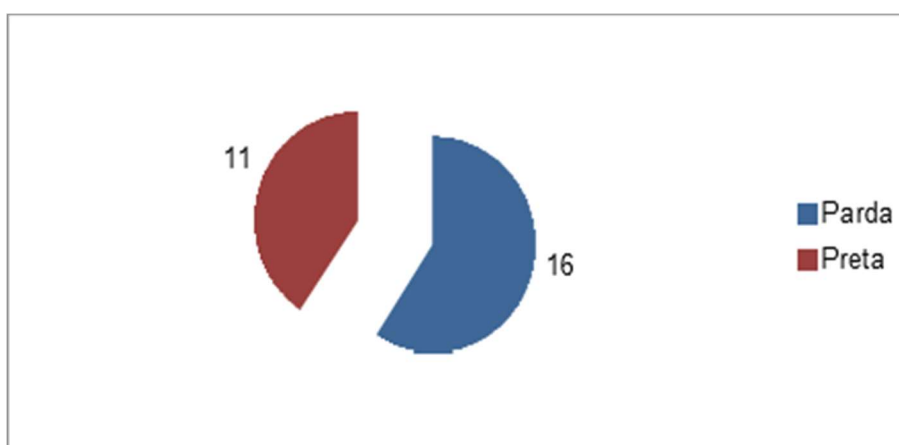


Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas obtidas na aplicação de questionário no IFB - São Sebastião.

Considerando as respostas de 27 questionários respondidos por estudantes que foram contempladas por algum auxílio estudantil, analisamos no gráfico acima que apenas 1 estudante marcou ter realizado seus estudos parte em escola particular e parte em pública, 26 estudantes marcaram que estudaram somente em escola pública durante toda a sua trajetória escolar, o que representa 96% das alunas que responderam o questionário.

A política de Assistência Estudantil prioriza aqueles que são oriundos de escola pública, mas não impede que os outros estudantes se inscrevam e também sejam contemplados, desde que estejam dentro dos critérios de renda e do perfil de vulnerabilidade socioeconômica.

Gráfico 3 - Autodeclaração das estudantes dos cursos técnicos subsequentes - IFB São Sebastião que foram atendidas por algum auxílio estudantil.



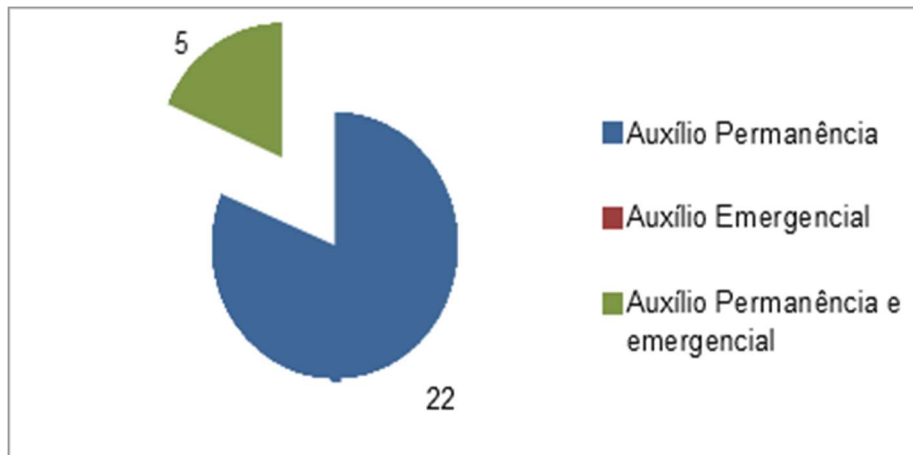
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas obtidas na aplicação de questionário no IFB - São Sebastião.

Já analisando a autodeclaração das 27 estudantes que preencheram o questionário, 41% marcou que se autodeclararam pretas e 59% marcaram serem pardas, ou seja, considerando a orientação do IBGE, (negras igual a somatória de pretas e pardas), a maioria se percebe negra e vai ao encontro da Tabela 3 em que mostra que a maioria dos (as) estudantes dos cursos técnicos subsequentes são negros (as).

Os dados da Região Administrativa de São Sebastião também revelam ser local de maioria negra.

Para melhor compreender o perfil socioeconômico das estudantes, mapeamos o tipo de auxílio que se inscreveram.

Gráfico 4 - Auxílio estudantil em que as estudantes dos cursos técnicos subsequentes - IFB São Sebastião foram contempladas.



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas obtidas na aplicação de questionário no IFB - São Sebastião.

O Auxílio Permanência, de acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFB está dentro do Programa Auxílio Permanência, e o Auxílio Emergencial é algo eventual apenas para situações de extremas emergências, as estudantes precisam solicitar na Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social e passar por uma entrevista com a/o assistente social, que irá deferir ou não o pedido e definir o valor e quantidade de parcelas a ser recebido a depender da gravidade da situação apresentada.

Dentre as respostas, quando perguntado qual auxílio estudantil foram contempladas, 82% responderam que recebiam o Auxílio Permanência e 18% receberam tanto o Auxílio Permanência quanto solicitaram o auxílio emergencial. Nenhuma solicitou apenas o Auxílio Emergencial.

Durante a entrevista com a equipe multidisciplinar foi relatado o fato de que algumas estudantes procurarem os cursos no IFB buscando a princípio o auxílio estudantil, e algumas, após se formarem, retornam matriculando-se em outros cursos, não só por interesse na formação, mas também pelo auxílio estudantil.

O IFB é uma instituição que oferta serviços públicos de qualidade, com vários profissionais capacitados, como psicólogo, assistente de alunos, pedagogo, assistente social, e possui auxílios estudantis, o que não é comum em outras instituições de ensino que ofertam educação de nível médio. Com o quadro de crise que o país atravessa o país, e o pouco acesso aos bens públicos como moradia, emprego, transporte, faz com que, as estudantes vejam a instituição como uma forma de terem o mínimo de direitos e expectativas de futuro e sobrevivência.

“Então assim, nós temos alunos, por exemplo, que vêm aqui para procurar um psicólogo, primeiramente. Uma senhora me perguntou assim: “Aqui a gente tem psicólogo?” Aí, a colega falou assim: “Sim, tem psicólogo.”, ela falou “Ah, como que eu faço para matricular minha filha aqui?” Aí, a colega explicou: “É por sorteio, ela tem que fazer inscrição dela no período que abrir o edital”. A senhora disse: “Ah, porque eu preciso muito que minha filha venha, porque ela precisa de atendimento psicológico”. Também recebemos uma senhora que veio aqui querer saber se a gente...” Ah, fiquei sabendo que vocês dão auxílio para as pessoas estudarem aqui”. Aí, a colega explicou tudo sobre o auxílio permanência e no final ela perguntou: “Ah, quais os cursos que vocês têm aqui?” Então, ela não sabia nem que cursos nós tínhamos. Ela veio procurando auxílio e cada vez mais isso tem aumentado. A gente está em um momento de desemprego, a gente está em um momento de desconjuntura e de muito retrocesso” (EM 1).

Parece haver uma compreensão limitada das estudantes sobre a assistência estudantil, algumas alunas consideram somente enquanto auxílio financeiro para contribuir na permanência na escola, outras consideram que a assistência estudantil é somente para estudantes que estão desempregados (as) como esta resposta *“É um auxílio em dinheiro para estudantes que não trabalham”* (BUKOLA). Mas no geral compreendem que é uma forma de contribuir para o término do curso em que se matricularam. Dentre as respostas destacamos algumas sobre a pergunta: Para você, o que é assistência estudantil?

“É você ter uma assistência do governo para que você se mantenha no curso apesar de todos os obstáculos econômicos que ocorre durante o curso” (ABBA).

“É um auxílio prestado ao estudante seja ele financeiro ou psicológico” (ADANNA).

“Uma ajuda para que o estudante possa ficar na instituição e conseguir concluir o curso” (ADEBANKE).

“É uma ajuda para o estudante permanecer estudando com uma boa condição” (ADEBUMI).

“É o olhar do Instituto ao aluno que necessita de um apoio especial ou mais ajuda” (ADEOGA).

“É um auxílio/suporte que beneficia o estudante e contribui com fatores que afetam o desenvolvimento acadêmico” (ADETOKUMBO).

“É uma pequena renda que ajuda o aluno” (BEJIDE).

“É aquilo que todos precisam e todos devem precisar para uma boa ajuda se tiver algum problema, para ajudar na compra de materiais, lanche, o que precisar” (CHANECIA).

“É um apoio que o campus oferece para nos ajudar a não desistir dos nossos objetivos” (GIMBYA).

“Assistência Estudantil é todo o apoio que o pessoal da CDAE (Coordenação de Assistência Estudantil) dá para os alunos” (DARA).

“Apoio ao estudante que não tem remuneração, apoio emocional ou psicológico para permanecer ou estudar na instituição” (MUDIWA)

“Pra mim a assistência estudantil é o que a CDAE faz, é ajudar o aluno a se manter ali, ajudar o aluno no básico do estudo dele, se eu não tivesse o auxílio eu não teria como fazer meus trabalhos” (NYASHIA).

“Para mim a assistência estudantil é uma ajuda que a instituição oferece para o estudante, de alguma forma, através de uma política de uma ação, de alguma atividade” (MALKIA).

As respostas mostram que a maioria das estudantes compreende que a assistência estudantil é algo além do auxílio financeiro. Que o objetivo é dar suporte, apoio, enquanto direito. Apesar de muitas vezes citaram a palavra ajuda.

Porém, quando perguntadas se elas conhecem outras ações da assistência estudantil além dos auxílios permanência, emergencial, e auxílio criança, por exemplo, como apoio psicológico, pedagógico, social e se já tinham recorrido a

algum desses apoios; 14 (quatorze) disseram que não conhecem outras ações além dos auxílios financeiros; 6 (seis) disseram que conhecem outras ações, mas não solicitaram nenhum apoio; 6 (seis) disseram que conhecem e já solicitaram apoio da equipe multidisciplinar e 1 não marcou.

Já no conjunto, os dados parecem revelar que as estudantes possuem uma expectativa mais perto do real, o que aciona uma visão interseccional da situação. Os registros têm revelado que estas estudantes se originam de famílias de baixa renda, em sua maioria são mães que apostam na educação como “salvação”, são mulheres negras, mães e em situação de vulnerabilidade.

A equipe multidisciplinar entende a assistência estudantil de forma ampla, uma política que visa viabilizar a permanência das estudantes e garantir seus direitos, buscando fortalecer as perspectivas das (os) alunas (os).

“Pra mim, assistência estudantil é justamente essa política pública que permite inclusão, ela não é caridade, ela é um direito, ela é uma política que inclui que pode incluir, porque quando eu garanto a permanência desses alunos que às vezes foram mesmo expulsos dos bancos da escola e voltam aqui pra estudar, muitas mulheres, principalmente no noturno, você tem mulheres que voltam a estudar depois de muitos anos, depois de muito trabalho informal e tal, e voltam, porque elas querem ter uma vida melhor, então a gente tem muitas trabalhadoras domésticas, que é muito comum, a gente sabe que entre as trabalhadoras domésticas a gente tem a maioria de mulheres negras. Então, não é só o dinheiro, né...não é só o recurso financeiro, mas é também esse tipo de atendimento que garante sim a permanência. Porque, a medida que a gente identifica situações limites, que os alunos estão vivendo, a gente é sim um ponto de apoio e os alunos vão conseguindo superar algumas questões, e vão avançando, e conseguem ser aprovados e conseguem concluir o curso e para a gente assim...se uma concluir, já valeu a pena. E a gente tem visto vários concluindo” (EM 1).

*“Gosto de pensar que a assistência estudantil é todo o aparato, mobilizado de serviços, de ações, de programas, de infraestrutura que vai assessorar o aluno na sua atividade enquanto estudante. Então, tudo que nós pensarmos que é necessário para que alguém estude, para que alguém possa se dedicar a esta atividade, eu gostaria de incluir isso com assistência estudantil, desde o apoio psicológico, emocional, social, desde a infraestrutura, como restaurante, espaço para descanso, como o acesso a internet, como o acesso a livros, acesso ao transporte, até o acompanhamento regular desse aluno, o seu encaminhamento e inserção nos outros serviços e políticas sociais necessárias, para o seu bem estar e para a sua atividade como estudante, tudo isso eu gostaria de incluir como assistência estudantil. **Agora, é claro que quando se refere ao investimento de recursos, que eu acredito que parte desses serviços***

poderiam ser financiados por outros programas que já existem e que os recursos dos programas do PNAES fossem principalmente executados na parte de onde os recursos são direcionados diretamente para os estudantes, que no caso é o Programa Auxílio Permanência. Então programas como o desenvolvimento técnico científico poderiam ser financiados por recursos de fomento à pesquisa e inovação, e não com recurso da assistência estudantil do perfil PNAES” (EM 2). (Grifo meu) “.

Eu acho que apesar das dificuldades, de pagamento, é melhor do que não ter nada, os alunos têm essa oportunidade, então é uma troca o estudante vem para escola certinho então recebe o auxílio permanência, os estudantes que precisam são maravilhosos, eu vejo que a política realmente funciona, não como deveria funcionar, vejo como uma coisa muito boa, é diferente o aparato que o instituto federal tem comparado com outras instituições” (EM 3).

“Assistência estudantil é mais que o dinheiro, a assistência estudantil tenta englobar todas as áreas possíveis para o aluno ficar na instituição, e não só ficar, mas conseguir um sucesso e terminar o curso e se possível já encaminhado para o mercado de trabalho” (EM 4).

Analisando as falas da equipe Multidisciplinar em relação ao entendimento do que é a assistência estudantil, percebemos que todos tem uma boa compreensão e estão em consonância com os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que são: democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; diminuição dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do curso; redução das taxas de retenção e evasão; e contribuição para a promoção da inclusão social pela educação. A Equipe percebe a assistência estudantil para além dos auxílios financeiros e enquanto direito das estudantes, enquanto apoio para contribuir para a permanência das estudantes no IFB. Nas falas mostram que as ações, o trabalho da equipe tem mostrado resultados positivos apesar de toda a dificuldade para concretização da política.

Quando tratado do recurso destinado a assistência estudantil, compreendem que deveria atender somente os (as) estudantes que estão dentro do perfil do PNAES, estudantes com renda familiar de até 1 salário mínimo e meio, pois atualmente o recurso também é utilizado para outros programas de ensino e extensão. Sendo recurso insuficiente para atender todos (as) os (as) estudantes dentro do perfil de vulnerabilidade social é preciso criar estratégias para a divisão do recurso.

Sendo assim, em relação ao Programa Auxílio Permanência, os valores dos auxílios são diferentes em cada edital, como já mostrado na Tabela 1, em 2015 e 2016, os valores dos auxílios eram: G1 250,00, G2 150,00 e Auxílio criança era 300,00; em 2017 foi ofertado somente auxílios G2 no valor de 180,00, o Auxílio Criança no primeiro semestre de 2017 tinha valor de 360,00 e no segundo semestre de 300,00; já em 2018 o auxílio G1 tinha valor de 307,00 e G2 era 184,00, a partir de 2018 não foi mais ofertado o Auxílio Criança. Estes auxílios são para dar suporte, complemento para as estudantes.

No conjunto de respostas, 15 (quinze) estudantes responderam que consideram os valores dos auxílios suficientes, o que representa 55,55% das respostas. E 11 (onze) disseram que não é suficiente, o que representa 40,74% das respostas, das 11 (onze), 4 (quatro) estudantes disseram que o valor ideal seria entre 400,00 e 500,00 reais; e 2 (duas) estudantes disseram que o ideal seria entre 1 salário mínimo e 1000,00 reais, apenas 1 aluna não respondeu.

Um dado importante a ser considerado é buscar compreender o grau de prioridade dado a permanência pelos estudantes, devido o auxílio, *“Foi suficiente para me ajudar enquanto eu precisei” (MALKIA)*.

Quando questionadas se permaneceriam no curso mesmo se não existisse o auxílio estudantil, a maioria respondeu que não, o que representa 59% das 27 respostas, e 41% respondeu que continuariam no curso. Considerando o perfil e o fato de receberem o auxílio estudantil, entende-se que são alunas que apresentam alto grau de vulnerabilidade socioeconômica, e que a permanência sem o auxílio pode implicar em dificuldades. As falas não deixam dúvidas sobre a imbricação entre desigualdade econômica, racial, de gênero e a necessidade de formação. A fala da estudante Malkia mostra em uma perspectiva interseccional que o racismo estrutural interfere na dinâmica das políticas educacionais em curso. Não há como não considerar que são mulheres negras, mães e estudantes sem recurso financeiro e que precisam estudar.

Na verdade tem uma pessoa que estudou comigo, que falava que ia ao IF porque passava por uma dificuldade muito grande de alimentação, ou seja, é uma coisa muito forte, nunca me esqueci dessa aluna que estudou comigo e na época ela falou que ela precisava muito, não conseguia emprego de jeito nenhum, então assim, o IF ajudou além de oferecer o conhecimento, a qualificação para o aluno, com o auxílio para aqueles que realmente não

conseguem emprego, por falta de qualificação, por conta da crise, o auxílio é uma motivação para que aluno continue estudando, as vezes a pessoa não tem com quem deixar a criança, então assim , com o auxílio ajuda, porque se você tem um dinheiro para oferecer para quem vai cuidar do seu filho, você consegue estudar mais sossegado” (MALKIA)

Contribuição da PAE na perspectiva das estudantes

Dentre o total das 27 respostas, 21 estudantes consideram que a Política de Assistência Estudantil e o trabalho, ações, da Coordenação de Assistência Estudantil (CDAE) contribuem para a permanência e para o bom desenvolvimento acadêmico, o que representa 77,77% das respostas, apenas 1 estudante marcou que não contribui, e 5 não responderam. Algumas estudantes fizeram os seguintes relatos quando perguntado se o trabalho da Assistência Estudantil contribuiu para a formação:

“Sim, contribuiu para que eu permanecesse no curso e concluísse com êxito. Me ajudou profissionalmente e também como estudante” (ABBA).

“Sim. Dão auxílio para os alunos e todo o apoio necessário dentro do que eles podem fazer” (ADEBUMI).

“Sim. Ao iniciar o curso consegui ser liberada e trabalhar somente meio período, e com isso meu salário diminuiu e com o auxílio da CDAE consegui me manter no curso”. (ADENIKE)

“Sim. Me permitia ficar no horário além da aula para estudar na biblioteca e participar de outras atividades extracurriculares, pois recebia algo de auxílio financeiro e usava para a alimentação e transporte nesses casos” (ADETOKUMBO).

“Sim. O auxílio ajudou bastante na permanência do curso” (AMARA).

“Sim. Dão todo o apoio para auxiliar os estudantes” (AYOMIDE).

“Sim. Muitos alunos moram longe e para poder permanecer precisam de ajuda de várias formas” (DAMTIEN).

“Sim. A CDAE dá um suporte para os estudantes” (DARA).

“Contribuiu, sem o auxílio não conseguiria permanecer no curso e conheço pessoas que também não conseguiriam porque também tinham muita dificuldade financeira, foi muito importante para mim” (CHANEZIA).

“Se não tivesse esse auxílio eu não conseguiria me manter no curso estudando, foi graças ao auxílio que eu tive motivação para continuar estudando, mesmo diante as dificuldades, porque a gente sem trabalho a gente precisa realmente de uma ajuda, para comprar material, não só o material, mas também coisas pessoais mesmo, que a gente precisa que se não tiver não tem como estudar, mas poderia ser maior o valor né ” (MALKIA).

“Já solicitei o auxílio permanência e o auxílio emergencial. Eu acho assim, que é um dinheiro muito bem-vindo, tem horas que você precisa fazer um trabalho, pagar xerox, imprimir papel de pesquisa, e se torna caro para quem não está trabalhando, então me ajudou muito, mas se pudesse aumentar seria uma coisa muito boa” (NYASHIA).

Podemos perceber nos relatos das estudantes o quão a assistência estudantil foi importante na trajetória acadêmica delas, o que mostra a importância de tal política nos cursos técnicos subsequentes. E há de se destacar que muitas sequer continuariam os estudos sem este apoio.

Inserção no mercado de trabalho

A maioria das estudantes que responderam o questionário, consideram que a certificação do curso realizado auxilia na busca para conseguir emprego, o que representa 62% das respostas, das 17 estudantes, 7 já conseguiram emprego na área do curso realizado, 6 na área administrativa e 4 ainda não conseguiram emprego, estão em busca; 10 estudantes responderam que a certificação não contribuiu, pois ainda não conseguiram emprego.

Nota-se o esforço da Equipe Multidisciplinar e o reconhecimento das estudantes em relação à política, porém a educação em si não gera emprego, existem muitas pessoas qualificadas e sem emprego, ou seja, existem outros fatores que contribuem para o desemprego, e impedem que as estudantes negras consigam emprego ou não. Não temos elementos, mas precisaria ver a questão até mesmo de discriminação por serem mulheres negras, de periferias, discriminação por conta da idade, etc. A perspectiva interseccional presente na vida das estudantes aciona outros estudos futuros das egressas neste sentido.

A fala da Nyashia é reveladora no impacto da questão geracional na motivação para buscar alternativas de emprego.

“O curso me ajudou, para mim foi ótimo, porque tinha relação com o curso técnico administrativo, que eu já tinha. Eu não trabalho na área porque eu nunca procurei, para ser sincera eu nunca procurei porque assim, eles querem pessoas mais novas, e como eu já tenho esse problema com a minha idade, eu nem procuro” (NYASHIA).

Mostra também a necessidade de mais estudos sobre o impacto da certificação na vida destas pessoas. Sobre o ganho financeiro durante o curso, nota-se que a dupla jornada fez parte das mesmas durante parte do curso.

Outro fato relatado por uma estudante merece registro. A aluna fez o curso Técnico Subsequente em Secretariado no IFB Campus São Sebastião, e recentemente estava cursando um curso superior também no Campus São Sebastião. Ela faz uma análise da diferença em ter estudado em curso técnico e ter estudado em um curso superior.

“Quando eu entrei (na graduação) eu achei que era a melhor coisa da minha vida, estava muito feliz (choro), tive um monte de frustrações, logo no início tinha coisas que me desestimulava, humilhação. Começou com pessoas fora daqui, quando cheguei no primeiro semestre foi muito tumultuado, com coisas lá de fora, tive problemas com a minha turma e eu me sentia muito excluída, muita piadinha, muita coisa. O segundo semestre também foi difícil, no quarto semestre aconteceu outras coisas, cheguei ao ponto de falta de paciência das coisas que as pessoas faziam e tranquei e não vou mais terminar. Eu sempre soube que eu não ia terminar, sempre tive essa intuição, que eu estava me sacrificando, eu vinha tremendo para as aulas.

*Eu não conseguia estágio, **porque quando a gente chega e a pessoa já pergunta sua idade**, nossa, você vê que algumas pessoas me queriam lá, mas eu não consegui por conta da idade (emocionada), pra mim foi anos perdidos de dedicação, eu queria muito terminar, mas...*

*Para mim o problema do ensino superior é que as pessoas estão sempre em competição. As pessoas não aceitam que você tire uma nota melhor que elas, **porque você é mais velha**. Eu tive muito isso, meninas mais novas que achavam que não era direito meu tirar um 9 por exemplo. Eu lembro que no meu primeiro artigo, eu nunca tinha feito, eu fiz meu artigo, aí a pessoa veio para mim e falou assim: Como é possível você tirar 2 e eu tirar 1, de um artigo que valia 3. Teve uma outra que falou assim: Eu não sei o que você está fazendo aqui, passando fome para poder estudar, **se eu tivesse 50 anos eu não estaria aqui, até porque você não está na fase de estudar mais. Tudo por conta da idade. Tentei relevar, mas não***

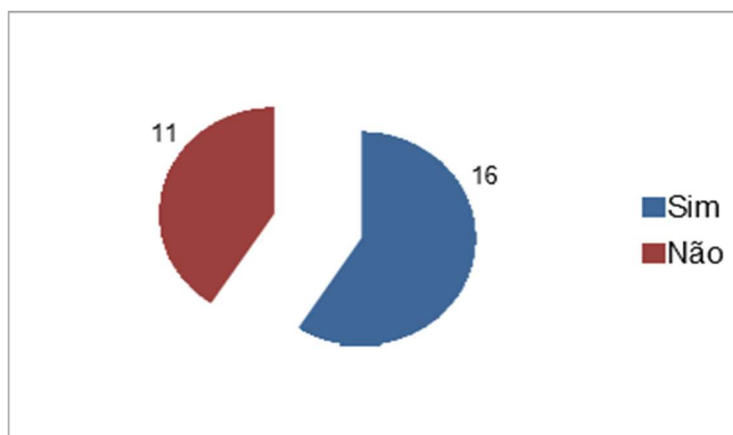
consegui, aí tem a exclusão os outros só querem fazer trabalho com quem tira nota, e assim, “eu quero gente da mesma idade no meu grupo”. Tinha outra também da minha idade, e também saiu por conta disso, todos se incomodam porque perguntava mais de uma vez.

Quando eu fiz o técnico eu era acolhida. Isso é uma coisa que eu não consigo entender, no técnico as meninas não tinham nem 18 anos ainda, tinham idade para serem minhas filhas, e foram essas meninas que me acolheram, faziam questão de repassar toda a matéria, fazer grupo para os trabalhos, são minhas amigas até hoje. O técnico é mais unido, mais família, o povo do técnico é muito acolhedor. Os cursos técnicos são diferentes, parece que todo mundo vive no mesmo mundo e quando chega na graduação parece que tem essa separação, um melhor que outro, que a gente não deveria estar ali” (NYASHIA). (Grifo meu).

Podemos observar uma diferença muito grande quando a estudante relata sua experiência no ensino superior e quando relata no curso técnico, ela fala explicitamente da discriminação que sofreu por conta da sua idade, não era aceita pela turma, e também não conseguia estágio. Quando concluiu o curso técnico não foi em busca de emprego, diz que sabia que ninguém iria contratar por conta idade. Percebemos a junção de vulnerabilidades, de maneira interseccional, ser mulher, negra, residente de uma das periferias do DF São Sebastião se agrega por ser mais velha.

O relato apresentado por Nyashia nos levou a apresentar o gráfico 5.

Gráfico 5 - Estudantes que realizaram alguma atividade para contribuir com a renda familiar.



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas obtidas na aplicação de questionário no IFB - São Sebastião.

Em relação ao número de estudantes que trabalhavam enquanto estudavam, ou seja, realizavam alguma atividade para contribuir com a renda familiar, 11 estudantes responderam que não exerciam atividade remunerada, o que é igual a 40,75%; e 16 responderam que trabalhavam, o que representa 59,25%. Algumas relataram que não conseguiam conciliar o trabalho com os estudos sem obter prejuízos, pois as vezes chegavam atrasadas e cansadas, já outras conseguiam conciliar:

“Sim, gastava 9 horas por dia, por conta do trabalho chegava atrasada todos os dias, não conseguia conciliar sem ter prejuízos”. (ADEBUMI)

“Sim. Trabalhava 6 horas por dia. Não conseguia conciliar com os estudos. (AMARA)

“Sim. Vendia doces na sala e no intervalo do curso, conseguia conciliar com os estudos”. (BINAH)

“Na época eu trabalhava 8 horas por dia, era bem cansativo porque às vezes eu ia direto para a aula, e às vezes precisava pegar meu filho, então eu consegui conciliar com o trabalho com os estudos com muita dificuldade” (CHANECIA).

Uma estudante relatou que trabalhava e tinha muita dificuldade em permanecer no curso, tinha muitas faltas por conta do trabalho. Conseguiu concluir o curso com muito esforço e com a contribuição de toda a equipe do IFB Campus São Sebastião.

“Eu tive o maior problema porque eu trabalhava de dia, e me passaram para a noite, mas aí eu não queria desistir mais, então eu estudava dia sim, dia não, porque eu trabalhava dia sim e dia não. Eu falava que eu tinha que ter nota muito boa, já que eu tinha muita falta, e eu tinha nota boa, e acabei concluindo o curso, juntou o colegiado, todos viam que eu me esforçava muito, então consideraram minhas faltas, esse foi o Secretariado. O Secretariado escolar eu tentei mais umas 3 vezes, já como portadora de diploma, mas não me identifiquei com o curso e não terminei, acabei desistindo” (NYASHIA).

Podemos perceber que conciliar o trabalho com os estudos, ter várias jornadas, é uma das dificuldades que as alunas enfrentam para conclusão dos cursos. A maioria, cerca de 12 (doze) estudantes, dizem que tem dificuldade para conciliar o trabalho como o curso e com a família; 4 (quatro) pessoas disseram que tiveram dificuldade de aprendizagem, 4 (quatro) tiveram problemas com transporte, 1 relatou escutar “frases negativas” e não ter apoio da família; 4 (quatro) estudantes falaram que não tiveram dificuldades. Também tivemos relatos em relação a distância do IFB de suas residências e da insegurança para voltar à noite para casa, como podemos observar nas falas a seguir, o fato de terem filhos também foi visto como aspecto altamente dificultador.

“Trabalhar e estudar, ao redor do campus tem muitos assaltos e o curso noturno é bom para poder trabalhar de dia, mas também é mais perigoso”.
(MUDIWA)

“Trabalhar e estudar foi uma grande dificuldade, fica muito cansativo”
(DAMTIEN).

“Passei muito tempo sem estudar, conseqüentemente tenho dificuldade para aprender mais rápido”.

“Às vezes precisei trazer meu filho para a aula porque não tinha ninguém para ficar com ele, era muito complicado porque não conseguia prestar muita atenção na aula, e às vezes eu acho que incomodava os outros alunos, e também ficava muito cansada porque como trabalho o dia todo já chegava cansada no horário de aula” (CHANECIA).

“Muitas, principalmente frases negativas” (DARA).

“A maior dificuldade foi com transporte no horário de voltar para casa”
(BESEDE).

“Deslocamento: Como não há ônibus pelo trajeto casa/IFB e estudava a noite, o percurso é escuro e deserto” (ADETOKUMBO).

“Trabalhar e estudar e ter tempo para minha filha. A distância também é uma dificuldade” (ADEBUMI)

“Problemas com transporte - passe estudantil, horário do curso (noturno) por ser perigoso na hora de ir para casa” (ABBA)

“Eu teria dificuldade se não tivesse o auxílio estudantil, em relação a grade curricular eu senti diferença, porque como eu nunca tinha feito outro curso que exigia tantas matérias, eram muitas matérias, então eu senti essa diferença do ensino médio para o técnico, é um pouco mais pesado” (MALKIA).

As dificuldades são diversas e dialogam com várias vulnerabilidades apresentadas, por isso é importante analisar as políticas de maneira interseccional já que tem papel fundamental para tentar diminuir as desigualdades sociais. As diversas desigualdades não têm uma única origem, portanto a formulação das políticas públicas deve levar em consideração à multicausalidade dos problemas sociais (BOTELHO, NASCIMENTO, 2016).

A perspectiva teórica interseccional tem como foco principal dizer que as diferentes identidades podem interferir diretamente no acesso às políticas públicas, direitos, serviços e oportunidades, assim, a soma de toda a discriminação, exclusão, sofrida pelas mulheres negras, influência nas oportunidades que terão (BOTELHO, NASCIMENTO, 2016 apud CRENSHAW, 2002).

Podemos ver que algumas mulheres apresentaram dificuldades em relação à família, filhos. No questionário, 12 mulheres responderam que quando fizeram o curso tinham filhos menores de idade, o que representa 44,44%, e 15 estudantes não tinham filhos, 55,56%. As alunas que tinham filhos deixavam com parentes, ou até mesmo levavam para a aula por não ter com quem deixar.

Conseguimos verificar de forma muito evidente a perspectiva interseccional, as dificuldades apresentadas pelas estudantes estão interligadas com vários fatores de vulnerabilidade. O fato de serem mulheres, negras e algumas são mães, e precisaram conciliar os cuidados com as crianças e com os estudos, assim como conciliar com o trabalho, a questão de idade, dificuldade de aprendizagem, vulnerabilidade socioeconômica. São fatores dificultadores de suas presenças no instituto e causa de evasão.

Durante a entrevista com a equipe multidisciplinar, foram apontadas as dificuldades que as estudantes enfrentam para a conclusão dos cursos. As alunas, com as respostas dos questionários mostram que tem diversas dificuldades, e vêm

a conclusão de um curso técnico com uma grande oportunidade em suas vidas, já que muitas não tiveram oportunidade antes, e o IFB trouxe esta oportunidade.

A intersecção de gênero, raça e renda, faz com que muitas precisem levar seus filhos para as aulas por não terem com quem deixar, e têm trabalhos precários.

*“A maioria dos nossos alunos são alunas, são mulheres. Muitas em situações de vulnerabilidade mesmo. A gente tem mulheres que sofrem situações de violência doméstica, nós temos mulheres negras...grande maioria...e a gente sabe que muitas delas estão em trabalhos precários, assim...às vezes...nunca tiveram acesso a formalização desse trabalho...e a gente ainda tem isso. Muitas mulheres que vem para o curso, elas encontram desafio...por exemplo, às vezes são mulheres que têm filhos, muitas vezes tem que trazer a criança, a gente está em um espaço que é de adulto, à medida que eu preciso garantir o direito dessa criança estar em casa, eu também preciso garantir o direito dessa mulher ter acesso à educação, e muitas delas vêm com uma expectativa assim... “Eu não posso perder mais tempo”, assim., “Eu já desisti disso, já desisti daquilo, essa é minha chance, então assim, eu não queria desistir desse curso porque eu tenho um filho.” E acontece muito, de muitas mulheres terem filho e às vezes tem um companheiro, mas os companheiros, a gente sabe que a gente está em uma sociedade que é machista, que é cheia de desigualdades...né...de gênero, desigualdades étnico-raciais, enfim...a gente sabe que os companheiros às vezes, na grande maioria não divide as responsabilidades e ainda joga com essa questão com a mulher, né...então assim **“Já que você vai estudar, você vai levar seu filho, porque eu não vou ficar com ele...eu não vou cuidar dessa criança”**. Então, e há mulheres que decidem vir estudar e às vezes sofrem violência porque decidiram vir estudar” (EM1). (Grifo meu).*

*“Temos uma série de dificuldades apontadas pelas alunas. A primeira que eu gostaria de citar é de fato a situação financeira, as pessoas que não tem acesso a renda ficam privadas de todos os serviços e produtos que são essenciais para a própria reprodução da pessoa, então a falta de renda é o principal e mais geral problema que elas enfrentam, porque daí se encontram com dificuldade de acessar o transporte, um transporte melhor, mais seguro. O instituto não oferece por exemplo a alimentação, então os estudantes têm problemas com alimentação; **filhos, filhos é um grande problema, nós temos estudantes na faixa de 25 a 40 anos, mães, ainda com filhos pequenos, a atividade de cuidar dos filhos é principalmente, ainda, é colocado para as mulheres, então ela tem que fazer essa escolha cruel entre estudar ou cuidar dos filhos**; a falta de infraestrutura do IFB para atender mães com filhos que precisam trazer seus filhos para a escola é um dificultador muito grande, e além disso, temos também, como dificultador para a permanência, a própria trajetória escolar, temos pessoas que voltam para a escola depois de muito tempo, que tiveram uma formação muito frágil, que concluíram as etapas anteriores através de processos de certificação como o ENCCEJA, isso coloca pra elas uma dificuldade muito grande de voltar para a escola, e conseguirem acompanhar, conseguirem participar de um processo de ensino; distância da moradia. Outra questão que acomete as alunas é **a resistência dos cônjuges, companheiros das***

estudantes para que a as alunas estudam, e às vezes até situação de violência doméstica! (EM 2). (Grifo meu).

Percebemos de maneira evidente o reconhecimento da Equipe, a transversalidade de gênero evidenciado no machismo e nas ausências dos companheiros, pais das crianças. O machismo aparece nas falas da equipe como elemento preocupante. Muitas mulheres ainda são consideradas como as únicas responsáveis pelos filhos e atividades domésticas, o que traz sobrecarga já que precisam assumir várias jornadas, trabalhar, estudar cuidar dos filhos, da casa, dentre outras atividades, o que implica diretamente na permanência e bom desenvolvimento na instituição. Isto quando o próprio companheiro não apoia os estudos e dificulta ainda mais a situação das estudantes, ou quando as mesmas são vítimas de violência doméstica.

No Brasil as mulheres estudam mais e ganham menos, não tem direito a aborto seguro, é alarmante o número de mulheres que sofrem violência, seja por companheiros, família ou pelo Estado. A situação se agrava quando somamos com a questão racial (BRITO e PASSOS, 2016).

O patriarcado é compreendido como uma forma de organização social pautada na família tradicional em que é comandada pelos homens que exercem poder econômico, sexual, política. É visto como uma herança cultural ressignificada em relação aos novos papéis das mulheres dentro e fora do ambiente doméstico. O patriarcado contribui para a reprodução da violência de gênero justamente por ser cultural e socialmente ressignificado. (BANDEIRA ET AL, 2016). A autora entende o patriarcado como: “Uma “organização sociocultural” estruturada pela dominação masculina, que molda relações sociais com base nas assimetrias e hierarquização de poderes feminino e masculino” (BANDEIRA ET AL, p. 131, 2016 apud CANTERA, 2007).

*“Dificuldades com transporte, temos áreas rurais, mais afastadas que não passam ônibus, precisam gastar com mototáxi, ainda mais a noite, porque a aula acaba tarde. Um problema que temos enfrentado é a questão de as estudantes não terem onde deixar as crianças temos um caso aqui, **que o esposo dela estuda à noite e ela também**, ela falta bastante, participa do Programa Auxílio Permanência, a gente conversou com ela, ela disse que é*

complicado, que eles têm que escolher quem vai faltar para poder ficar com a criança” (EM 3). (Grifo meu).

Transporte e deslocamento

As estudantes também apresentaram dificuldades relacionadas com a questão do transporte, deslocamento:

“Dificuldade de conciliar o trabalho com a escola, dificuldade com transporte, moram longe, trabalham longe, não ficam até o final da aula, porque fica muito tarde para irem embora e precisam pegar o transporte. No geral, na CDAE, as alunas que tem mais idade, principalmente as que passaram muito tempo longe da escola, têm mais dificuldade, então temos mulheres que querem entrar no mercado de trabalho e estão muito tempo fora da escola, e aí tem alguns casos que realmente tem muita dificuldade de leitura e escrita, às vezes questões de letramento, não tem costume de ler, isso afeta muito a produção de escrita delas” (EM 4).

O perfil dos (as) estudantes dos cursos técnico subsequentes do Campus São Sebastião é de mulheres negras, em vulnerabilidade social, isso esbarra nas questões de gênero e raça, na dificuldade de não ter onde deixar as crianças, ou de dividir as responsabilidades com o companheiro, que não é dividido. Apresentam dificuldade até mesmo em comparecer nos atendimentos com a equipe, pois como o curso é noturno e muitas trabalham, não conseguem ir ao Campus no horário contrário, já chegam para a aula em cima da hora, no intervalo o tempo e curso, e na saída já está tarde e dependem do ônibus para ir para casa.

“Então, no noturno, a gente tem um público, sim, que é majoritário de mulher. E aí assim, elas estão envolvidas nessa realidade de privações, de violência. Tem essa questão...elas encontram muitos desafios, em relação ao transporte, nossos alunos não moram só em São Sebastião, a gente tem aluno do noturno que mora na Cidade Ocidental, que moram no Jardim ABC. E que são lugares que se a gente tivesse um transporte eficiente, as estudantes não ficariam reféns de horários, elas não têm poder de decisão, de falar assim: “Eu vou estar nesse curso, e tal...” Não, é assim: “Se tiver ônibus, eu vou”. A gente sabe que, não que nas classes sociais mais altas não tem essa situação, mas devido a várias situações de precariedade que vivem essas famílias...se vocês está em uma situação de vulnerabilidade social, é provável também que você tenha mais situações de violência relacionado pela questão de gênero, e aí, a gente percebe que é um público vulnerável, isso limita muito assim...como eles vêm muito rápido, são alunas que às vezes não conseguem vir para o atendimento no horário, enfim...que eles vêm pra aula, e assim...as vezes trabalham o dia inteiro. Então, os agendamentos do noturno geralmente são feitos durante o dia e assim nem sempre a gente tem o aluno que vem procurar, justamente porque não dá tempo, não consegue vir, não tem onde deixar o filho, né” (EM 1).

“Para as mulheres que trabalham, temos uma dificuldade com a questão do horário, algumas trabalham o dia todo, chegam aqui correndo em cima da hora e não dá tempo de atender, tem uma aluna trabalhadora que não conseguia marcar horário comigo, mas ela foi demitida do trabalho, e agora tenho conseguido acompanhar” (EM 4).

4.2. Ações da Equipe Multidisciplinar

Também foi questionado se as estudantes percebiam trabalhos/ações que abordavam questões de gênero e raça. Vinte (20) disseram que sim, 4 disseram que não e 3 não responderam. Dentre as respostas destacamos:

“Sim. Este ano teve um evento no dia das mulheres, teve várias atividades, roda de conversa, palestra sobre feminismo negro” (GIMBYA).

“Não me recordo de eventos, mas eu me lembro que tinha muito eventos, com relação a violência contra a mulher, de prevenção, campanhas para denunciar, esse tipo de evento tinha muito, tinha uma professora que trabalhava com isso, e com outra equipe” (MALKIA).

Na entrevista realizada com a equipe multidisciplinar do Campus, foi perguntado sobre as ações e trabalho da Coordenação de Assistência Estudantil (CDAE). A CDAE trabalha com objetivo de acompanhar e viabilizar os direitos das (os) estudantes matriculados na instituição para buscar minimizar as desigualdades entre as (os) estudantes matriculadas (os) e contribuir para a permanência e conclusão nos cursos. Existe a clara percepção da Equipe Multidisciplinar do caráter de acolhimento que envolve a política.

“A atuação da CDAE...qual que é a atuação da CDAE? A gente trabalha na perspectiva do acolhimento ao aluno, a gente não trabalha na perspectiva da punição, da disciplina, então aqui, no campus São Sebastião, a gente não faz aplicação de medidas disciplinares. A CDAE é acolhimento, eu não posso punir um aluno no espaço em que é feito o atendimento, no espaço onde ele vai falar às vezes sobre alguma violência. As estudantes precisam sentir confiança” (EM 1).

A coordenação faz a gestão do orçamento, participa da coordenação dos programas da assistência estudantil, participa dos conselhos de classe para

levantar e passar demandas das (os) estudantes colaboram para o diálogo com as famílias, com as (os) estudantes, em que buscam a CDAE para acompanhamento de alguma situação, seja ela psicológica, social, pedagógica, e conforme for a demanda é encaminhado para o profissional competente. O trabalho também é realizado em parceria com as coordenações de curso e com os docentes, que identificam alguma demanda e encaminham para o setor. Ou seja, opera em uma perspectiva transversal e intersetorial, e em diálogo com outras instâncias do campus.

“A gente também vem trabalhando com uma demanda que vem dos docentes. Os docentes conseguem...porque eles estão mais perto dos alunos em sala de aula. Então, eles identificam situações e eles mandam para a gente...a gente vem trabalhando em uma perspectiva de ter um fluxo mesmo, então o docente identifica. Hoje a gente tem utilizado o e-mail como uma forma de trazer...de reportar isso para a gente, a gente faz...é...traça uma estratégia para chegar no aluno. A gente está sempre muito inteirada com as coordenações de curso. Então, é muito importante essa parceria com as coordenações de curso, porque a gente consegue também encaminhar muita coisa em relação aos alunos. A gente também faz um acompanhamento em relação ao grêmio estudantil, então a gente faz reunião com eles, para identificar o que eles estão achando do instituto, se tem algum problema, se tem alguma questão que precisa ser encaminhada. E aí a gente tem feito uma interlocução muito direta com os alunos, e a gente também, para divulgar o nosso trabalho, a gente acaba passando em sala, a gente participa das aulas inaugurais, encontro pedagógico. a gente tem a prática de ligar para os alunos, a gente tem a prática de sair para conversar com os alunos, para identificar situações de olhar esses indicadores, como frequência...a questão das notas...a gente também vai acompanhando as situações que vão acontecendo, que a gente vai observando. Se o professor percebe que o aluno está chegando atrasado, está chorando na sala, não está conseguindo o desempenho pedagógico desejável, conversa primeiro com esse aluno, tenta identificar se está acontecendo alguma coisa, se precisa de algum apoio. A gente tem a CDAE, lá tem psicólogo, tem assistente social. Então assim, o professor pode identificar isso e já passar para a gente, e aí a gente identificando aqui...esse e-mail, por exemplo” (EM1).

A CDAE faz diversas atividades para que a equipe possa contribuir para a permanência dos estudantes, assim, foi perguntado como a demanda chega até o setor.

“A demanda chega de diversos modos, existe tanto a busca ativa que é o momento em que estamos circulando no instituto e que podemos fazer contato visual com os estudantes e que podemos perceber algumas situações que eventualmente são expressões da dinâmica social, e que, portanto, a assistência estudantil pode intervir. Quando encontramos estudantes que aparentam estarem deprimidos, quando encontramos estudante no horário, por exemplo, que deve ser o horário de comer e o

estudante não faz a refeição, estudante chorando, ou até mesmo quando não encontramos o estudante, mas a demanda é principalmente oriunda dos alunos quem vem até a CDAE, eles podem ir encaminhados por outros setores do Campus, pelos próprios professores, pela coordenação pedagógica, registro acadêmico, profissionais do apoio a vigilância, ou pelos próprios alunos que sabem que a CDAE é um ponto de referência então acabam vindo procurar” (EM 2).

“Dos subseqüentes a gente faz o controle dos estudantes que recebem auxílio permanência, e quando tem as demandas do conselho de classe. Quando o professor comunica que alguns alunos estão faltando a gente liga para cada um para entender o que está acontecendo, e tentar evitar a evasão, tem alguns casos que não tem como intervir, por exemplo caso de mudança. A gente também faz eleição dos representantes, passa os avisos, entramos em contato com os estudantes, temos feito rondas pelo campus. Os estudantes vêm procurar os serviços, psicológico, pedagógico, social, às vezes a gente vai atrás, se aluno começou a faltar muito, a gente já descobre o motivo e encaminha para o profissional responsável, e muitas vezes o pessoal vem na CDAE procurando a psicóloga e o assistente social, a procura é grande, principalmente por mulheres. Alguns têm resistência para fazer o acompanhamento, para conversar.” (EM 3).

A equipe faz o controle de frequência por meio dos registros dos professores no sistema do IFB, como forma de evitar evasões, outro mecanismo utilizado são os atendimentos especializados, com psicólogo, pedagoga, assistente social.

“Demanda, a gente recebe demanda de estudantes com dificuldades de aprendizagem, dificuldade de leitura, de compreensão, escrita, matemática básica também, a gente está desenvolvendo um trabalho que os próprios alunos estão procurando” (EM 4).

No caso, as estudantes são atendidas individualmente com a equipe para trabalhar tais defasagens de aprendizagem. É agendado atendimento no horário contrário das aulas, porém, as estudantes trabalhadoras têm maior dificuldade de encontrar horário vago para realizar o acompanhamento, já que trabalham o dia todo e chegam já no horário da aula.

“Às vezes o aluno, e isso a gente vê muito no subseqüente, às vezes ele está com dificuldades, às vezes passou um tempo fora da escola e volta a estudar, tem dificuldade para acompanhar ali a turma, e para muitos a opção mais fácil e desistir, então a gente faz o acompanhamento para não desistir, encaminha para a pedagoga, e o aluno fica. Tem alunos que têm uma dificuldade imensa e estão conseguindo, às vezes é uma questão psicológica também é uma questão financeira” (EM 3).

Percebe-se que há plena consciência por parte da Equipe Multidisciplinar da forma imbricada como estas assimetrias afetam a finalidade da educação. É visível que a equipe multidisciplinar trabalha em conjunto. Respeitando o sigilo profissional de cada área, se reúnem para discutir os casos e pensar estratégias para cada situação. Também trabalham com indicadores, quando uma estudante tem muitas faltas, por exemplo, já é um indicador de alerta para observar a estudante, entrar em contato para entender o que pode estar acontecendo, e assim buscam evitar a evasão. Para tanto também é importante a articulação com os (as) docentes.

“Às vezes há necessidade de um atendimento em conjunto, às vezes precisa do assistente social e o psicólogo atender em conjunto. As vezes tem que ser o trio, as vezes é uma questão que envolve uma situação de violência, mas tem ali um déficit educacional, um déficit de conhecimento, enfim...e também às vezes, tudo isso leva a pessoa a chegar em um adoecimento mental mesmo, né. E aí, tem esse atendimento, isso já aconteceu aqui. Então a gente sempre trabalha em uma perspectiva multidisciplinar, conjunta, dialogando” (EM 1).

“A relação com a equipe multidisciplinar é uma oportunidade valiosa, mas também merece atenção e cuidados, então aqui no Campus São Sebastião é bastante vinculado as questões do código de ética profissional, então é revelado somente aquilo que é essencial para o atendimento que é compartilhado com a equipe multidisciplinar. Quando as demandas mostram a necessidade de atendimento com a equipe a gente evidentemente se reúne com os colegas e compartilhar aquilo que é necessário. No mais quando é uma demanda específica, a gente costuma fazer um comunicado genérico do estudante e realizamos encaminhamento para outro profissional quando necessário” (EM 2).

“A gente faz reuniões de equipe, a gente compartilha as ações, relata as dificuldades, faz planejamentos” (EM 4).

A equipe multidisciplinar, assim como outros setores e docentes buscam realizar algumas ações em relação às questões de gênero e raça:

“Ano passado foi feita uma conversa com ideia é empoderar as jovens negras que tem aqui. Eu acho que esse campus é bem especial, porque as meninas são muito empoderadas. Assim, várias entram aqui e entram com os cabelos alisados, com chapinha e tal...e saem daqui com os cabelos trançados, com os cabelos livres, libertos...e assim, com o poder de decisão de decidir: “Hoje vou usar meu cabelo assim ou posso usar de outro jeito”. Então assim...porque elas começam a ver as colegas, né...então, outro dia tinha uma mãe falando: “Ah, depois que minha filha começou a estudar aqui...porque antes ela não gostava de ser negra não, mas depois que ela começou a estudar aqui, agora ela se sente, né...empoderada. Agora ela se

sente a negra do momento... agora ela não tem mais vergonha de dizer que é negra". Então, a gente tem um campus que é muito especial, seja por conta dos projetos que são realizados, né...tem muitos professores envolvidos com essa perspectiva de desconstrução do racismo, com desconstrução do sexismo. Tem outros que não, então, no ano passado, foi pensado em uma atividade de forma conjunta, percebemos nas alunas, uma vontade de entrar na universidade, de ir para o espaço da graduação, mas muitos não se sentiram empoderados para isso, e aí, a gente sabe que o exemplo é...uma puxa a outra, né. E aí, isso é interessante porque foi montada uma mesa em conjunto com o curso de letras, em conjunto com outras pessoas...foi montada uma mesa com jovens negras que estão nos espaços, cursos de prestígio nas universidades. E tinham outros cursos, né...meninas...mulheres que vieram de outros cursos falando para outras mulheres, outras meninas, então assim...é muito especial você ver mulheres negras num palco, falando sobre sua trajetória, trazendo suas vivências e dizendo assim...é possível...é possível. É lógico, não é só pelo esforço, né...o esforço é um dos elementos, mas a gente precisa ter políticas públicas que também proporcionam isso, então foi feita essa mesa. Mas a gente tem outras ações. Não exatamente só da CDAE, mas assim, a gente tem ações...vira e mexe, todo evento que a gente tem...às vezes tem oficinas de turbante, a gente tem alunos que trabalham com tranças, com cabelos e fazem oficinas, e aproveitam esses espaços para falar sobre igualdade racial, sobre empoderamento, sobre racismo. Então assim, a gente tem alguns, tanto pela CDAE mas também pelos projetos pedagógicos dos professores também, em sala de aula, a gente teve também cursos, a gente teve ações com poetisas negras, então, assim, a gente tem vários eventos, a gente trabalha muito com o empoderamento da mulher e do empoderamento da mulher negra" (EM1).

Os eventos relacionados à temática são muito importantes para a formação, empoderamento, para despertar senso crítico das estudantes, dar consciência e reflexão que podem ocupar determinados espaços e para despertar o reconhecimento enquanto mulheres negras de direitos que precisam de políticas públicas de reparação.

"O IFB, a assistência estudantil do IFB, e as CDAEs do IFB, tem trabalhado dentro das suas competências já definidas, com a atenção especial ao público feminino, mas não há um direcionamento, inclusive registrado, em relação ao recorte de raça no seu encontro com o recorte de gênero, isso só acontece no Programa Auxílio Permanência, porque daí a gente tem de fato uma discriminação positiva onde essas pessoas são melhores classificadas e recebem benefício na pontuação do programa, fora isso a gente não tem atendimentos específicos para este público. É evidente que a própria implementação da política e dados que, por exemplo, onde tem o maior público feminino, nós acabamos mesmo sem ter o direcionamento, acabamos atendendo a estes público, porque dos 10 campi, 9 estão localizados nas periferias do DF, e aí a conformação geográfica e econômica do país faz com que nós tenhamos uma concentração de

mulheres negras nas periferias, que por sua vez acabam sendo nosso público, além disso a CDAE acaba atendendo esse público prioritariamente, por conta da política de cotas, então tudo isso faz com que mulheres, negras, pobres acessem o IFB. Então mesmo sem o direcionamento específico, esse público acaba sendo maior beneficiário comparado com homens e mulheres brancas, nós acabamos atendendo porque são estudantes que vem de escola pública, estão na instituição e também porque tem o perfil de renda, que é o perfil prioritário da assistência estudantil” (EM 2).

“Ano passado teve uma ação muito interessantes, uma roda de conversa com mulheres negra, vieram várias mulheres negras que tinham sido aprovadas em cursos difíceis, e vieram contar suas experiências, para incentivar também nossas estudantes; dia da consciência negra também tem programação de várias oficinas, palestras, filmes. Eu acho que o IF participa bastante disso, no dia da mulher também teve atividades, as meninas fizeram um ato no pátio” (EM 3).

Finalmente, nos espaços deixados nos questionários para as considerações tivemos poucos comentários, mas comentários muito importantes, tais como:

“O auxílio permanência foi muito importante para minha formação” (ABBA).

“Sim, o IFB São Sebastião foi o meu maior presente” (ADEOGA).

“Sim. Que tenha mais oportunidades para conseguir o auxílio” (HAZIKA).

“Sim. Curso maravilhoso” (HAZIKA).

“Gostaria de fazer o curso superior” (JAHA).

“Foi bem proveitoso, fiz muitas amizades, nunca me deixaram desistir, era muito gratificante, tenho muita saudade. Tem um amigo que fez o Secretariado aqui, ele fala assim: eu mudei minha vida no IF virei gente no IF, várias pessoas já me falaram isso, que mudou completamente, que agora tem senso crítico. O IFB faz a gente crescer como pessoas, começa a sair do senso comum, tem mais embasamentos. Todo mundo tem saudade da época do curso” (CHANECIA).

Por fim, a Política de Assistência Estudantil é vista e compreendida como algo muito importante e fundamental para a permanência das estudantes no campus, principalmente as estudantes negras.

Então assim, para mim, é uma política importante, ela realmente possibilita transformações, ela precisa ser melhorada ao meu ver, de modo a reduzir essas dificuldades que a gente enfrenta, mas ao meu ver ela contribui sim...no caso da política estudantil do IFB, eu acho que ela é muito interessante porque ela permite tanto o auxílio, quanto em várias outras frentes. Eu acho que essas frentes são importantes (EM 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo podemos considerar que o objetivo foi alcançado. O trabalho baseou-se em analisar como a Política de Assistência Estudantil contribui para a permanência das estudantes negras dos cursos técnico subsequentes do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião. Para alcançar o objetivo, fizemos um breve levantamento histórico dos cursos técnicos no Brasil e a inserção das mulheres negras no sistema educacional, e verificamos que, a princípio, os cursos técnicos foram feitos pensando em suprir uma necessidade do mercado de trabalho, assim, no início atingia em sua maioria a população masculina. Mostramos também o quanto a população negra foi excluída do sistema educacional, e se inseriu tardiamente, principalmente as mulheres negras, que ainda hoje precisam conciliar os estudos com várias outras jornadas de trabalho.

Os dados da pesquisa mostram que o corpo discente é composto majoritariamente por mulheres negras, trabalhadoras, em situação de vulnerabilidade social, algumas mães, a maioria com idade acima de 25 anos, e que lidam com a desigualdade de gênero, raça e renda em seu cotidiano, com situações em que a questão geracional também é acionada como fator excludente.

Os Institutos Federais foram criados em 2008, mas as atividades no campus São Sebastião iniciam somente em 2001 e os cursos técnico subsequentes em Secretariado em Secretaria Escolar foram criados em 2012. De acordo com os documentos da instituição tais cursos foram selecionados objetivando uma demanda crescente no mercado de trabalho que necessitaria da inserção de profissionais na área de apoio educacional.

Diante do apresentado no decorrer da pesquisa, podemos considerar a Política de Assistência Estudantil como um mecanismo importante para viabilizar o direito à educação e a profissionalização das mulheres negras no Instituto Federal de Brasília-Campus São Sebastião. A princípio é através desta política que as estudantes conseguem realizar manutenção para conclusão do curso técnico subsequente em que se matricularam. Este estudo buscou compreender justamente como a permanência se dá dentro da instituição, analisar a percepção das estudantes e da equipe multiprofissional, para até mesmo contribuir com a melhoria da aplicação da política.

A Política de Assistência Estudantil do IFB, em meio a todas as ações realizadas no IFB, busca o êxito acadêmico e oferecer melhores condições para o bom rendimento e boa formação das estudantes. A mesma não se resume à auxílios financeiros e ao Programa de Auxílio Permanência, mesmo que por muitas vezes, esta possa ser a porta de entrada das estudantes na política.

A referida política foi construída em 2011 e reformulada em 2014, podemos analisar que a reformulação foi muito importante para a execução dos programas e das ações e também da organização da equipe multidisciplinar que desempenha um papel muito importante de acompanhamento com as estudantes, cada um contribuindo com sua área de formação. A Equipe Multidisciplinar faz atendimentos especializados contando com profissionais nos cargos de assistente social, psicóloga, assistente de alunos e pedagogas. Vimos que as ações realizadas pela equipe são fundamentais para a contribuição na vida acadêmica das estudantes, principalmente as estudantes negras dos cursos técnico subsequentes.

Na Política da instituição podemos perceber que existe a referência de forma articulada da questão de gênero e da questão racial, como por exemplo, na avaliação socioeconômica do Programa Auxílio Permanência, as estudantes mães, mulheres e negras, têm prioridade para classificação no estudo. Observamos então que existe preocupação e compreensão por parte dos executores da política sobre a situação história das mulheres negras no Brasil que acarretou na atual situação em que as estudantes se encontram.

Nos relatos das estudantes é possível concluir o quanto a assistência estudantil contribuiu e foi essencial para a formação delas nos cursos técnico subsequentes, o quanto cresceram pessoalmente, além da formação acadêmica, mesmo com as problemáticas e falhas que a política apresenta na prática. As alunas demonstraram que passaram por muitas dificuldades, assim como a própria equipe multidisciplinar relatou. Dificuldades estas que perpassam a perspectiva interseccional, já que vivenciam diversas dificuldades relacionadas ao gênero, raça, idade, vulnerabilidade social.

Portanto a política de assistência estudantil do IFB contribui para a permanência das estudantes por meio de atendimento com profissionais especializados que também realizam encaminhamentos para outras instituições da rede; contribui com os auxílios financeiros que apesar de não contemplar todas as

estudantes dentro do perfil, atinge ao menos as que estão em maior vulnerabilidade, e como vimos nos relatos das próprias estudantes, este auxílio é fundamental para a permanência e conclusão dos cursos, muitas não teriam dado continuidade aos estudos sem este apoio; as ações realizadas como eventos, rodas de conversa, também são importantes para despertar senso crítico e empoderamento do corpo discente.

Sendo assim, com os resultados, constatamos que os objetivos da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília estão em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAES. Existem muitas dificuldades apontadas pela equipe multidisciplinar para efetivação da mesma, como falta de profissionais para atendimento de uma quantidade grande de estudantes, dificuldade para acompanhar a frequência escolar, sala adequada para atendimento. Outro problema muito falado por todos da equipe é a questão da realização do pagamento dos auxílios estudantis, pois os estudantes não recebem no mês correspondente, ou seja, recebem com atraso. Isso pode comprometer a permanência das alunas que dependem deste auxílio para conclusão do curso, e são muitas, como vimos.

A pesquisa apresentou também que a instituição busca realizar atividades voltadas para a questão de gênero e raça. A equipe demonstrou ter conhecimento para trabalhar com a temática e percebem as dificuldades que as estudantes passam por conta disso.

“Então...e a gente compreende muito, o instituto, por atender pessoas em situação de vulnerabilidade social que estiveram privadas...estiveram afastadas do espaço educacional por questões que a gente compreende que são em função das políticas, das políticas que foram realizadas, ou que não foram realizadas, né. A gente tem também um sistema que é excludente, que vai excluindo...então assim...a gente consegue perceber que o instituto tem um papel com a educação formal [...] porque assim, a possibilidade de vivências que eu tenho aqui dentro e pela instituição, pelos cursos que se oferecem. Você tem possibilidades de vivências, compartilhadas intergeracional, então eu posso ter o filho, eu posso ter a mãe, às vezes eu tenho até a avó que estuda aqui. Então, eu torno esse espaço de experiências riquíssimas e que aí pode entrar num rol de educação não formal...de educação...é...que são saberes que a gente aprende na vida mesmo (EM 1)”.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Jane. As lutas feministas por educação, igualdade e cidadania. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2000.

ANDIFES. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. Brasília, junho de 2011. TC Gráfica e Editora.

BANDEIRA, Lourdes Maria; TAVARES, Breitner Luiz; MONTEIRO, Anita Cunha. Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres: Desafio Pedagógico dos Grupos de Reflexão. In: A Transversalidade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas: Limites e Possibilidades. Comunicação Integrada. Brasília, 2016.

BONNETTI, Alinne; ABREU, Maria. Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Ipea, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social: Fundamentos e história. Cortez 3ª edição, 2007.

BOTELHO, Denise; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Celebração Móvel: Políticas Públicas, Transversalidade e Interseccionalidade de Gênero e Raça. In: SANTOS, Débora Silva; GARCIA FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth meyre Mota. A Transversalidade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas: Limites e Possibilidades. Comunicação Integrada. Brasília, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis: Plano Nacional de Assistência Estudantil. Brasília. FONAPRACE, 2007.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília-DF, Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Federal Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Brasília, 2009.

BRASIL, MEC/ SEMTEC. Reforma do ensino técnico. Brasília: MEC/ MTb, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília – DF, Ministério da Educação, 2010.

BRITO, Maíra de Deus; PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Saúde para elas: O impacto do programa bolsa-família na saúde das gestantes do Distrito Federal In: A Transversalidade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas: Limites e Possibilidades. Comunicação Integrada. Brasília, 2016.

CARBONARI, Paulo César. A construção dos Direitos Humanos: Uma breve leitura histórica de elementos para a compreensão da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. Rev. Eletrônica Portas, n.0, p. 5-14, jun. 2007.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Instituto Geledés. São Paulo, 06 mar. 2011. Disponível em: Acesso em 11 de setembro de 2016.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. Estudos Feministas, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. Estudos Avançados, 2013.

CODEPLAN-DF. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2015 /2016 - São Sebastião. Brasília (DF), Brasil: Governo do Distrito Federal. 2016.

Costa, Angelo. A problemática racial na política de assistência social no Brasil: o desafio da especificidade negra. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, defendido no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio Rodrigues. Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro, Eldorado, 1971.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. RBPAE, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe, São Paulo: Boitempo, 2016.

DIWAN, Pietra. Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. Raça e classe na gestão da educação básica: a cultura na implementação de políticas públicas. Brasília: Liber Livro; Faculdade de Educação/ Universidade de Brasília, 2011.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Assuntos Comunitários Estudantis – Moradias Estudantis: histórico e realidade atual nas IFES. Maceió, 1995.

GARCIA-FILICE, R.C.; CARNAÚBA, R.A. Metodologia interativa na gestão de políticas públicas: métodos combinados numa abordagem antissexista e

antirracista. In: OLIVA, A.R.; CHAVES, M. N; FILICE, R.C.G.; NASCIMENTO, W.F. Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasil e Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, v. 1, p. 109-132.

GARCIA-FILICE, Renísia Cristina: Identidade Fragmentada: Um estudo sobre o negro na educação brasileira. 1993-2005. 01 Ed. Brasília: INEP Ministério da Educação, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARAES, Antonio Sergio. Como trabalhar com “raça” em Sociologia, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>> Acesso em 10 de agosto de 2018.

HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: Uma história. Tradução RosauraEichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IPEA. Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, Brasília, 2013.

IFB. Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA (IFB). Conselho Superior. Política de Assistência Estudantil: Resolução nº 26, de 21 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/attachments/2321_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_026_2011_Assist%C3%Aancia%20Estudantil.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2018.

_____. Política de Assistência Estudantil: Resolução nº 14, de 30 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/attachments/2321_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_026_2011_Assist%C3%Aancia%20Estudantil.pdf> Acesso em: 05 de agosto de 2018.

JACCOUD, Luciana et al. Entre o racismo e a desigualdade: Da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988- 2008). In: Secretaria de

Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise – Edição 20 anos da constituição Federal. Brasília: IPEA, 2009, p.261 – 330.

KUENZER, Acacia (org.). Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5ª ed. S. Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos Metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis. Florianópolis v. 10 n. esp. 2007, p. 37-45.

MAGALHÃES, F.P. Gêneros discursivos da esfera empresarial no ensino da educação profissional: reflexões, análises e possibilidades. Pelotas: 358f. 2011 Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Universidade Católica de Pelotas

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves), Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro RJ, 2012.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JR, Vicente; GALLO, Paulo Rogério; NETO, Modesto Leite Rolim; REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: Um importante recurso em pesquisa qualitativa, 2014. Revista Escola de Enfermagem da USP: nº 48, 193 – 199.

MULLER, Pierre e SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. Pelotas: Educat, 2002.

NOSELLA, Paolo. A escola brasileira no final do século: Um balanço. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis, Rio de Janeiro 1998.

OLIVEIRA, Ramon de. A Reforma do Ensino Técnico Federal no Brasil. Contexto e Educação. Editora Unijuí – Ano 18 – nº 70. Jul/dez. 2003, p.93 – 116.

OLIVEIRA, Eleonora Manicucci. A mulher, a sexualidade e o trabalho. São Paulo: Hucitec CUT –BRASIL, 1999.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PAULA, Marlene (Coord.); HERINGER, Rosana (Coord.). Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. I. B. (2013). A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Editora expressão Popular. São Paulo.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1987) O poder do macho. São Paulo, Moderna.

SANTOS, Carolina Cassia Batista. ABRANTES, Patrícia Paulino Muniz de. ZONTA, Rafael. Equipes Multiprofissionais na Assistência Estudantil. In: YANNOULAS, Silvia C. (coord.). O Trabalho das Equipes Multiprofissionais na Educação. Curitiba: Editora CVR, 2017.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: Lopes, et al (org.). 500 anos de educação no Brasil. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SÁ-SILVA, J.R.; DE ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista brasileira de história & ciências sociais. v. 1, n. 1, 2009.

Saviani, Dermeval. Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política Educacional. 3ª Edição. Autores Associados. Campinas 2000.

SILVA, Iraneide. Caminhando na História da Educação Tecnológica do Brasil em Busca da Participação Feminina e Negra. In: Anais do Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Belo Horizonte: Senept-CEFETMG, 2014.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. PEREIRA, Potyara Amazoneida. Assistência Estudantil: Direito ou Mérito? In: YANNOULAS, Silvia C. (coord.), O Trabalho das Equipes Multiprofissionais na Educação. Curitiba: Editora CVR, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

THEODORO, MÁRIO; Jaccoud, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. IPEA 2008.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da Evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, 2010.

YANNOULAS, Silvia Cristina. A convidada de pedra: Mulheres e Políticas Públicas de Trabalho e Renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: FLACSO; Abaré, 2003.

YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília/DF: Abaré, 2013.

ANEXO I

Relatório Técnico - Recomendações

Linidelly Rocha Mendes

1. Introdução

A pesquisa envolveu uma análise da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus São Sebastião, integra o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) da Universidade de Brasília (UnB), e tem como objetivo analisar como a PAE garante a permanência das estudantes negras do curso técnico subsequente em Secretaria Escolar e técnico subsequente em Secretariado, considerando o período entre 2015 e 2018, pois foi quando a política foi reformulada e a equipe multidisciplinar foi constituída.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Brasília e das outras instituições federais tem como base legal o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em que determina os objetivos e ações a serem executadas pelas instituições. A Política busca contribuir para a formação e permanência do estudante por meio de apoio econômico, social, psicológico e educacional, garantindo ao corpo discente igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas (PAE, IFB, 2014).

Compreende-se a assistência estudantil enquanto direito social que está diretamente ligada a todas as ações da instituição de educação que visem promover igualdade e oferecer assistência às necessidades de caráter específico dos (as) estudantes. Os auxílios financeiros são muitas vezes a porta de entrada para o primeiro contato com a política, porém não podemos ter uma visão reducionista resumindo a assistência estudantil apenas enquanto recursos financeiros. Se a política prevê redução das desigualdades entre os estudantes, não podemos compreender que somente o auxílio econômico resolveria a questão das diferenças presente em uma instituição de ensino. Existem outros fatores de vulnerabilidade e desigualdade que interferem no bom desenvolvimento e permanência dos/das estudantes. O perfil dos (as) estudantes do Campus é diversos.

2. Objetivo

Analisar de que forma a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Brasília contribui para a permanência das alunas negras dos cursos técnicos subsequentes em Secretariado e Secretaria Escolar do Campus São Sebastião no período entre 2015 a 2018.

3. Metodologia

Nesta pesquisa adotamos como método e perspectiva de análise a abordagem interseccional. Destacamos a importância do conceito e adotamos esta perspectiva como método, pois assim conseguimos analisar a interseccionalidade de raça junto aos demais marcadores sociais, e podemos buscar entender as performances em que o racismo está inserido atravessado por outras estruturas. O objetivo é sair da caixinha que separa as opressões e entendê-las de maneira interligada, dinâmica e performática, compreender as mulheres negras considerando sexualidade, gênero, raça, classe e outras desigualdades que são parte deste processo (AKOTIRENE, 2018).

As técnicas de pesquisa utilizadas foram: Entrevistas com a equipe multidisciplinar da Coordenação de Assistência Estudantil (CDAE), entrevista e aplicação de questionário com as estudantes, e análise documental, melhor explicitado a seguir:

Análise documental: Realizamos análise documental por meio de dados institucionais do Registro Acadêmico e da Coordenação de Assistência Estudantil, editais do Programa Auxílio Permanência e Auxílio Criança e a própria Política de Assistência Estudantil do IFB, e teve como objetivo interpretar e analisar as informações que constam nos documentos oficiais (SÁ SILVA ET AL 2009).

Questionário semiaberto: Os questionários foram aplicados no III Encontro e Egressos realizado no IFB - Campus São Sebastião. Obtivemos 27 questionários

preenchidos. O objetivo foi tentar compreender a visão das estudantes em relação a assistência estudantil do Campus, e em relação ao curso subsequente em que se matricularam.

Entrevistas: Nesta pesquisa optou-se por utilizar entrevista narrativa, elaborada para obter informações acerca do entendimento da equipe multiprofissional em relação à Política de Assistência Estudantil, e para entender quais são as demandas e as dificuldades para alcançar os objetivos da política. Buscou-se ainda entender a importância da política para as discentes e também as conexões com suas histórias de vida. Foram realizadas amostras com três estudantes, que foram selecionadas a partir da análise das respostas dos questionários aplicados e com quatro componentes da equipe multidisciplinar.

4. Recomendações

Tendo em vista o panorama apresentado na dissertação e a importância da Política de Assistência Estudantil para a permanência das estudantes, recomenda-se:

- i. Que seja levado em consideração na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília a especificidade de cursos técnicos subsequentes;
- ii. Que seja destinada sala específica de atendimento para atendimentos especializados da CDAE;
- iii. Que seja pensado junto com a gestão a melhor forma de agilizar os pagamentos dos estudantes, uma vez que está atrelado ao lançamento da frequência pelos docentes;
- iv. Que o recurso destinado para a assistência estudantil seja utilizado somente com estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

v. Que seja criado um sistema de inscrições e de análise socioeconômica para os Programas de Promoção a Permanência.

vi. Que a Coordenação e Assistência Estudantil (CDAE) reforce no campus a necessidade de ações e atividades com temáticas étnico-raciais e de gênero;

5. Considerações Finais

Os dados da pesquisa mostraram que o corpo discente é composto majoritariamente por mulheres negras, trabalhadoras, em situação de vulnerabilidade social, algumas mães, a maioria com idade acima de 25 anos, e que lidam com a desigualdade de gênero, raça e renda em seu cotidiano.

Diante do apresentado no decorrer da pesquisa, podemos considerar a Política de Assistência Estudantil como um mecanismo importante para viabilizar o direito à educação e a profissionalização das mulheres negras no Instituto Federal de Brasília-Campus São Sebastião. A princípio é através desta política que as estudantes conseguem realizar manutenção para conclusão do curso técnico subsequente em que se matricularam.

6. Referências

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Federal Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Brasília, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA (IFB). Política de Assistência Estudantil: Resolução nº 14, de 30 de maio de 2014.

Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/attachments/2321_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_026_2011_Assist%C3%Aancia%20Estudantil.pdf> Acesso em: 05 de agosto de 2018.

SÁ-SILVA, J.R.; DE ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista brasileira de história & ciências sociais. v. 1, n. 1, 2009.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. PEREIRA, Potyara Amazoneida. Assistência Estudantil: Direito ou Mérito? In: YANNOULAS, Sílvia C. (coord.), O Trabalho das Equipes Multiprofissionais na Educação. Curitiba: Editora CVR, 2017.

ANEXO II

Prezada estudante do Instituto Federal de Brasília - Campus São Sebastião,

Estamos realizando pesquisa para dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília. A pesquisa busca avaliar a importância da Política de Assistência Estudantil do IFB para a permanência das estudantes dos cursos técnico subsequente em Secretariado e técnico subsequente em Secretaria Escolar. Informamos que as informações serão mantidas em sigilo, e utilizadas apenas para fins da pesquisa.

Desde já agradecemos a contribuição.

Perfil

Nome (Opcional):

Idade:

Email:

Telefone:

Cursou o ensino médio em:

- Integralmente em escola pública
- Integralmente em escola particular
- Parte em escola pública, parte em escola particular com bolsa
- Parte em escola pública, parte em escola particular sem bolsa

Como você se autodeclara?

- Branco/a
- Preto/a
- Pardo/a
- Amarelo/a
- Indígena/a

QUESTÕES

1. Qual (is) curso (s) você frequentou?

Secretaria Escolar

Secretariado

Outro. Qual _____

2. O que a levou você a escolher este curso?

3. No período de realização do curso você foi contemplada (o) com algum auxílio estudantil? Sim Não

Se sim, quais?

Auxílio Criança

Auxílio Emergencial

Auxílio Permanência

Outros. Qual (is) _____

4. Considera o valor dos auxílios suficientes para contribuir para permanência?

Sim

Não. Qual seria o valor ideal? _____

5. Caso não houvesse os auxílios estudantis, ainda sim você conseguiria permanecer no curso?

Sim

Não

6. Você conhece outras ações da assistência estudantil além dos auxílios citados? Por exemplo, apoio psicológico, pedagógico, social?

Sim. Já recorreu algum desses apoios?
Qual? _____

Não

7. A seu ver a política de Assistência Estudantil e o trabalho/ações da equipe da Coordenação de Assistência Estudantil (CDAE) contribuem para sua permanência e desenvolvimento acadêmico? Justifique sua resposta

() Sim

() Não

Justificativa

Para você, o que é assistência estudantil?

8. Realizou alguma atividade para contribuir com sua renda, que não seja vinculada com os auxílios da assistência estudantil?

() Sim. Qual?

Gastava quantas horas por dia nesta atividade?

Conseguia conciliar com os estudos sem obter prejuízos?

() Não

9. Tem filhos menores? Se sim, com quem ficavam para frequentar as aulas?

10. Você enfrentou dificuldades para conseguir fazer o curso em que foi matriculada?

11. Você percebia trabalhos/ações que abordem questões de gênero e raça?

() Sim. Quais? _____

() Não

12. Você considera que a certificação do curso realizado auxiliou para conseguir emprego?

() Sim. Em que área? _____

() Não

13. Tem mais considerações a fazer?

() Sim. Quais?

() Não

ANEXO III

Roteiro para entrevista com a equipe multidisciplinar

Prezado (a) servidor do Instituto Federal de Brasília - Campus São Sebastião, estamos realizando pesquisa para dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília. A pesquisa busca realizar estudos sobre a Política de Assistência Estudantil do IFB, para compreender a importância e a concepção desta para as estudantes negras dos cursos técnico subsequente em Secretariado e técnico subsequente em Secretaria Escolar.

Informamos que as informações serão mantidas em sigilo, e utilizadas apenas para fins da pesquisa.

Desde já agradecemos a contribuição.

Nome (Opcional):

Cargo:

Tempo de trabalho no cargo:

1. Você tem conhecimento sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, seus objetivos, normas e orientações?
2. Este conhecimento foi ofertado pelo Instituto Federal de Brasília, ou você se aprofundou por interesse próprio/concurso?
3. O que você entende por assistência estudantil?
4. Quais são suas atribuições em relação ao seu cargo e com a equipe multidisciplinar?

5. Como a demanda chega até você e quais são as dificuldades encontradas para alcançar suas atribuições de acordo com sua área de atuação?
6. Como é feito o acompanhamento social, pedagógico e psicológico?
7. Quais as dificuldades encontradas para alcançar os objetivos da política de assistência estudantil no IFB?
8. Você sabe como é feito a distribuição do número de auxílios Grupo 1 e 2 ?
9. Quais são os principais motivos para solicitação de auxílio emergencial (ASSISTENTE SOCIAL)?
10. É feito algum trabalho/ação em relação às estudantes negras, ou relacionados com a questão de gênero e raça?
11. Quais seriam as dificuldades apresentadas pelas estudantes para permanecerem no curso?
12. O que poderia ser melhorado para alcançar a permanência das estudantes com mais efetividade?
13. Gostaria de acrescentar alguma opinião/orientação?

ANEXO IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Por meio deste lhe convido a participar, como voluntária (o), da pesquisa intitulada “Política de Assistência Estudantil no Ensino Técnico: Um estudo sobre a permanência de alunas negras no IFB-Campus São Sebastião”, de responsabilidade de Linidelly Rocha Mendes, pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (PPGDH-UnB) e orientanda da professora Dr.^a Renísia Cristina Garcia Filice. Passarei a seguir algumas informações importantes sobre sua participação na pesquisa e peço que, caso aceite, assine ao final. Ressalto que a recusa não trará qualquer prejuízo.

1. Informações Importantes acerca da Pesquisa:

- A pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília contribui para a permanência das estudantes negras dos cursos técnico subsequentes do Campus São Sebastião.
- Mesmo após ter aceitado participar da pesquisa você poderá, a qualquer momento, se retirar dela.
- Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício, sendo a adesão à pesquisa voluntária.
- Será garantido o sigilo das informações obtidas para assegurar a privacidade e o anonimato das participantes não será utilizado ou divulgado o nome. Os dados provenientes de sua participação, tais como questionários, entrevistas, arquivos de gravação, ficarão sob guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

-A coleta de dados será realizada por meio de gravação de áudio em aparelho celular e anotações de informações em caderno.

Desde já agradecemos a contribuição.

2. Consentimento de Participação na Pesquisa:

Eu, _____
____ concordo em participar do estudo intitulado “Política de Assistência Estudantil no Ensino Técnico: Um estudo sobre a permanência de alunas negras no IFB-Campus São Sebastião”. E destaco entender que tal participação é de caráter voluntário. Fui devidamente informada (o) e esclarecida (o) pela pesquisadora responsável Linidelly Rocha Mendes, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos. Foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que me traga qualquer prejuízo.

Brasília, _____ de _____ de 2019.

Assinatura por extenso da (o) participante

Linidelly Rocha Mendes - Pesquisadora

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

ANEXO V



SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, *Linidelly Rocha Mendes*, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH), do Centro de estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da Universidade de Brasília (UnB), matrícula número 170169049, responsável pela dissertação sob título "Política de assistência estudantil no ensino técnico: Um estudo sobre a permanência de alunas negras no IFB Campus São Sebastião", orientada pela **Prof.ª Dr.ª Renisia Cristina Garcia Filice**, cujo objetivo geral é "Analisar como a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília contribui para a permanência das alunas negras matriculadas nos cursos técnicos subsequentes do Campus São Sebastião", venho pelo presente, solicitar autorização para realização da coleta de dados, aplicação de questionário para as estudantes da assistência estudantil do ano de 2018, do Campus São Sebastião, e aplicação de questionário para a equipe multidisciplinar.

Ressalto que serão garantidos todos os direitos, tais como:

- 1) As informações a serem oferecidas para a pesquisa não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio ou prejuízo econômico e financeiro.
- 2) Garantia da confidencialidade, sigilo, anonimato e da não utilização das informações em prejuízo dos estudantes e dos demais envolvidos.
- 3) Que não haverá riscos para o sujeito de pesquisa.
- 4) Emprego dos dados somente para fins previstos nesta pesquisa.

Para tanto, *respeitosamente solicito*, emissão de autorização para realização da pesquisa. Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Brasília, 21 de fevereiro de 2019.

Linidelly Rocha Mendes

 Linidelly Rocha Mendes
 Matrícula- 170169049

Renisia Cristina Garcia Filice

 Renisia Cristina Garcia Filice


ANEXO VI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO III
FORMULÁRIO K

	FORMULÁRIO- K AUTODECLARAÇÃO DE COR/ETNIA
<p>Eu, _____, portador do CPF nº _____, RG nº _____, residente na _____, declaro, em conformidade com a classificação do IBGE, que sou:</p> <p style="text-align: center;"> <input type="checkbox"/> Preto(a) <input type="checkbox"/> Pardo(a) <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Quilombola </p> <p>Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, ____ de _____ de 201__.</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Assinatura do(a) declarante</p> <p>Documento necessário apenas para o estudante do IFB que está concorrendo ao auxílio e que se declara ou preto(a), ou indígena, ou pardo(a) ou quilombola.</p>	